

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol. 5, Nº 1 – Janeiro/Março 1997

O Boletim Informativo é uma publicação técnica, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se

Editor Responsável

Fernando Spagnolo - Coord. Geral/CED

Conselho Editorial

Jacira Felipe Beltrão - DPR

Nélio Carlos de Alarção - DAD

Sandra Mara Carvalho de Freitas - DAV

Sílvia Maria Velho - GPR

Assessora

Maria Auxiliadora Nicolato

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência. Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

INFOCAPES - Boletim Informativo da CAPES

VOL.5 - Nº 1- Brasília, CAPES, 1997

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I.
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CDU 378

ISSN 0104 - 415X

Bol.Inf., Brasília, v.5, nº 1, p.01-80 jan./mar. 1997

sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos que discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades, comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Na seção "CAPES Responde" divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Projeto Gráfico

Modonovo Design Ltda.

Produção e Distribuição

Editora UnB

Cadastro de Assinaturas

Catarina Glória de Araújo Neves - ACD

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

4.000 exemplares

Endereço para correspondência:

CAPES

Coordenadoria de Estudos e Divulgação Científica (CED)

Ministério da Educação e do Desporto

Anexo II - 2º andar

70047-900 - Brasília - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ESTUDOS E DADOS	5
Parcerias entre IES na oferta de cursos de pós-graduação. A sondagem que embasou a concepção do subprograma de mestrado interinstitucional. <i>Maria Auxiliadora Nicolato e Rúbia Maria Melo Silveira</i>	5
DOCUMENTOS	16
PIDCT- Subprograma Mestrado Institucional	16
Documentos de área elaborados pelas comissões de avaliação da CAPES – 1996	24
Ciências Exatas e da Terra	24
Ciências Biológicas	35
Ciências Médicas	55
OPINIÃO	75
Tempo de titulação <i>versus</i> evasão <i>Décio Barbin</i>	75
INFORMES CAPES	76
Mudanças na diretoria da CAPES	76
Sistema de pagamento das bolsas do programa de demanda social	76
PICDT: A concessão de quotas anuais de bolsas e o sistema de análise e demanda	76
Novos cursos de mestrado e doutorado	78
Correção	
CAPES RESPONDE	79

APRESENTAÇÃO

A capacitação de docentes do ensino superior é requisito essencial tanto para a melhoria da qualidade do ensino universitário, quanto — de uma forma mais geral — para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. A elevação do nível de titulação desses docentes vem sendo, a partir dos anos 70, um dos principais focos da atenção das agências federais de fomento, especialmente da CAPES e do CNPq, através dos vários programas de concessão de bolsas de estudo.

Em que pese o fato de ter-se verificado nas últimas décadas um consistente aumento do número de mestres e doutores nas instituições de ensino superior brasileiras, no global, é ainda extremamente precário o quadro de docentes adequadamente titulados que atuam nessas instituições. A reversão desse quadro — um dos principais desafios da CAPES — vem sendo dificultada por diferentes fatores exigindo, para a sua superação, que novas estratégias sejam pensadas e soluções, emergenciais ou não, enquadradas nos padrões tradicionais de ação das agências, adotadas.

Neste número do INFOCAPES, a seção “Estudos e Dados” e “Documentos” evidenciam bem essa questão. Tratam da iniciativa da CAPES de criar o Subprograma de Mestrado Interinstitucional, no âmbito do PICDT, para viabilizar o apoio de projetos de formação de mestres, por programas de pós-graduação do mais alto conceito, junto a instituições que apresentem dificuldades em encaminhar integrantes de seu quadro para se qualificarem na sede de tais programas. O artigo retrata o processo de definição do subprograma e evidencia as múltiplas formas de associação que vêm sendo estabelecidas entre instituições com o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos não apenas voltados para a capacitação de docentes, mas também para a criação de novos cursos de pós-graduação, cujo acompanhamento é do interesse da CAPES. Já o documento, corresponde à íntegra do edital lançado em fevereiro passado com o conjunto de normas estipuladas pelo subprograma para a inscrição e avaliação de projetos de cursos de “mestrado interinstitucional”. Ele demonstra que a CAPES admite este tipo de iniciativa sob condições muito especiais e que cerca os projetos por ela apoiados, em todas as fases de sua execução, dos cuidados necessários para que seja preservada a qualidade da formação a ser por eles assegurada.

Com esta edição do INFOCAPES, inicia-se também a publicação dos Documentos de Área produzidos pelas comissões de avaliação no segundo semestre de 1996. Esses documentos registram os critérios de avaliação adotados pelas diferentes comissões e trazem uma avaliação global da área feita a partir do desempenho dos programas de pós-graduação no biênio anterior, de acordo com os relatórios enviados à CAPES pelos cursos. Este número contém os documentos das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde.

ESTUDOS E DADOS

PARCERIAS ENTRE IES NA OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Sondagem que embasou a concepção do Subprograma de Mestrado Interinstitucional

*Maria Auxiliadora Nicolato
Rúbia Maria Melo Silveira¹*

1. Apresentação

Em outubro de 1995, a diretoria da CAPES incumbiu-nos de esboçar uma linha especial de ação para o PICDT que atendesse a um objetivo bem delimitado: permitir uma solução emergencial para o problema da capacitação, em nível de mestrado, de docentes de instituições de ensino superior, IES, localizadas distante dos grandes centros de ensino e pesquisa e enfrentam dificuldade em encaminhar integrantes de seu quadro para realizarem, em tais centros, o referido nível de curso.

A CAPES estava decidida a viabilizar a formação de grupos desses profissionais em suas próprias IES de vínculo, apoiando, sob condições bem estabelecidas, o oferecimento temporário, no *campus* dessas instituições, de cursos de mestrado ministrados por programas de pós-graduação já consolidados. Estava, porém, consciente de que a superação do impasse com o financiamento de iniciativas do gênero “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé” implicava em altos riscos, uma vez que não poderia abrir mão dos critérios de qualidade que devem prevalecer na formação de docentes do ensino superior.

O desafio era definir um subprograma do PICDT que fosse calcado na realidade e possibilidades dos programas que atuariam como ofertantes dos cursos e das IES a serem por eles beneficiadas e que estabelecesse, de forma clara, todos os condicionantes dos projetos a serem apoiados.

Para cumprir esse propósito não contávamos com nenhum estudo ou registro. Havia apenas a informação vaga de que algumas IES estavam a promover cursos de pós-graduação oferecidos de forma “não-convencional” — denominação que utilizamos para identificar esse universo que desconhecíamos — e as correspondências trocadas entre a CDI e dois cursos desse tipo que a CAPES, em caráter excepcional e de uma forma muito precária, apoiara no passado.

A solução encontrada pelo diretor de programas para suprir essa carência foi a realização de uma consulta simples às IES participantes do PICDT, pedindo-lhes que reportassem se contavam ou não com projetos de oferta desse tipo de curso.

As respostas apresentadas embasaram a elaboração de um relatório em que eram indicadas as características básicas das experiências registradas, destacados os principais questionamentos e riscos a elas concernentes e identificadas pessoas que, por sua posição contrária ou favorável a tais iniciativas, poderiam ser utilizadas para a avaliação da proposta que viéssemos a formular. O resultado final dessa empreitada é o documento que institui e disciplina o Subprograma de Mestrado Interinstitucional do PICDT, já bem conhecido.

¹ Maria Auxiliadora Nicolato é assessora da CAPES e Rúbia Melo Silveira é coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional da CAPES.

A divulgação desse trabalho, que é uma versão reduzida do relatório apresentado à CAPES em dezembro de 1995, liga-se a três objetivos básicos:

- ? permitir que seja conhecida a metodologia utilizada para a concepção do mencionado subprograma;
- ? registrar os questionamentos e inquietações que não se esgotaram na definição do subprograma, mas que, pelo contrário, deverão permanecer vivos durante todo o período de sua operação, direcionando o acompanhamento, avaliação e a redefinição das ações a ele referentes;
- ? oferecer alguns indícios sobre as alternativas que vêm sendo idealizadas e implementadas por instituições que, determinadas a criarem cursos de pós-graduação e reconhecendo não preencherem requisitos fundamentais para o sucesso de seu projeto, lançam mão de diferentes formas de associação com outra ou outras instituições para garantirem a efetivação de seus intentos.

Assim, embora a sondagem realizada tenha-nos permitido responder à solicitação dos dirigentes da CAPES no que se refere a uma solução emergencial para a questão da capacitação de alguns grupos de docentes — o financiamento de **mestrados interinstitucionais** — ela lança também algumas luzes sobre uma questão de caráter e interesse mais permanente para esta agência: a existência de processos de gestação ou criação de novos cursos de pós-graduação que fogem aos padrões tradicionais.

2. O universo da sondagem

Trinta e nove instituições responderam à consulta: 26 (vinte e seis) estavam envolvidas no desenvolvimento de projetos de cursos do gênero levantado — nove como promotoras e dezessete como receptoras; quatro contavam com projetos em fase avançada de planejamento e negociação e nove revelaram não possuir iniciativas relacionadas com o objeto da sondagem.

O nível de detalhamento da grande maioria das respostas deixava muito a desejar, mas o fato de algumas apresentarem como anexos cópias de convênios firmados ou previstos e súmulas de projetos em execução permitiu-nos a identificação de aspectos relevantes para os nossos propósitos.

3. Tipologia das experiências levantadas

As experiências relatadas são muito diversificadas quanto aos objetivos pretendidos; nível de planejamento e coordenação; papéis estabelecidos para cada instituição participante; formas e níveis de interação mantidos entre as IES envolvidas; esquemas adotados para o oferecimento das disciplinas e trabalhos de orientação; exigência ou não de estágio dos alunos no programa promotor e sistemas de acompanhamento e avaliação estabelecidos.

São adotadas as mais diversas denominações para as iniciativas programadas ou em andamento: **cursos interinstitucionais ; em parceria ; em consórcio ou consorciados ; cursos transportados , extra-campus ; off campus ; descentralizados e em rede .** Em alguns casos, um mesmo termo é utilizado para identificar iniciativas substancialmente diferentes e, em outros, várias termos são adotados em referência a iniciativas essencialmente semelhantes.

Pelos dados levantados, parece que já se delineia uma tipologia dos cursos de mestrado e doutorado baseados em formas de associação entre IES. Permitimo-nos aqui caracterizar as cinco alternativas que identificamos²:

a) Curso interinstitucional voltado para a capacitação de docentes - refere-se a curso promovido por um programa de pós-graduação, já consolidado, oferecido no *campus* de uma outra instituição por um período de tempo determinado, definido de acordo com as necessidades de atendimento do universo de alunos-alvo da iniciativa. Esse tipo de curso é, basicamente, caracterizado pelo fato de:

- ? ter um **alunado-alvo bem delimitado** - usualmente um número determinado de docentes de uma instituição ou grupo de instituições;

- ? possuir um **caráter temporário e emergencial** — em decorrência do fato de se centrar exclusivamente na necessidade de capacitação do alunado-alvo;
- ? ter estabelecida, de forma clara, a figura de um **Programa Promotor** do curso em questão e de uma **IES Receptora**, em que o curso é oferecido;
- ? considerar formalmente o **Programa Promotor** como o responsável pela oferta integral do curso, disciplinas e orientação, ainda que, eventualmente, possa contar com o concurso de professores locais ou visitantes, por ele credenciados;
- ? o curso ser sujeito ao mesmo regimento e normas estabelecidos para o que é oferecido na sede do **Programa Promotor**, cabendo à **IES Receptora** assegurar a infra-estrutura indispensável e, algumas vezes, um ou dois docentes para as atividades de acompanhamento ou co-orientação dos alunos.

Foi essa modalidade de curso que a CAPES decidiu apoiar, em condições especiais, mediante a criação do Subprograma de Mestrado Interinstitucional.

b) Curso em consórcio - é a opção usualmente adotada por IES que deseja criar seu próprio programa de pós-graduação em uma dada área, conta com um grupo de doutores e mestres já titulados e núcleos de pesquisa em emergência, mas que ainda necessita investir na formação de mais docentes, ampliar seus recursos de infra-estrutura e consolidar seus núcleos de pesquisas. Com o oferecimento do curso em consórcio ela tem em vista preencher tais lacunas e posteriormente emancipar-se do respaldo dado pelo curso já consolidado.

Há a possibilidade de duas versões desse tipo. Em uma primeira versão, durante o período inicial do consórcio, o curso já consolidado atuará como o responsável legal pela oferta do curso no *campus* da IES beneficiária. Após conquistado o nível de competência requerido, essa instituição atuará regularmente como ofertante de um curso novo de pós-graduação, liberando-se do consórcio inicial ou reduzindo progressivamente sua dependência do programa já consolidado. Na segunda versão, o curso é ministrado, desde o início do consórcio, como um curso novo oferecido pela IES beneficiária, sendo o programa consolidado utilizado como um reforço no oferecimento das disciplinas e na garantia da base principal para a orientação de teses.

Durante o período, em que tal tipo de curso, em suas duas versões, é oferecido, ele apresenta, em síntese, as seguintes características básicas:

- ? atende a uma demanda aberta por curso de pós-graduação, não sendo a iniciativa restrita à formação do quadro docente da receptora ou voltada prioritariamente para esse fim;
- ? relaciona, em um projeto de cooperação, uma IES que não atende a determinadas pré-condições para a criação de um curso novo em uma determinada área, em cujo *campus* será oferecido o curso, com uma IES que conta com um programa de pós-graduação já consolidado na área em questão;
- ? visa garantir à IES em que o curso é oferecido as condições para que possa vir a manter, de forma independente, seu próprio programa de pós-graduação;
- ? prevê para a IES em que o curso é oferecido um papel não restrito ao de simples receptora, cabendo-lhe um nível crescente de participação na promoção da iniciativa;
- ? o consórcio tem um caráter temporário, sendo limitado ao período necessário para que o novo programa possa promover, de forma autônoma, o curso em questão;
- ? a iniciativa dá lugar ao surgimento de um curso novo de pós-graduação, que demandará o **reconhecimento** pelo GTC da CAPES e sua admissão ao sistema oficial de pós-graduação;
- ? em uma versão de “consórcio”, o responsável legal pela promoção do curso é o programa já consolidado; em outra, o curso é oferecido, desde o início do consórcio, como um curso novo do programa emergente.

c) Curso em parceria - não se trata de um curso oferecido fora de sua instituição-sede. Constitui-se no recurso encontrado por duas ou mais instituições que reconhecem que individualmente não têm condições de manter um programa de pós-graduação em uma dada área, por não atenderem, isoladamente, aos requisitos para tal empreendimento. Associam-se, então, em uma promoção comum, em que somam suas competências. Neste caso a responsabilidade da promoção do curso é do grupo de IES, o que o caracteriza como genuinamente interinstitucional.

Para superar os obstáculos legais para o estabelecimento desse tipo de “parceria de responsabilidade na titulação de alunos”, uma das soluções encontradas é a IES, detentora de melhores recursos na

área, assumir formalmente o papel de promotora, baseando o oferecimento do curso na assinatura de um acordo ou convênio de cooperação científica e técnica entre o conjunto de IES participantes. Tal categoria envolve, em termos gerais, as seguintes características:

- ? atende a uma demanda aberta, isto é, não restrita à formação dos docentes das IES participantes;
- ? trata-se de um curso novo de pós-graduação;
- ? tem sua oferta assegurada por um grupo de IES que somam esforços para viabilizar a iniciativa;
- ? implica, quase sempre, na escolha de uma IES como a responsável oficial ou formal pela sua promoção;
- ? pode ter etapas ou módulos diferenciados, que podem ser oferecidos nos *campi* das diferentes IES envolvidas.

Um projeto engenhoso e bem peculiar de parceria, concebido por universidades do Nordeste para a promoção de um curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, demonstra, de forma exemplar, os meandros que grupos de IES vêm percorrendo no processo de criação de novos programas de pós-graduação e isso justifica o seu detalhamento neste relato. Essa iniciativa é identificada pelas IES que dela participam como “rede” — denominação que adotamos para a quarta categoria dessa nossa tipologia, que será focalizada no próximo item. Julgamos, porém, que ela se aproxima mais do que identificamos como **parceria** e, por isto, a incluímos nesta categoria.

No momento da sondagem, seis universidades já tinham formalizado sua associação para a promoção do referido mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e revelavam a pretensão de, posteriormente, também oferecerem o doutorado nessa área. Entre os aspectos da organização do curso, vale destacar o esquema idealizado para que as IES possam compartilhar os recursos de que dispõem:

- ? o programa tem normas gerais que regem todos os cursos promovidos pelas associadas e conta com uma coordenação geral, sediada na instituição a que se vincular o coordenador geral da iniciativa no período considerado;
- ? cada IES participante mantém sob sua responsabilidade um subprograma ou curso da “rede”/**parceria** com uma área de concentração específica, estrutura e coordenação próprias e uma base normativa que se harmoniza com as normas gerais;
- ? o programa conta com um tronco comum, composto por um elenco de disciplinas obrigatórias para todos os seus subprogramas, com títulos e ementas idênticas, bibliografia sucinta semelhante e seminários integradores obrigatórios;
- ? todos os subprogramas reconhecem como válidas as disciplinas do **tronco comum** cursadas em qualquer IES participante e podem aprovar os créditos obtidos em outros subprogramas dentro dos limites estabelecidos pelas normas gerais do programa;
- ? uma subárea de concentração poderá incluir em seu currículo disciplinas oferecidas por outra subárea de concentração de outro subprograma, mediante a observância das exigências de equivalência estabelecidas;
- ? poderá haver intercâmbio de docentes entre os subprogramas, mediante acordo entre as universidades solicitantes e cedentes;
- ? a estrutura física e financeira para o desenvolvimento dos subprogramas são da responsabilidade das IES a que os mesmos se vincularem;
- ? as IES participantes poderão estabelecer convênios específicos para o uso conjunto de infraestrutura física e equipamentos;
- ? o corpo docente do programa é constituído por todos os docentes credenciados pelos subprogramas e homologados pelo colegiado geral;
- ? a seleção de alunos para admissão pelo programa é feita por meio de edital único, em que é discriminado o número de vagas por subprograma, subárea de concentração e professores orientadores disponíveis;
- ? cada subprograma tem competência para definir os pré-requisitos para a inscrição de candidatos;
- ? as normas referentes ao processo de seleção, matrícula, integração curricular e orientação de alunos são as mesmas para todos os subprogramas.

d) Curso em rede - implica na associação de um grupo de IES para a oferta, em diferentes **pólos**, de versões de um mesmo curso promovido por um programa de pós-graduação já consolidado, para o atendimento das necessidades de grupos de instituições participantes. Observar

que, no caso de **parceria** anteriormente descrito, não se verifica esta prevalência de um programa de pós-graduação e nem mesmo a participação de um programa já consolidado.

Duas iniciativas na área de Enfermagem, reveladas na sondagem, uma no Sul e outra no Nordeste, são bem caracterizadas dentro do modelo aqui identificado como **rede**. Ambas seguem um mesmo modelo e tipo de organização com as seguintes características:

- ? uma IES que possui programa já consolidado na área atua como coordenadora da rede e responsável pela promoção dos cursos nos diferentes **pólos**;
- ? em cada **pólo** é usualmente atendido um grupo de instituições, sendo o curso oferecido no *campus* da IES escolhida para sediá-lo;
- ? representante das IES associadas à **rede** participa do colegiado do programa promotor, na condição de “participante externo”;
- ? cada IES associada participa da oferta do curso de acordo com o seu nível de competência na área em questão — docentes das associadas podem ser credenciados pelo programa promotor para atuarem como participantes externos, co-participantes no oferecimento de disciplinas, orientadores de aulas práticas ou co-orientadores de dissertações;
- ? as informações fornecidas não deixam claro se há a intenção de a iniciativa em rede vir a dar lugar ao surgimento de novos programas de pós-graduação nas IES atendidas nos diferentes **pólos**.

No Sul, o curso de Enfermagem em **Rede** conta com três **pólos** e envolve seis universidades. No Nordeste, conta com o mesmo número de **pólos** e envolve dez universidades.

e) **Curso a distância** - embora essa denominação esteja usualmente associada à utilização de tecnologias educacionais e de comunicação avançadas, as instituições que informaram ter experiências desse tipo limitaram-se a indicar a denominação desses cursos — um total de onze — e o nome das universidades que os promovem, sem apresentarem o esquema utilizado para o seu oferecimento. Os cursos relatados são oferecidos por instituições estrangeiras — Argentina, Espanha e Portugal —, cobrem diferentes áreas e parecem visar mais particularmente à titulação de docentes e não ao surgimento de novos programas de pós-graduação.

4. A criação de novos cursos de pós-graduação mediante a associação de IES: advertências

A oferta de cursos de mestrado e doutorado com base em diferentes formas de associação entre instituições é um fato. É expressivo o número de iniciativas em andamento e pode-se prever que elas venham a se multiplicar nos próximos anos. Impõe-se à CAPES acompanhar a evolução desses cursos, sob pena de, posteriormente, vir a ter que se posicionar sobre uma situação já inteiramente fora de sua área de influência ou controle.

O estabelecimento das categorias de curso indicadas pode tornar mais inteligíveis tais iniciativas e mais fáceis as comunicações e negociações a elas referentes. Participamos de reuniões em que dirigentes de IES enfatizavam a indispensabilidade de terem projetos de **mestrado interinstitucional** financiados, quando, na realidade, o que efetivamente pleiteavam era o apoio para a promoção de **consórcios** ou **parcerias** —

nas acepções estabelecidas na tipologia anteriormente sugerida — para dar sustentação a projetos de criação de novos cursos de pós-graduação. O desconhecimento da diversidade de alternativas em questão, inclusive por quem lida com programas nessa área, dificulta o estabelecimento de uma base de entendimento entre os representantes das IES e dos órgãos governamentais.

Deve estar bem claro que cada tipo de experiência atende a objetivos diferentes, implica em riscos de natureza e amplitude diferentes, envolve providências, cautelas e formas de gerenciamento no âmbito da própria agência também diferentes e que é indispensável que isto seja devidamente ponderado antes de ser firmada uma posição sobre tais experiências. Um projeto de curso interinstitucional, por exemplo, está mais diretamente afeto ao cumprimento da política de capacitação de docentes, enquanto os de cursos em **parceria** e **consórcio**, ao cumprimento da política de expansão e desenvolvimento da pós-graduação. Como para o cumprimento de cada uma dessas políticas a CAPES conta com linhas de ação e programas específicos, que podem ou não

admitir o financiamento de cursos oferecidos mediante formas de associação entre instituições, é fundamental que os projetos relativos a tais cursos sejam bem fundamentados e devidamente avaliados.

O oferecimento de novos cursos de pós-graduação mediante diferentes alternativas de associação entre IES está diretamente relacionado à política de redução dos desequilíbrios regionais e intra-regionais na oferta da pós-graduação, uma vez que esse recurso é regularmente utilizado por instituições localizadas fora dos grandes centros de ensino e pesquisa que procuram meios para viabilizar a criação e manutenção de programas de mestrado ou doutorado.

Há a necessidade de ser explicitada a forma como são ou serão consideradas pelo Sistema de Acompanhamento da Pós-Graduação as atividades desenvolvidas pelos programas já consolidados junto aos diferentes tipos de cursos aqui focalizados, de forma especial, no caso de projetos que vierem a ser financiados pela CAPES.

O material enviado como resposta à sondagem permite, ainda, registrar que, em algumas IES, a pretensão de oferecer cursos de pós-graduação não parece estar fundamentada na existência ou perspectiva de uma demanda para o tipo de formação a ser por ele oferecida. O reduzido número de alunos de um curso em **consórcio**, já em andamento, e que, portanto, envolve a pretensão de criação de um curso novo de pós-graduação, é justificada pelo fato de não ser o mesmo contemplado com bolsas das agências federais — o que, talvez, não seja a única explicação. Valeria a pena analisar as distorções que podem estar a ocorrer em programas de mestrado e doutorado devido ao fato de não contarem com uma demanda correspondente à orientação por eles adotadas.

5. Possibilidades de capacitação de docentes em cursos de mestrado interinstitucional

Não há dúvida de que a alternativa ideal para a formação de docentes do ensino superior é a realização de um curso convencional de pós-graduação, que permita a seus alunos vivenciarem, por um período contínuo de tempo, o processo de aquisição e geração do conhecimento científico e o domínio das tecnologias mais avançadas envolvidas nesse processo. Entretanto, parece também possível a utilização, em casos excepcionais e emergenciais, de uma modalidade de curso oferecido de forma não convencional para a capacitação de grupos de docentes.

Essa percepção é calcada na seguinte ordem de fatos:

- ? é cada vez maior o percentual dos docentes do ensino superior com formação não-adequada ao desempenho de suas funções, que revelam não ter condições de se deslocarem para os grandes centros de ensino e pesquisa para neles realizarem seus cursos de pós-graduação. As razões apontadas são das mais diferentes natureza e já são bem conhecidas: pessoais, dificuldade de mudança do cônjuge e filhos para outra localidade, insuficiência dos valores das bolsas para a manutenção da família em outra localidade, dificuldade de liberação e de substituição pelas IES de origem, entre outras. Além disso, há IES que apontam como um fator a desestimular suas iniciativas de capacitação de pessoal nos grandes centros, o risco comprovado de evasão desse pessoal após a sua titulação, devido a problemas de reajustamento às condições locais de trabalho e às alternativas de novo emprego mais interessante e melhor remunerado, abertas pelo convívio com novos interlocutores e organizações. Isto torna ainda mais precária a situação dessas instituições — que já são menos aquinhoadas de recursos humanos qualificados e de infra-estrutura para ensino e pesquisa — e contribui para uma concentração ainda maior dos recursos humanos qualificados nas regiões e centros mais desenvolvidos;
- ? um número crescente de IES vem buscando superar as dificuldades de capacitação de seu pessoal, em determinadas áreas, com a utilização de alternativas não convencionais para o cumprimento deste propósito, como comprova o número de experiências do gênero planejadas ou já implantadas;
- ? há indicadores de que existe capacidade ociosa em programas de pós-graduação do mais alto nível e de que há, por parte de alguns desses programas ou de alguns grupos de seu corpo docente, uma certa disponibilidade ou interesse em contribuir com a promoção de novas modalidades de oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu*. Isto fica evidente, por exemplo, na seguinte afirmação de um departamento de uma grande e conceituada instituição em sua resposta à sondagem:

“A Pós-Graduação em (...) tem grande interesse e se dispõe a discutir com as instituições interessadas, propostas de outros convênios, visando à capacitação de docentes do sistema nacional. (...) O Departamento conta em seu quadro com 59 doutores. O Curso de Pós-Graduação encontra-se com capacidade ociosa do corpo docente e há grande interesse num melhor aproveitamento desses doutores. Considerando o quadro disponível para orientação, o Curso pode oferecer no total 295 vagas para estudantes. Atualmente, encontram-se matriculados no Curso 111 estudantes”

Na concepção e condução do subprograma, a CAPES busca assegurar que os projetos de mestrado interinstitucional explorem ao máximo todos os aspectos positivos que a formação, ao mesmo tempo, de uma equipe inteira de docentes no *campus* de sua própria instituição pode ensejar:

- ? a montagem da infra-estrutura de pesquisa que poderá ter uma importância fundamental na garantia das condições de produtividade posterior dos mestres a serem formados pelo curso;
- ? a formação de núcleos emergentes de pesquisa, propiciada pelo trabalho conjunto dos alunos em temas que poderão ser integrados e ajustados às opções da IES para o desenvolvimento da área em questão;
- ? o envolvimento de todo o corpo docente dos departamentos relacionados com o curso em atividades correlatas à sua promoção, facilitando a formação da “massa crítica” indispensável para o aprimoramento do desempenho desses profissionais e para a formação e desenvolvimento de núcleos de pesquisa;
- ? extensão aos alunos da graduação dos benefícios do convívio direto com profissionais do mais alto
- ? nível e de um ambiente mais instigante e ajustado a um processo de ensino e aprendizado;
- ? o estreitamento da ligação entre a IES promotora e a receptora, que poderá permitir a consolidação de esquemas duradouros de cooperação técnico-científica que poderão beneficiar não apenas a área do curso oferecido.

É procedente a decisão da CAPES de orientar o Subprograma de Mestrado Interinstitucional, não para o atendimento de uma demanda a ser espontaneamente apresentada pelas IES, mas para a indução de projetos que atendam a determinadas exigências, mediante o lançamento de editais ou convocações. Assim, o subprograma caracteriza-se como um instrumento para o cumprimento da política de capacitação de docentes do ensino superior, principalmente no que se refere ao atendimento especial de necessidades de regiões, sub-regiões, instituições ou áreas com maiores dificuldades na superação de bloqueios que se antepõem à melhoria do nível de qualificação de seu quadro de pessoal.

6. Principais riscos dos cursos de mestrado interinstitucional

A grande ameaça que cerca o oferecimento de mestrados interinstitucionais, mesmo quando promovidos por programas de pós-graduação do mais alto conceito, refere-se à possibilidade de que venham a se constituir em cursos de segunda categoria, destinados a melhorar as estatísticas sobre a qualificação do corpo docente do ensino superior ou a atender a formalidades relativas à ascensão funcional desses profissionais. A decisão de aprovar ou não esta iniciativa não pode se prender, exclusivamente, às condições relacionadas com a economia de custos e à criação de facilidades para o acesso à pós-graduação, afastando-se do que deve ser considerado como o requisito fundamental do PICDT: a garantia da qualidade da formação assegurada com o seu apoio.

Entre os fatores que podem contribuir para a queda da qualidade de curso de mestrado interinstitucional, destacam-se:

- ? baixo nível de comprometimento do Programa Promotor com a iniciativa, sendo a mesma sustentada por um grupo de docentes com composição não adequada ao conjunto de exigências a serem atendidas no oferecimento de disciplinas e na orientação dos alunos. Em face disto, um requisito fundamental para a aprovação de um projeto deve referir-se ao comprometimento formal do Programa Promotor com todas as etapas do planejamento e execução do projeto e ao envolvimento de uma equipe docente que tenha condições de garantir a exequibilidade do que é por ele proposto;
- ? possibilidade de o projeto representar uma versão simplificada e menos consistente do curso ministrado na sede do Programa Promotor, no que se refere ao seu conteúdo e às exigências de desempenho ou produção dos alunos. Para contornar essa ameaça, o subprograma deve ter bem

estabelecido que o Programa Promotor é o responsável pela titulação dos alunos e que a oferta de tais cursos deve estar submetida ao mesmo regimento e demais normas impostas ao curso-sede;

- ? descontinuidade do processo de formação dos alunos nos intervalos entre a oferta dos módulos ou entre os períodos de permanência dos docentes do Programa Promotor na Receptora. Para minimizar este risco é indispensável que a Receptora conte com um núcleo permanente de doutores que possam dar prosseguimento às ações do curso e atuar como co-orientadores dos alunos nos intervalos entre os módulos e visitas dos orientadores. Caso a Receptora não atenda a essa condição, deve haver a garantia prévia da superação dessa limitação com a utilização de professores visitantes, com permanência de longa duração, ou bolsistas de “Desenvolvimento Acadêmico”, ou de programas similares, a serem financiados pela CAPES ou por outros órgãos;
- ? insuficiência da infra-estrutura de ensino e pesquisa assegurada pela Receptora para o oferecimento do curso: bibliografia especializada, equipamentos, material de laboratório, recursos de informática, etc. Por se constituir em um item essencial para o sucesso do projeto, o planejamento da infra-estrutura básica deve ser supervisionado diretamente pelo Programa Promotor e sua implantação deve se constituir em um pré-requisito para a aprovação de um projeto, constituindo-se, inclusive, em item a ser parcialmente financiado pela CAPES;
- ? descontinuidade ou interrupção do projeto por falha de alguma das entidades envolvidas em sua promoção — Promotora, Receptora ou CAPES — no cumprimento de suas atribuições. Em face disto, todas as negociações devem ser centradas na execução integral do projeto de formação de uma turma de alunos/docentes, devendo ser previamente acertados e formalizados em convênios todos os compromissos e responsabilidades de cada uma das partes nele envolvidas em todas as etapas de seu desenvolvimento. No que concerne à CAPES, as IES devem, antes de dar início à execução de um projeto de curso, conhecer exatamente o montante, destinação, regras de utilização e cronograma de repasse do total de recursos que serão assegurados a tal projeto;
- ? há também que ser considerado que a capacitação de toda uma equipe de docentes por um mesmo programa de pós-graduação deve merecer a adoção de providências posteriores com vistas à minimização dos efeitos negativos que podem ser gerados por esse ato nível de “endogenia” na formação dos mencionados profissionais.

Na avaliação de um projeto de Mestrado Interinstitucional devem também ser consideradas as repercussões que o seu oferecimento pode ter para o desempenho do Programa Promotor. Há que ser analisada a possibilidade de o esforço adicional a ser despendido por esse programa no oferecimento de um curso ministrado em condições adversas ou, pelo menos, desgastantes para a sua equipe de docentes, vir a comprometer algumas de suas atividades regulares de ensino e pesquisa e o próprio desempenho dos cursos por ele promovidos, em seu *campus* ou fora dele.

Em face disto, impõe-se a adoção das seguintes cautelas: somente programas de pós-graduação do mais alto conceito devem ser aceitos como promotores de cursos de mestrado interinstitucional apoiados pela CAPES; deve ser limitado o número de projetos em que um programa de pós-graduação pode atuar como promotor de um curso oferecido fora de sua sede; a aprovação do financiamento de um projeto deve ser precedida pela avaliação das possíveis repercussões negativas que a iniciativa possa ter para o desempenho e produtividade do Programa Promotor.

7. Conclusão

Este relato demonstra o surgimento de várias formas de associação entre IES com vistas à garantia das condições indispensáveis para a criação ou oferta de novos cursos de pós-graduação, evidenciando a complexidade do assunto e a necessidade do acompanhamento e avaliação dos projetos em execução. Demonstra também que, ao conceber o Subprograma de Mestrado Interinstitucional, a CAPES procurou cercar-se de todas as cautelas requeridas por esse tipo de solução emergencial para o problema da capacitação de docentes de IES localizadas fora dos grandes centros de ensino e pesquisa.

O Subprograma de Mestrado Interinstitucional foi criado em fevereiro de 1996, já tendo lançado duas convocações para o financiamento de projetos: a primeira em 1996 e a segunda no ano em curso.

A P Ê N D I C E S

Tabela 1

OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO FORA DA SEDE DO PROGRAMA, SEGUNDO O RELATO DAS IES PROMOTORAS DE TAIS CURSOS

- Incluídas referências a projetos em execução ou em fase de negociação.
- Informações apresentadas à Diretoria de Programas/CAPES em novembro/dezembro de 1995.

IES Promotora	Instituição Beneficiária	Área/Subárea	Nível*	Tipo*
Univ. Federal de Minas Gerais - UFMG	Univ. Federal de Viçosa	Química	D	Consórcio
	Univ. Federal de Juiz de Fora	Química	M/D	Consórcio
	Univ. Federal de Juiz de Fora	Física	M	Consórcio
Univ. Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Univ. do Sudoeste da Bahia - UESB	Enfermagem	M	Interinstit.
Univ. de São Paulo - USP	Univ. Federal de Ouro Preto	Engenharia Mineral	-	-
	Univ. Federal de Minas Gerais	Enfermagem	-	-
	Univ. Federal da Paraíba	Enfermagem	-	-
	Univ. Federal da Bahia	Enfermagem	-	-
	F.U. de Caxias do Sul	Saúde Pública	-	-
	Univ. Federal do Rio G. Norte	Psicologia Clínica	-	-
	CETEM/CNPq	Engenharia Mineral	-	-
	Indústrias Villares	Engenharia de Produção	-	-
	Instituto Brasileiro de Fosfato	Engenharia Mineral	-	-
Univ. Estadual Paulista - UNESP	Univ. Federal de Sergipe	Geografia	D	Consórcio
Univ. Estadual de Campinas - UNICAMP	Fundação Univ. de Rondônia	Linguística	M	Interinstit.
	Univ. Federal do Pará	Medicina	-	-
	UNICENTRO- Guarapuava-PR	Educação	M	-
	Univ. Estadual de Ponta Grossa-PR		M	-
Univ. Federal de São Carlos - UFSCar	Univ. Federal do Amazonas	Física	M/D	Interinstit.
Univ. Federal de Santa Catarina - UFSC	FEJ/UDESC, Joinville	Engenharia de Produção	M/D	-
	UNOESC, Joaçaba	Direito	M	Interinstit.
	UNIVALI, Itajaí	Enfermagem	M	Interinstit.
	UFPr, UFPel, URG, UFSC e UFRGS	Enfermagem REPENSUL	M	Rede
Univ. Federal do Rio Grande do Sul - FURGS	Univ. de Caxias do Sul	Administração	M	-
	Univ. de Caxias do Sul	Matemática Aplicada	M	-
	Univ. Federal de Pelotas	Educação	M/D	-
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS	Faculdades do Oeste do Paraná	Educação	M	Interinstit.
Católica - PUC/RS	Univ. da Campanha, Bagé	Educação	M	Interinstit.
	Univ. de Passo Fundo	Filosofia	M	Interinstit.

- * Nível e tipo - A inexistência de elementos para identificação do tipo ou nível do projeto é indicada com a utilização do travessão. Definição do "tipo" baseada nas categorias sugeridas pelo relatório a que se vincula, como apêndice, esta tabela. O enquadramento nos tipos indicados é preliminar, devido à insuficiência das informações fornecidas.

Tabela 2

OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO BASEADA EM CONVÊNIOS ENTRE IES, SEGUNDO O RELATO DAS IES BENEFICIADAS

POR ESSAS INICIATIVAS

- Incluídas referências a projetos em execução ou em fase de negociação.
- Informações apresentadas à Diretoria de Programas/CAPES em novembro/dezembro de 1995.

IES Receptora/ Beneficiária	IES Promotora	Área/Subárea	Nível*	Tipo*
Fundação Univ. do Amazonas	Univ. Federal de Viçosa	Ciências Agrárias	M	Interinstit.
	Univ. de São Paulo/USP	Ciências Médicas	M/D	Interinstit.
	Univ. Federal de São Carlos	Física	M/D	Interinstit.
	Univ. Federal de São Carlos	Genética	M/D	Interinstit.
Fundação Univ. de Rondônia	Univ. Estadual de Campinas	Linguística	M	Interinstit.
		Ciências Biológicas	M/D	Parceria
		Zoologia	M	Parceria
		Botânica	M	Parceria
Univ. Federal do Pará, Museu Emílio Goeldi e EMBRAPA	Univ. Federal do Ceará	Ciência Animal	M	Parceria
		Direito Público	M	-
		Desenvolvimento e Meio Ambiente	M	Parceria
		Zootecnia	-	-
Univ. Federal do Maranhão UFC, UFAL, UFS, UFPb, UEP, URRN/Mossoró, UFRM e UFPE	Univ. Federal do Ceará	Enfermagem/RENE	M	Rede
		Enfermagem	D	Rede
		Linguística	M	-
		Genética	-	-
UFPb, UFBA, UFMA, UFPI, UFRN, UFPE, UFAL, UFSE... UFPb e UFBA Univ. Regional do Cariri, CE	Univ. Federal da Paraíba (UFPE, UFC, UFAL, UFRN)	Bioquímica	-	-
		Psicologia Clínica	M	-
		Cirurgia	M	Interinstit.
		Comunicação Social	M/D	-
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	Univ. Federal do Ceará	Saúde Coletiva e Nutrição	M	-
		Matemática	-	-
		Planejamento e Gest. Organizacional	M	Distância
		Marketing e Finanças Internacionais	M	Distância
Univ. de Pernambuco - UPE	Univ. de Madrid - Espanha	Comércio Exterior	M	Distância
		Serviço Social	M	Interinstit.
		Educação Física	M	Interinstit.
		Educação	D	Interinstit.
Univ. Federal de Alagoas	Univ. Federal de Pernambuco / Univ. Federal da Paraíba	Geociências	M	-
		Saúde da Criança	M	Parceria
		Enfermagem	M	Interinstit.
		Educação	M	Interinstit.
Univ. Federal de Sergipe - Univ. Federal de Alagoas	Univ. do Rio de Janeiro	Saúde Coletiva	M	Interinstit.
		Linguística	M	Interinstit.
		Química	M	Consórcio
		Física	M	Consórcio
Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia	Univ. Federal de Santa Catarina	Enfermagem/REPENSUL	M	Rede
		Genética e Melhoramento	M	Parceria
		Agronomia	M	Parceria
		Educação	M	Consórcio
Univ. Estadual de Santa Cruz, BA	Univ. Estadual de Campinas	Enfermagem	M	Interinstit.
		Educação	M	Interinstit.
		Saúde Coletiva	M	Interinstit.
		Linguística	M	Interinstit.
Univ. Estadual de Feira de Santana	Univ. Federal de Minas Gerais	Química	M	Consórcio
		Física	M	Consórcio
		Enfermagem/REPENSUL	M	Rede
		Genética e Melhoramento	M	Parceria
Univ. Federal de Juiz de Fora	Univ. Federal de Santa Catarina	Agronomia	M	Parceria
		Educação	M	Consórcio
		Enfermagem	M	Interinstit.
		Educação	M	Consórcio
UFPR, UFPEL, UFRG, UFSM e UFRGS	Univ. Federal de Santa Catarina	Enfermagem/REPENSUL	M	Rede
		Genética e Melhoramento	M	Parceria
		Agronomia	M	Parceria
		Educação	M	Consórcio
Univ. Estadual de Londrina e EMBRAPA	Univ. Estadual de Campinas	Enfermagem	M	Interinstit.
		Educação	M	Interinstit.
		Saúde Coletiva	M	Interinstit.
		Linguística	M	Interinstit.

IES Receptora/Beneficiária	IES Promotora	Área/Subárea	Nível*	Tipo*
Univ. do Sul de Santa Catarina	Univ. de Ciências Empresariales Y Sociales - Argentina	Administração	M	Distância
	Univ. de Santiago de Compostela - Espanha	Química	D	Distância
	Univ. del Museo Social Argentino - Argentina	Ciências Jurídicas e Sociais	D	Distância
	Univ. de León - Espanha	Meio Ambiente	M	Distância
	Univ. Moderna - Portugal	Marketing e Finanças Internacionais	M	Distância

* Nível e tipo - A inexistência de elementos para identificação do tipo ou nível do projeto é indicada com a utilização do travessão.

Definição do “tipo” baseada nas categorias sugeridas pelo relatório a que se vincula, como apêndice, esta tabela. O enquadramento nos tipos indicados é preliminar, devido à insuficiência das informações fornecidas.

DOCUMENTOS

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE E TÉCNICA — PICDT

SUBPROGRAMA MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

CHAMADA 02 — 01/97

1. Convocação

A Diretoria de Programas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) convida as instituições de ensino superior localizadas fora dos centros avançados de ensino e pesquisa do país e que estejam a enfrentar dificuldades para encaminhar membros de seu quadro de pessoal para a realização de cursos de mestrado em tais centros, a apresentarem, em conjunto com instituições que mantenham programas de pós-graduação já consolidados, propostas no âmbito do **Subprograma de Mestrado Interinstitucional**, do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT, nos termos estabelecidos pela presente Chamada.

2. Fundamentos e diretrizes

Os princípios, diretrizes e normas que regem esta linha de apoio da CAPES e as atribuições das instituições envolvidas na execução dos projetos por ela apoiados são detalhados no Manual do Subprograma de Mestrado Interinstitucional – versão vigente a partir de janeiro de 1997, devendo tal documento ser analisado pelos interessados na promoção dessa modalidade de curso. A inscrição de proposta em resposta a esta Chamada representa para a CAPES a aceitação formal pelas instituições proponentes de, na execução dos projetos que vierem a ser aprovados e apoiados, cumprirem integralmente as diretrizes e normas fixadas pelo mencionado documento.

3. Datas limites

- Apresentação de propostas: até 30 de abril de 1997.
- Divulgação de resultados 28 de agosto de 1997.
- Apresentação de recursos: 30 de setembro de 1997.
- Implementação dos projetos a partir de 01 de novembro de 1997.

4. Escopo

Os projetos a serem financiados pelo subprograma devem referir-se à oferta de curso de “**Mestrado Interinstitucional**” com as seguintes características básicas:

- a) Seja promovido por um programa de pós-graduação já consolidado no *campus* de uma outra instituição de ensino;
- b) Esteja sujeito ao mesmo regulamento e apresente o mesmo padrão de qualidade do curso oferecido na sede do programa promotor.
- c) Tenha caráter temporário, sendo sua oferta restrita ao período necessário à capacitação, em nível de mestrado, de um único grupo ou “turma” de docentes e técnicos de uma ou mais instituições de ensino superior.

5. Instituições participantes

5.1. Categorias:

- a) **Instituição promotora:** é responsável pela promoção, coordenação acadêmica e garantia da qualidade do curso oferecido. Sua participação efetiva-se através do programa de pós-graduação que promoverá o curso de mestrado em questão, identificado como “Programa Promotor”.
- b) **Instituição receptora:** é a instituição em cujo “campus” é promovido o curso, para a capacitação de um grupo de seus docentes e técnicos. É responsável pelo oferecimento da infra-estrutura requerida para as atividades de ensino e pesquisa programadas e pela operacionalização do apoio concedido ao projeto.
- c) **Instituição associada:** participa da definição e execução do projeto como instituição interessada na capacitação de um grupo de seus docentes e técnicos, segundo as condições previstas pelo subprograma ou que vierem a ser acertadas entre as partes.

5.2. Um projeto apoiado pelo subprograma pode, portanto, beneficiar uma instituição, a “Receptora” do curso, ou um grupo, formado pela “Instituição Receptora” e “Instituições Associadas”.

6. Requisitos dos projetos

Os projetos inscritos deverão atender às orientações e requisitos fixados por esta Chamada e os fixados pelo Manual do Subprograma para todos os projetos por ele apoiados.

6.1. Orientações e requisitos específicos desta Chamada:

- a) As inscrições estão abertas para projetos vincula-dos a todas as áreas do conhecimento, na dependência das necessidades das instituições a serem por eles beneficiadas.
- b) É admitida a participação de instituições públicas e privadas como **Promotoras ou Receptoras**.
- c) Cada programa de pós-graduação pode, em resposta a esta chamada, concorrer ao apoio do subprograma mediante a inscrição como o Promotor de um único projeto ou curso.
- d) Não há restrição quanto ao número de projetos que cada Instituição Receptora pode inscrever em resposta a esta Chamada, ficando a decisão da CAPES sobre o apoio a lhe ser concedido na dependência da verificação de sua capacidade em cumprir adequadamente as atribuições que lhe cabem na execução dos projetos que venham a ter o seu mérito reconhecido pelas Comissões de Avaliação.
- e) Não é permitido à Instituição Receptora inscrever novo projeto de curso em área que já conte com projeto de Mestrado Interinstitucional aprovado pelo subprograma, em fase de implantação ou execução.
- f) É admitida a inscrição e apoio a projeto referente a curso que já esteja em desenvolvimento no momento de formalização do pedido de financiamento junto à CAPES, desde que respeitadas as seguintes condições:
 - ? ? A proposta inscrita deve conter o projeto inte-gral do curso e especificar as etapas já executadas e aquelas para as quais é solicitado o apoio.
 - ? A proposta integral do curso deve atender a todas as exigências do Subprograma, segundo o que estipula esta Chamada.
 - ? O apoio a ser dado ao projeto que vier a ser aprovado deverá limitar-se às etapas previstas para serem executadas após a data de início de vigência do convênio que formalizara a concessão pela CAPES.

6.2. Orientações e requisitos fixados pelo subprograma para todos os projetos por ele apoiados:

6.2.1. Quanto ao Programa Promotor:

- a) Manter curso regular, em sua sede, em nível de Mestrado e de Doutorado.

- b) Ter o curso de Mestrado, por ele regularmente promovido, o conceito “A”, segundo a última avaliação da CAPES, e ser o curso de doutorado incluído na categoria de “Recomendado pelo PICDT”.
 - * A CAPES poderá, em caráter excepcional, autorizar a aceitação de um programa com conceito “B” como Promotor de um curso de Mestrado Interinstitucional, no caso de áreas que não contém no país com programas com conceito “A”.
- c) Revelar dinamismo na condução de seus cursos regulares de pós-graduação, que o credencie como parceiro adequado da Instituição Receptora para as ações previstas pelo projeto.
- d) Comprovar o envolvimento do programa, em termos institucionais - e não apenas de um grupo restrito de seus docentes - na promoção do curso a ser oferecido fora de sua sede.
- e) Comprometer-se a imprimir ao curso apoiado pelo Subprograma o mesmo nível de qualidade que caracteriza o curso oferecido em sua sede, submetendo-o aos mesmos controles e exigências.
- f) Revelar condições de executar o projeto proposto sem comprometer o desempenho dos cursos regularmente oferecidos em sua sede.

6.2.2. Quanto a Instituição Receptora:

- a) Ter sido admitida como participante do PICDT.
- b) Garantir a infra-estrutura básica exigida para as atividades de ensino e pesquisa e o suporte administrativo do curso.
- c) Contar, durante todo o período de execução do projeto, com, pelo menos, um doutor com condições de auxiliar na condução da programação acadêmica e no acompanhamento e orientação dos alunos.
 - * A CAPES poderá viabilizar o atendimento dessa condição concedendo Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico a professor aposentado que atenda às condições estipuladas pelo subprograma para essa modalidade de bolsa.
- d) Contar com lideranças capazes de assegurar os desdobramentos previstos pelo projeto no que tange à melhor capacitação da instituição para o desempenho de suas funções.

6.2.3. Quanto à Instituição Associada:

- a) Ser reconhecida pelo MEC.
- b) Possuir um grupo de docentes e técnicos particularmente interessados em sua capacitação em nível de mestrado, na forma prevista pelo subprograma, e com condições de serem selecionados para a realização do curso.

6.2.4. Quanto ao Curso Programado/Apoiado:

- a) Estar sujeito ao mesmo regimento, normas e controles do curso regularmente oferecido na sede do Programa Promotor, preservando o mesmo nível de qualidade da formação por ele assegurada.
- b) Apresentar áreas de concentração compatíveis com a vocação e perspectivas de desenvolvimento da Instituição Receptora.
- c) Destinar-se a um grupo ou “turma” de alunos que tenha, pelo menos, 70% de sua composição preenchida por docentes e técnicos do quadro permanente das instituições beneficiadas pelo projeto.
 - * Em casos excepcionais, o projeto poderá admitir como alunos professores “horistas” ou “colaboradores” e “recém-graduado, para a complementação das turmas, conforme é disciplinado no item que estabelece os requisitos referentes aos alunos do curso.
- d) Ter a duração máxima de 30 (trinta) meses.

- e) Contar com a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades previstas pelo projeto.
- f) Contar com um plano acadêmico que atenda às seguintes exigências:
 - ? Exija um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas, sendo um crédito correspondente a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas;
 - ? Evidencie a compatibilidade do quadro de disciplinas previstas;
 - ? Estabeleça como obrigatória a realização pelos alunos do curso de um estágio de, no mínimo, quatro meses ininterruptos na sede do Programa Promotor, a ser cumprido em regime de tempo integral.
 - * Poderão ser admitidos, em caráter excepcional, projetos em que o estágio obrigatório não cumpra a exigência estipulada de ser realizado em período ininterrupto, desde que seja devidamente demonstrado que o esquema previsto permitirá aos alunos a vivência de realidade acadêmica do Programa Promotor, conforme é pretendido pelo subprograma.
 - ? Programe, para os alunos do curso, durante os períodos compreendidos entre os módulos do projeto, atividades de estudo e pesquisa e contatos regulares com os professores encarregados das atividades de acompanhamento e co-orientação.
 - ? Especifique o cronograma detalhado das atividades a serem desenvolvidas.

6.2.5. Quanto aos Alunos do Curso:

- a) Pertencer ao quadro permanente — docente ou técnico — de uma das instituições beneficiárias do projeto: Receptora ou Associadas.
 - ? Em caráter excepcional poderá ser permitida a admissão de profissionais vinculados às instituições beneficiárias na condição de professores “horistas” ou “colaboradores” ou por elas indicados como “recém-graduados”, desde que o número de alunos nessa condição representem menos do que 30% dos alunos do curso e que cada candidato atenda às exigências a seguir estabelecidas para a categoria em que se enquadra:
 - * Se “**horista**” ou “**colaborador**” — manter com a instituição beneficiária do projeto vínculo de, pelo menos, 12 (doze) horas semanais;
 - * Se “**recém-graduado**”, — atender às condições fixadas pelo Manual do Subprograma para essa categoria de bolsistas.
 - ? A coordenação do projeto, antes de se decidir pela admissão de “horistas”, “colaboradores” e “recém-graduados”, deverá avaliar as condições efetivas que tais candidatos terão para cumprir a contento todas as atividades programadas, uma vez que, como os demais alunos, eles não contarão com bolsa para sua manutenção durante o período de realização do curso e podem necessitar trabalhar em um regime incompatível com o esquema de dedicação requerido pelo projeto.
- b) Ter a sua atuação profissional diretamente relacionada com a área do curso oferecido.
 - ? O subprograma apoia, exclusivamente, a capacitação de docentes e técnicos para o melhor desempenho das funções que exercem, não permitindo a admissão de alunos para a obtenção de formação de caráter geral ou em área apenas correlata à de sua atuação.
 - ? Em caráter excepcional, poderá ser autorizada a admissão de aluno que somente após sua titulação deverá assumir função correspondente à área do curso, desde que seja homologada pelos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Receptora e Promotora a justificativa apresentada pela chefia da unidade que pleiteia a capacitação do docente ou técnico no curso em questão.
- c) Contar, no momento do início do curso, com, pelo menos, 13 (treze) anos para integralizar o tempo legalmente fixado para a obtenção de sua aposentadoria por tempo de serviço, de acordo com o seguinte cálculo:

TA - TS => 13 anos

Sendo “TA” o tempo de serviço admitido para aposentadoria — 25 (vinte e cinco) anos para docentes mulher, 30 anos para docentes homem, 30 anos para técnicas e 35 para técnicos — e

“TS” o tempo de serviço já prestado pelo candidato, segundo a certidão averbada pelo órgão de pessoal competente.

- d) Ser selecionado pelo Programa Promotor para a realização do curso.
- e) Assumir com a CAPES, na condição de beneficiário, de investimentos públicos efetuados em sua qualificação profissional, os seguintes compromissos:
 - ? Cumprir as normas referentes à realização do curso;
 - ? Apresentar um excelente desempenho acadêmico;
 - ? Se vinculado a instituição participante do projeto, permanecer nela atuando, após a conclusão do curso, não apresentando pedido de exoneração, demissão, afastamento ou aposentadoria antes de decorrido tempo de efetivo exercício pelo menos correspondente ao período de duração do seu programa de capacitação.
 - ? Se admitido como recém-graduado, apresentar-se à instituição responsável pela sua indicação para o desenvolvimento das atividades de docência e pesquisa para as quais vier a ser contratado, pelo prazo correspondente, pelo menos, ao de duração do curso realizado.

7. Itens financiáveis: categorias

7.1. Poderão ser financiados pela CAPES os seguintes itens:

- a) **Bolsas** destinadas à Instituição Receptora:
 - ? **Bolsa de mestrado na modalidade integral** — para os alunos do curso durante, exclusivamente, o período de realização do estágio obrigatório na Instituição Promotora.
 - ? **Bolsa de desenvolvimento acadêmico nível III ou IV** — para professor aposentado, altamente qualificado, no caso de a Instituição Receptora não contar com docente com o título de doutor para desenvolver as atividades relacionadas com o acompanhamento e co-orientação dos alunos do curso, conforme é exigido pelo subprograma.
- b) **Auxílio Financeiro** destinado a Instituição Receptora, para o atendimento parcial de despesas referentes aos seguintes itens:
 - ? **Custeio:** passagens, hospedagem e alimentação dos docentes e orientadores do curso que tiverem que se deslocar para a localidade em que o mesmo for oferecido, material de consumo, material de informática e outros ligados diretamente às necessidades relativas ao oferecimento do curso.
 - ? **Capital:** para a aquisição pela Instituição Receptora da infra-estrutura complementar indispensável para o oferecimento do curso: material bibliográfico, equipamentos para laboratórios, recursos de informática e outros itens relacionados diretamente com a execução do projeto, considerando-se que a infra-estrutura básica deve ser assegurada pela Instituição Receptora.
 - * Em nenhuma hipótese, recursos do subprograma poderão ser utilizados para a aquisição dos seguintes itens de Capital: cadeiras, mesas, armários, estantes, ventiladores, ar condicionados e outros itens ligados ao suporte físico-administrativo do projeto.
 - ? O valor do “Auxílio Financeiro” a ser atribuído a cada projeto dependerá da devida avaliação das características das ações nele propostas, de situações específicas da área em que se enquadra e dos recursos de infra-estrutura já assegurados pela Receptora.
 - ? A título de orientação sobre o montante previsto para o Auxílio-Financeiro aos projetos apoiados, informa-se que, no que se refere à Chamada anterior do Subprograma, os recursos aprovados para esse item (não incluídos os valores correspondentes às bolsas concedidas) variaram entre R\$30.000,00 (trinta mil reais) e R\$70.000,00 (setenta mil reais), sendo intenção da CAPES preservar estamesma orientação na fixação dos financiamentos correspondentes a presente Chamada.
- e) **Taxa de Mestrado Interinstitucional**, atribuída à Instituição Promotora, independentemente de seu enquadramento como instituição pública ou privada. Esse benefício substitui, no caso dos projetos apoiados pelo Subprograma de Mestrado Interinstitucional, as Taxas Acadêmicas e Escolares adotadas por outros programas da CAPES, preservando, contudo, a mesma destinação estabelecida para os recursos correspondentes a estas taxas.

- ? O valor da Taxa de Promoção de Mestrado Interinstitucional atribuída a cada Programa Promotor pela execução integral de um projeto apoiado, corresponde a quatro mensalidades de bolsas de mestrado por aluno regular atendido pelo projeto.
- ? O repasse dos recursos correspondentes a este benefício será efetuado pela CAPES em duas parcelas: uma repassada no primeiro semestre de execução do projeto e a outra, no terceiro semestre.

7.2. Os recursos referentes a Bolsas de Mestrado e Auxílio Financeiro são repassados à Instituição Receptora; os referentes à Taxa de Mestrado Interinstitucional, à Instituição Promotora, e os correspondentes às Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico, diretamente aos bolsistas.

7.3. Não é previsto pelo subprograma a apresentação por parte da Instituição Promotora de solicitação de qualquer modalidade de apoio referente a bolsas ou a auxílio financeiro.

8. Critérios de Julgamento

A decisão da CAPES sobre os projetos a serem apoiados deverá ser subsidiada por pareceres emitidos por Comissões de Avaliação formadas por especialistas nas áreas atendidas. Na avaliação dos projetos serão considerados:

- a) O enquadramento da proposta às normas da Chamada e do subprograma.
- b) A competência do Programa Promotor para cumprir suas atribuições na execução do projeto, sem prejuízo para a sua programação regular; o envolvimento de suas lideranças docentes mais dinâmicas com o projeto e os indicadores de que o curso proposto cumprirá o mesmo padrão de qualidade daquele que é ministrado em sua sede.
- c) O mérito do projeto, o atendimento das exigências estipuladas e a exequibilidade do plano acadêmico proposto.
- d) As condições para o oferecimento do curso na Instituição Receptora: infra-estrutura assegurada e condições de acompanhamento e co-orientação dos alunos.
- e) O ajustamento do projeto à vocação e perspectiva de desenvolvimento da instituição e seu impacto no âmbito institucional e regional.
- f) A viabilidade econômica do projeto: adequação do orçamento proposto às orientações e disponibilidade de recursos do subprograma.

* Sempre que necessário, a CAPES enviará membros das comissões de avaliação para estabelecer entendimentos com as instituições participantes de um projeto e realizar visitas a Instituição Receptora para a verificação das condições efetivas para a promoção do curso - biblioteca, recursos de informática, laboratórios, instalações - e discutir a relação do projeto com as suas reais necessidades e possibilidades.

9. Inscrição de Propostas:

9.1. Documentação Obrigatória

A inscrição de proposta deve ser efetuada rigorosamente dentro do prazo previsto para tal fim, instruída com uma via da seguinte documentação:

- a) **Formulário de solicitação de apoio “PICDT - Mestrado Interinstitucional”** devidamente preenchido e assinado.
- b) **Documento expedido pelo Coordenador do Programa Promotor**, aprovado pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, comprovando o engajamento formal do Programa com o oferecimento do curso de Mestrado Interinstitucional, informando que esta iniciativa não trará repercussões negativas para o desempenho dos cursos oferecidos em sua sede.

- c) **Projeto detalhado do curso de Mestrado Interinstitucional**, com o conteúdo a seguir especificado, expressando o acordo da Promotora e Receptora sobre todos os aspectos envolvidos na promoção do curso, cabendo ao Programa Promotor a definição de todos os itens referentes à estrutura e proposta pedagógico/metodológica do curso:
- ? **Identificação do Projeto** — Nome do Curso, área do conhecimento e áreas de concentração oferecidas, com seus respectivos códigos, número de alunos e datas previstas para o início e término do curso (titulação dos alunos).
 - ? **Identificação das Instituições Participantes** — Receptora, Promotora e Associadas.
 - ? **Coordenação do Projeto**: Nome, cargo e endereço funcional do Coordenador Acadêmico do Projeto, que obrigatoriamente deve ser um docente do Programa Promotor, e nome, cargo e endereço funcional do Coordenador Operacional do Projeto, vinculado à Instituição Receptora.
 - ? **Justificativa/Relevância Institucional do Projeto** — Apresentar um diagnóstico preciso da situação da área atendida; destacar a importância das áreas de concentração a serem oferecidas e a vinculação de tais áreas às linhas de pesquisa a serem desenvolvidas na Receptora; especificar o impacto ou desdobramentos previstos para o projeto, em termos institucionais e regionais; apresentar a justificativa para a escolha do Programa Promotor, indicando a existência de formas de intercâmbio regular entre as instituições envolvidas.
 - ? **Seleção de Alunos** — Especificar os critérios a serem adotados na seleção dos alunos e o esquema a ser adotado para a efetivação dessa seleção.
 - ? **Plano Acadêmico do Curso** — Demonstrar o atendimento de todos os requisitos do curso fixados pelo Manual do Subprograma. Este plano, além de incluir a proposta acadêmico-pedagógica do curso, deve indicar:
 - * o elenco, ementa e carga horária/créditos das disciplinas a serem oferecidas;
 - * a estruturação básica da programação nos módulos previstos, deixando claro o atendimento da exigência de coerência e progressividade entre tais módulos;
 - * a relação do núcleo principal de professores responsáveis pelo oferecimento do curso.
 - ? **Orientação dos Alunos** - Especificar a forma como devem se efetivar as atividades de orientação dos alunos, principalmente no que se refere à elaboração de dissertações .
 - ? **Co-orientação**: Indicar o nome e síntese do currículo do(s) docente(s) doutor(es) que deverá(ão) atuar, na Instituição Receptora, no acompanhamento de programas de estudo e co-orientação dos alunos ou a documentação referente à solicitação de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico relativa ao atendimento dessa exigência.
 - ? **Sistema de acompanhamento e avaliação** do desempenho dos alunos e do projeto como um todo.
 - ? **Capacidade Instalada** - Caracterizar os componentes de infra-estrutura a serem assegurados pela Receptora para o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa relacionadas com o oferecimento do curso, especificando os já disponíveis e aqueles que deverão ser posteriormente adquiridos. Incluir uma apreciação do Programa Promotor sobre a garantia das condições indispensáveis para a execução do projeto. Para os itens a serem adquiridos, deve ser apresentado o cronograma de aquisição a ser adotado, com especificação da fonte de financiamento a ser utilizada e indicação do estágio das negociações entabuladas para obtenção dos recursos para tal fim requeridos.
 - ? **Infra-estrutura das Instituições Associadas** - Caracterização dos componentes de infra-estrutura a serem assegurados pelas Instituições Associadas - no caso de o projeto contar com tal categoria de beneficiárias - para que os alunos do curso a elas vinculados possam cumprir seus programas de estudo e pesquisa.
 - ? **Cronograma de Atividades** - Estabelecer os prazos de execução das diferentes etapas do projeto.
 - * Se a Instituição Receptora necessitar do apoio do Subprograma para a montagem da infra-estrutura considerada indispensável para o início do oferecimento do curso, o prazo fixado para a execução do projeto poderá incluir o período requerido para a aquisição, com os recursos concedidos pela CAPES, dos itens de infra-estrutura previstos. Assim, a etapa de promoção do curso - com duração máxima de trinta meses - pode ser precedida de uma etapa - não superior a seis meses - destinada à montagem da infra-estrutura prevista, o que poderá estabelecer um período de até 36 (trinta e seis) meses para a execução integral do projeto.

- d) **Orçamento Detalhado do Auxílio Financeiro Solicitado** com a indicação, para os itens de Custeio e Capital propostos, das seguintes informações: identificação, quantidade, valor unitário e valor total. A versão sintética do Orçamento é apresentada no Formulário de Solicitação definido pela CAPES.
- e) **Solicitação de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico** — se necessária — composta pelos seguintes documentos:
- ? Formulário de Solicitação de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico, devidamente preenchido e assinado.
 - ? *Curriculum Vitae* sintético.
 - ? Cópia do comprovante do título de Doutor.
 - ? Projeto de Pesquisa detalhado.
 - ? Plano de Atividades de Acompanhamento e Co-orientação de Alunos do Curso a ser cumprido pelo candidato à bolsa.

9.2. Prazo e Local para a Apresentação de Propostas

- ? Data Limite para Apresentação de Propostas: até 30 de abril de 1997.
- ? Local para Envio das Propostas:
 - MEC/CAPES - CDI (Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional)
 - Esplanada dos Ministérios
 - CEP 70047-900 - Brasília - DF
- ? Para Informações:
 - Fone: (061)214 8878; Fax: (061)321 3072

9.3. Atendimento das Exigências

9.3.1. Somente serão consideradas as propostas entregues no prazo e local estabelecidos, não se aceitando, em tempo posterior, quaisquer adendos ou esclarecimentos a elas relativos.

9.3.2. As propostas apresentadas que não atendam a todas as exigências estipuladas para a sua inscrição serão automaticamente desqualificadas, não cumprindo as demais etapas do processo de análise e julgamento.

10. Contratação de Projetos

A decisão da CAPES em apoiar, através do Subprograma, um determinado projeto será formalizada mediante a celebração de dois instrumentos:

- a) **Termo de Compromisso** — a ser firmado entre a CAPES e as instituições de ensino dela participantes — Promotora, Receptora e Associadas — em que serão estabelecidos os compromissos e responsabilidades de todos os envolvidos na execução integral do projeto dentro das condições e exigências fixadas.
- b) **Convênio** — entre a CAPES e a Instituição Receptora, em que serão estabelecidos os aspectos específicos referentes às responsabilidades dessas duas partes na execução do projeto em questão.
- ? A assinatura desse Convênio pressupõe que a Instituição Receptora atenda às exigências fixadas pela legislação em vigor para a assinatura desse tipo de ato com órgãos da Administração Pública.
 - ? No caso de não serem atendidas as exigências supramencionadas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de divulgação dos resultados do julgamento do Edital, a concessão correspondente será automaticamente cancelada.

11. Disposições Gerais

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, por motivo de interesse público ou por ilegalidade, respectivamente, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

DOCUMENTOS DE ÁREA ELABORADOS PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DA CAPES - 1996

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

ASTRONOMIA / FÍSICA

Em reunião realizada em Brasília nos dias 10 a 14 de junho, o Comitê Assessor para a área de Física e Astronomia, com base na análise dos relatórios enviados pelos 30 programas de pós-graduação no país, procederam à classificação dos mesmos.

Para isso, foram considerados os seguintes aspectos:

1. dimensão, qualificação e produtividade do corpo docente permanente;
2. distribuição das atividades de ensino e orientação;
3. número global e trabalhos publicados em revistas indexadas;
4. impacto médio das publicações ocorridas no biênio analisado;
5. fração de participação de autores internos em cada publicação;
6. fator composto pelo produto da (média de trabalho/docente) x (impacto médio) x (fração de participação interna);
7. percentual dos docentes que não publicaram no período;
8. participação do corpo docente nas publicações (este índice com maior importância para os programas de doutorado);
9. número médio de estudantes de mestrado e doutorado matriculados no programa;
10. número de estudantes de mestrado e doutorado titulado no período;
11. mediana do tempo de titulação para os alunos de mestrado e doutorado;
12. consulta a relatórios de visitas aos programas, bem como aos processos anteriores de avaliação, quando necessário.

Após ampla discussão, os conceitos foram aplicados a cada instituição uma vez obtido o consenso entre os membros do comitê.

Coordenador:

OSCAR HIPÓLITO - USP/SC

Consultores:

JACQUES RAYMOND DANIEL LEPINE - USP

CELSO PINTO MELO - UFPE

ALAOR SILVÉRIO CHAVES - UFMG

LÍVIO AMARAL - UFRGS

RONALD CINTRA SHELLARD - PUC-RIO

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

1. Introdução

A área de Ciência da Computação teve seu primeiro curso criado em 1967. Apesar de bastante nova, a área conta hoje com 17 programas de mestrado e sete programas de doutorado, com cerca de 400 docentes doutores atuando em tempo integral, excluindo aqueles que atuam em cursos correlatos nas diversas IES.

O presente documento relata os critérios e procedimentos adotados na avaliação dos diversos cursos no biênio 1994/1995, apresenta os resultados desta avaliação e um perfil atual da área, bem como propõe alguns procedimentos aos cursos e à CAPES para as próximas avaliações.

2. Procedimento de avaliação

A avaliação do biênio 94/95 teve por base os critérios para definição dos perfis dos níveis A, B, C, D e E constantes do documento “Critérios para Avaliação de Cursos de Pós-Graduação em Computação”, produzido na primeira fase desta avaliação.

Para a classificação dos cursos nos diversos perfis, foram adotados os vários parâmetros usuais da CAPES, com a seguinte visão crítica:

- a) Para o cálculo da produtividade por docente, foram considerados os seguintes professores:
 - docentes declarados como permanentes, excluídos aqueles em treinamento e sem produção arrolada pelo curso;
 - docentes participantes ou visitantes, com atividades regulares de ensino ou orientação.

Foram excluídos dessa contagem aqueles docentes participantes ou visitantes sem atividades de ensino ou orientação e sua respectiva produção científica.

- b) Foi excluída toda produção não pertinente às áreas de especialização definidas pelo curso.

- c) Para fins de avaliação da qualidade da produção científica, as publicações foram classificadas nas seguintes categorias:

- Nível 0: livros publicados por editoras reconhecidas, com ampla distribuição e circulação.
- Nível 1: congressos, revistas e *workshops* de circulação internacional, com comitê de programa internacional, aceitação por artigo completo e alta relação artigos submetidos/aceitos. Capítulos de livros classificáveis em Nível 0 foram considerados como artigos do tipo Nível 1.
- Nível 2: Congressos, revistas e *workshops* com comitê de programa internacional, alta relação artigos submetidos/aceitos e no máximo uma das condições abaixo:
 - (i): circulação internacional e aceitação por resumo estendido e publicação de artigo completo;
 - (ii): circulação limitada a poucos países e aceitação por artigo completo.
- Nível 3: congressos, revistas e *workshops* com circulação limitada a poucos países, com comitê de programa sem caracterização internacional, com aceitação por artigo completo e com alta relação artigos submetidos/aceitos.
- Nível 4: congressos, revistas e *workshops* não classificáveis nos níveis 1, 2 ou 3 apenas devido à relação artigos submetidos/aceitos. Neste nível, exige-se apenas que esta relação seja boa. Também se classificam neste nível congressos, revistas e *workshops* não-classificáveis nos níveis 2 e 3 apenas porque a aceitação é baseada em resumo estendido.
- Nível 5: todos os demais casos.

3. Resultado da avaliação

CONCEITO

INSTITUIÇÃO	ME	DO
CEFET/PR	AS	
IME	D	
INPE/CNPq	C	C
PUC/RJ	A	A
UFMG	A	B(-)
UFPB/CG	B(-)	
UFPE	A	B
UFRGS	A	B(-)
UFRJ	A	A(-)
UFSC	C	
UFSCAR	B	
UNB	C(-)	
UNICAMP	A	B
USP/SC	B	
UFES	CN	
PUC/RS	CN	
UFF/CC	CN	
UFF/CAA	CN	

O curso de Informática Industrial do CEFET/PR foi passado ao Comitê de Engenharia por ter sua ênfase fora da área de Ciência da Computação. O curso deve se pronunciar, caso deseje um julgamento “multidisciplinar”.

4. Evolução da área

Excluindo o curso do CEFET/PR, a área de Ciência da Computação possuía, no final de 1995, 17 cursos de mestrado e sete cursos de doutorado recomendados pela CAPES, com o corpo docente e alunos titulados descritos como se segue:

	1994	1995
Número de docentes doutores	333	362
Número de doutores titulados	31	29
Número de mestres titulados	220	227

Novos cursos de mestrado criados: UFES, PUC/RS, UFF/CC e UFF/CA.

5. Recomendações quanto ao preenchimento dos formulários

Foram observadas as seguintes falhas de preenchimento que dificultaram a análise e a avaliação dos cursos:

- a) No relatório de produção docente, vários artigos foram listados sem indicação de páginas.
Obs: artigos sem a devida indicação de páginas não serão considerados na próxima avaliação.
- b) Várias publicações de resumos foram listadas como artigos completos.
- c) A produção discente é de difícil identificação. O ideal seria permitir que os discentes fossem identificados com (M) ou (D), conforme sua categoria de mestrandos ou doutorandos, respectivamente, quando arrolados como autores ou co-autores de publicações.

Mestres e doutores que publicam resultados de suas dissertações e teses sob a forma de artigos deveriam ser classificados da mesma forma, ao invés de “Outros” ou “Docentes”.

- d) Professores que atuam em mais de uma instituição deveriam dividir sua produção e não replicá-la, como freqüentemente vem sendo feito.
- e) De uma forma geral, as áreas de pesquisa estão muito pulverizadas. Muitas poderiam ser consideradas projetos e agrupadas em uma verdadeira área.

6. Recomendações à CAPES

Os seguintes parâmetros poderiam ser melhorados ou introduzidos, de forma a possibilitar uma melhor análise e avaliação:

- a) A CAPES precisa definir melhor o que são as categorias “professor participante”, “professor permanente”, “professor visitante”, etc.
- b) Para a área de Computação, a identificação da produção discente na forma de artigos é igualmente importante para mestrandos e doutorandos. Sugere-se modificar o sistema de forma a atender tal necessidade. Os discentes poderiam ser identificados com (M) ou (D), conforme sua categoria de mestrandos ou doutorandos, respectivamente, quando arrolados como autores ou co-autores de publicações.

Mestres e doutores que publicam resultados de suas dissertações e teses sob a forma de artigos deveriam ser classificados da mesma forma, ao invés de “Outros” ou “Docentes”.

- c) A informação sobre “mediana do tempo de formação” não é um parâmetro que permita avaliar adequadamente o fluxo de alunos. É necessário substituir este parâmetro por:
 - média e desvio padrão do tempo de formação do aluno bolsista;
 - média e desvio padrão do tempo de formação do aluno não bolsista.
- d) Sugere-se incluir indicação separada do número de titulados bolsistas e não-bolsistas.
- e) Sugere-se que as publicações dentro de cada categoria sejam listadas em ordem alfabética pelo primeiro autor, de forma a permitir fácil detecção da distribuição da produção docente, produtividade por área, etc.
- f) Sugere-se, ainda, a possibilidade de atribuir peso 0 (zero) a todos os itens do formulário eletrônico de avaliação, como forma de identificar que a área não quer comparar, por meio de pesos, medidas de naturezas diferentes.

7. Conclusões

Um dos principais problemas observados, comum a todos os cursos, é a carência de bolsas. Ao contrário de muitas outras áreas, a Computação é uma área em franca expansão, de rápido crescimento e alta demanda social. A criação de novos programas e a expansão do corpo docente com a contratação de novos doutores não têm sido acompanhadas por um correspondente aumento no número de bolsas. Muitos cursos têm declarado sua dificuldade em aumentar a taxa de titulação em mestrado e doutorado em função deste problema.

Solicitamos que a CAPES dê especial atenção a essa questão, cujos detalhes encontram-se no documento anexo, elaborado pelos coordenadores dos cursos de pós-graduação em Computação.

I - Caracterização do Corpo Docente	Mest/Dout	
Dimensão do corpo docente	33	
Qualificação do corpo docente	33	
Relação orientando/orientador	34	
II - Atividades de Pesquisa		
Quantidade de linhas de pesquisa ativas e projetos	50	
Adequação das linhas e projetos em relação à proposta do curso	50	
III - Produção Docente		
Qualificação do veículo de divulgação	20	
Quantidade	20	
Regularidade (frequência)	20	
Distribuição por docente	20	
Vinculação com a proposta do curso	20	
IV - Estrutura Curricular	Mestrado	Doutorado
Quantidade de disciplinas oferecidas	50	50
Adequação em relação à proposta do curso	50	50
V - Proposta Discente		
Quantidade de dissertação aprovadas/corpo discente	50	33
Vinculação com a proposta do curso	50	33
Co-autoria com docentes	-	34
VI - Fluxo de Alunos		
Tempo médio de bolsistas em relação aos prazos duração da bolsa	33	50
Quantidade de alunos que não obtiveram o título no prazo regulamentar, excluindo os que passaram direto para o doutorado	34	-

Coordenador:

ROBERTO DA SILVA BIGONHA - UFMG

Consultores:

PAULO ROBERTO FREIRE CUNHA - UFPE DALTRO

JOSÉ NUNES - UFRGS

CLÁUDIA MARIABAUZER MEDEIROS UNICAMP

LUIZ FERNANDO GOMES SOARES - PUC-RIO

GEOCIÊNCIAS

1. Introdução

Promovida pela CAPES, a avaliação dos cursos de pós-graduação da área de Geociências foi desenvolvida em duas etapas, a primeira realizada em 25 e 26 de abril, a segunda entre 10 e 14 de junho de 1996. A avaliação esteve a cargo de comissão constituída pelos professores Alcides Nóbrega Sial (Geologia/UFPE), Ari Roisenberg (Geologia/UFRGS), Lydia Maria Lobato (Geologia/UFMG), Pedro Leite da Silva Dias (Meteorologia/USP), Sergio Luiz Fontes (Geofísica/ON-CNPq), Vicente José Fulfaro (Geologia/UNESP) e Reinhardt Adolfo Fuck (Geologia/UnB, Coordenador). Por decisão da CAPES, os cursos de Oceanografia Biológica foram avaliados por outra comissão.

A avaliação baseou-se nos relatórios anuais encaminhados pelos cursos e nas sínteses padronizadas de dados e de indicadores de desempenho dos cursos, produzidas pela CAPES. Além disso, valeu-se a comissão de pareceres técnicos de consultores e de relatórios de visitas aos cursos, bem como de outros documentos que integram o dossiê de cada curso. Apesar da gradativa melhora da qualidade dos relatórios anuais, foram ainda constatadas diversas falhas no preenchimento dos formulários, resultando em informações incompletas e incorretas, fato que prejudicou a análise dos cursos e sua comparação. As falhas mais flagrantes foram observadas nas informações que dizem respeito à produção científica dos cursos.

2. Critérios e procedimentos gerais

Na primeira parte da reunião, realizada em abril, foi lido o relatório da comissão de avaliação do biênio 1992/93, com o objetivo de tomar conhecimento dos procedimentos e critérios adotados e da experiência acumulada em avaliações anteriores. Foi analisado detidamente o documento “O perfil dos cursos A”, emanado do Conselho Técnico Científico da CAPES, a síntese dos principais destaques dados pela grande área Ciências Exatas e da Terra ao mesmo documento (Infocapes v.2(3), julho-setembro 1994) e “Critérios para avaliação de curso A”, elaborados pela comissão de avaliação do biênio 1992/93 da área Geociências/Oceanografia. A apreciação desses documentos e as discussões por eles suscitadas no âmbito da comissão resultaram na elaboração do documento “Critérios para avaliação, cursos de pós-graduação em Geociências” (anexo), que apresenta os parâmetros básicos utilizados para avaliar os cursos da área.

Os critérios adotados na avaliação encontram-se explicitados adiante, observando-se que para que um dado curso seja avaliado como A, a comissão considera que o mesmo deve atingir níveis de excelência em cada um dos itens relacionados:

- a) Execução das tarefas básicas do programa pelos docentes permanentes, com título de doutor e em regime de dedicação exclusiva; a dependência em relação a visitantes e outros participantes e de docentes sem dedicação exclusiva deve ser reduzida.
- b) Número de docentes engajados em atividades de ensino e pesquisa em cada área de concentração do curso.
- c) Estrutura curricular e sua compatibilidade com a disponibilidade docente, de modo a assegurar a oferta regular das disciplinas obrigatórias e optativas; o conteúdo das disciplinas deve refletir as áreas de concentração e deve ter suporte em bibliografia adequada e atualizada.
- d) Integração das atividades de ensino e pesquisa com linhas e núcleos de pesquisa bem definidos, atuantes e refletindo as áreas de concentração; a relação pesquisador/linha de pesquisa deve ser igual ou superior a dois.
- e) Relação orientando/orientador idealmente não superior a cinco, para garantir o acompanhamento sistemático do trabalho dos estudantes; a atividade de orientação deve ser distribuída de forma equilibrada entre os docentes do quadro permanente e a orientação por professores visitantes deve ser limitada a circunstâncias específicas e bem justificadas.
- f) Conexão dos temas de pesquisa de dissertações e teses com as linhas de pesquisa em desenvolvimento.
- g) Produção científica do corpo docente, valorizando-se sua continuidade, distribuição equilibrada entre os docentes e coerência com as linhas de pesquisa e as áreas de concentração; em princípio, é esperado que cada docente publique um ou mais trabalhos científicos por ano, em revistas nacionais ou internacionais de reconhecida qualidade e ampla circulação, com corpo de revisores e indexação; é também valorizada a produção de livros-texto e publicações que produzam evolução tecnológica ou aprimorem técnicas operacionais, bem como a publicação de artigos de divulgação científica e apresentações em eventos científicos importantes da área.
- h) Número de teses e dissertações, observando-se média anual satisfatória em relação à dimensão do quadro de professores permanentes e ao contingente de alunos, bem como a regularidade ao longo do período.
- i) Tempo médio de titulação, que deve estar próximo de 30 e 48 meses, respectivamente, para mestrado e doutorado.
- j) Fluxo de alunos, considerando-se satisfatório o intervalo de 1 a 1,5 na relação entre a entrada de novos estudantes e a saída por titulação.
- k) Apresentação de resultados de pesquisas relacionadas com teses e dissertações em eventos científicos e publicação de resultados de teses em revistas especializadas.

Estabelecidos os critérios de avaliação, a comissão tomou conhecimento do manual de procedimentos do novo sistema informatizado para apoio ao processo de avaliação. Foi também detalhadamente analisada a ficha de avaliação, bem como os quesitos que a constituem e seu desdobramento em itens. Após ampla discussão, foram definidos os valores de ponderação de cada um dos itens nos respectivos quesitos e foram estabelecidas as referências de excelência adotadas.

No quesito Produção Docente, os vários itens foram apreciados conforme abaixo:

- ? qualidade dos veículos de divulgação: a avaliação foi subjetiva, baseada no conhecimento das publicações e no índice de impacto quando existente;
- ? quantidade em relação à dimensão do corpo docente: foram atribuídos os pesos um para artigos em periódicos internacionais, 0,75 para artigos em periódicos nacionais, 0,30 para artigos completos em anais de eventos científicos, 0,20 para resumos estendidos e 0,10 para outros resumos; livro: foi computado como dois artigos em periódicos, capítulo de livro e editor de livro como um artigo.

Foi definido um índice de publicações por docente/ano (x) baseado no número de publicações pertinentes, ponderados pelo tipo de publicação, conforme definido acima. A média por docente do índice de publicação (x) obedece a seguinte classificação: $x > 1,75$ Muito Bom, $1,25 < x < 1,75$ Bom, $0,75 < x < 1,25$ Regular, $x < 0,75$ Fraco. No caso de visitantes e participantes, são considerados apenas os trabalhos publicados efetivamente relacionados com o programa;

- ? regularidade e frequência: avaliação subjetiva, em função do tamanho da amostra;
- ? distribuição por docente: a conceituação é feita com base no índice de publicações (x): se mais de 70% do corpo docente mostrar $x > 1,25$ o conceito é Muito Bom, entre 50% e 70% Bom, entre 30% e 50% Regular, abaixo de 30% Fraco;
- ? vínculo com a proposta do programa: a avaliação considera se os trabalhos publicados são ou não pertinentes à área de atuação de curso.

Os índices quantitativos foram utilizados como referenciais mas as avaliações finais consideraram as especificidades de cada subárea.

Quanto ao quesito Produção Discente, foi estabelecido o índice r = dissertações aprovadas/alunos matriculados para computar produtividade discente aprovadas, classificando-se como Muito Bom o curso com $r > 0,30$, Bom o curso com $0,15 < r < 0,30$, Regular o curso com $0,10 < r < 0,15$ e Fraco o curso com $r < 0,10$. No caso dos cursos de doutorado, r = teses aprovadas/alunos matriculados, sendo os cursos classificados como Muito Bom ($r > 0,2$), Bom ($0,15 < r < 0,20$), Regular ($0,1 < r < 0,15$) e Fraco ($r < 0,1$).

Em seguida, foi distribuído o material para análise, observando-se a especialidade e experiência de cada membro. Cada curso foi analisado por dois membros da comissão, evitando-se que os membros examinassem material de sua própria instituição. Dado que a avaliação foi realizada em duas etapas, o material pode ser examinado com vagar. Optou-se, também, pela não permanência na sala de membros da comissão no momento do relato e da definição do conceito referente a cursos de suas respectivas instituições.

3. Comentários gerais

Em 1995, estavam em funcionamento 32 cursos de mestrado e 23 de doutorado na área de Geociências. Aos programas novos, cujo tempo de funcionamento ainda não havia permitido a produção de dissertações ou teses, foi atribuída a qualificação CN (curso novo). Esse foi o caso do curso de mestrado da UERJ (iniciado em 1995), e dos programas de doutorado da UFBA (Geologia) e UFPE (ambos iniciados em 1992), da Unicamp (iniciado em 1994) e da UFOP (iniciado em 1995).

A avaliação resultou no quadro de conceitos (anexo) que inclui também o triênio 87/88/89 e os biênios 90/91 e 92/93, para cotejo.

Em comparação com a situação anterior, houve uma modificação no perfil da área, com decréscimo do número de cursos no conceito A, alguma diminuição nos cursos com conceito B e aumento no número de cursos com conceito C. Nos programas de doutorado, passou-se de cinco para quatro no conceito A, 11 continuaram com o conceito B e passou-se de dois para quatro no conceito C. Nos programas de mestrado, passou-se de oito para quatro cursos com conceito A, de 21 para 20 com

conceito B e de dois para sete com conceito C. Um programa de mestrado e quatro de doutorado receberam a classificação CN.

A mudança de perfil transparece melhor ao analisar-se os conceitos atribuídos em termos percentuais: 17,4% dos cursos de doutorado foram identificados como A, 47,8% como B, 17,4% como C e 17,4% são cursos novos, em comparação com, respectivamente, 22,7%, 50%, 9,1% e 18,2% no biênio 92/93. 12,5% dos cursos de mestrado foram avaliados com conceito A, 62,5% com conceito B, 21,9% com conceito C e 3,1% são cursos novos, em comparação com, respectivamente, 24,5%, 63,6%, 6,1% e 6,1% no biênio 92/93. Dessa forma, 75% dos cursos de mestrado e 65,2% dos cursos de doutorado obtiveram conceito A e B. Cabe observar, por outro lado, que mais de 60% dos programas de mestrado e perto de 50% dos de doutorado foram considerados B, indicando que cursos consolidados ou próximos da consolidação não conseguiram suprir limitações que têm levado a uma baixa produção de teses e/ou dissertações, ou a uma baixa produção científica em periódicos especializados, ou ainda, e especialmente, a um longo tempo de titulação de seus estudantes. Não obstante, verifica-se que, com poucas exceções, os cursos dispõem de corpo docente permanente qualificado e em número compatível com seus objetivos e necessidades. Observa-se também que, de uma maneira geral, as linhas de pesquisa e projetos vinculados são compatíveis com o número e as especialidades dos docentes, têm forte conexão com as áreas de concentração e guardam coerência com a produção científica, em particular, com as teses e dissertações aprovadas. Vale, também, o registro de que a grande maioria dos cursos têm passado por significativas melhorias em sua infra-estrutura, particularmente no que se refere a laboratórios, equipamentos, inclusive de informática, e biblioteca.

Os dois aspectos mais preocupantes assinalados pela comissão, registrados, aliás, nas avaliações anteriores, são o tempo de titulação e a produção científica. Ambos os aspectos foram considerados com muita ênfase na avaliação.

Embora em termos gerais os tempos de titulação tenham diminuído em comparação com os anos anteriores, os mesmos continuaram demasiado longos e longe dos considerados ideais. Há muitos casos de mestrados concluídos em prazos superiores a quatro anos, podendo mesmo atingir sete anos. A situação no doutorado é melhor, com um número mais significativo de cursos titulando seus estudantes em prazos entre quatro e cinco anos. Há, porém, numerosos casos de titulação que demandaram mais de seis anos, podendo alcançar oito anos. Em cada caso, foram feitas recomendações expressas para que os cursos adotem as medidas necessárias (reestruturação curricular, modificação de regulamento, acompanhamento mais adequado dos estudantes pelos orientadores, etc.) no sentido de diminuir drasticamente o tempo de titulação.

Quanto à produção científica, apesar de uma certa melhora no biênio analisado, continua baixo o número de trabalhos publicados pelos docentes, especialmente em periódicos arbitrados de ampla circulação, concentrando-se os trabalhos em publicações locais ou em resumos de trabalhos apresentados em congressos e outros eventos científicos. Em boa parte dos cursos, o índice médio de publicações situa-se em torno da unidade (um trabalho/professor/ano) ou abaixo dela, com o agravante de que a distribuição pode ser muito irregular, com poucos docentes publicando a maioria dos trabalhos.

Coordenador:

REINHARDT ADOLF FUCK - UnB

Consultores:

ALCIDES NÓBREGA SIAL - UFPE

ARI ROISENBERG - UFRGS

VICENTE JOSÉ FULFARO - UNESP

SÉRGIO LUIZ FONTES - ON

PEDRO LEITE DA SILVA DIAS - USP

LYDIA MARIA LOBATO - UFMG

**MATEMÁTICA/PROBABILIDADE
E ESTATÍSTICA**

1. Sistemática dos trabalhos.

A avaliação do biênio 94/95 foi realizada em abril de 1996 por uma comissão formada por sete matemáticos e dois estatísticos. Os três nomes sugeridos na área de Análise não puderam comparecer.

Foram avaliados um total de 21 programas de Matemática (21 cursos de mestrado e 12 de doutorado) e cinco programas de Estatística (cinco cursos de mestrado e um curso de doutorado).

A análise dos programas foi realizada considerando os seguintes grupos:

1. Programas de Estatística.
2. Programas de Matemática Aplicada.
3. Programas de Matemática com doutorados estabelecidos.
4. Outros programas de mestrado em Matemática.

Os documentos utilizados na avaliação foram os seguintes: relatórios execapés, relatório dos cursos, currículos dos orientadores de alunos de doutorado, lista dos pesquisadores bolsistas do CNPq.

2. Parâmetros utilizados

A comissão avaliadora utilizou os seguintes parâmetros como principais indicadores no julgamento dos programas.

- a) Produção científica em Matemática/Estatística publicada em livros ou em periódicos de circulação internacional (com “*referee*”).

Foram analisados os seguintes aspectos: distribuição pelas principais áreas dos programas, qualidade dos veículos de publicação e relação de trabalhos publicados e o número de membros do corpo docente permanente. Foi utilizado como referência o índice internacional em Matemática de 0,5 trabalhos por docente por ano.

Não foram considerados, para efeito de avaliação, as publicações na área de educação matemática. No caso de docente membro de mais de um programa, as publicações respectivas foram consideradas apenas no programa em que o docente era membro permanente.

- b) Corpo docente

Com respeito à constituição do corpo, foram analisados os seguintes aspectos: titulação mínima de doutor, distribuição do corpo docente pelas subáreas de concentração do curso, dedicação exclusiva às atividades do curso, número de pesquisadores bolsistas do CNPq e sua relação com o total do corpo docente permanente.

- c) Produção discente de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Foram considerados os seguintes aspectos: número de titulados no biênio, tempo médio de titulação, qualidade de banca examinadora, perfil científico do orientador e distribuição dos alunos entre os orientadores.

A regularidade da produção científica dos orientadores e as publicações resultantes das teses foram fatores importantes utilizados na análise da produção discente dos cursos de doutorado.

- d) Infra-estrutura/ensino/outros aspectos.

A comissão considerou também os seguintes itens:

- ? a existência de bibliotecas, laboratórios computacionais e a qualidade da infra-estrutura e a sua compatibilidade com a dimensão dos corpos docente e discente, bem como com as áreas de concentração;
- ? a regularidade no oferecimento de disciplinas de mestrado e doutorado, quando for o caso, cobrindo as áreas básicas e refletindo adequadamente as especializações dos cursos.
- ? a existência de intercâmbio científico com participação docente e discente em seminários, “*workshop*”, congressos, etc., medindo o dinamismo das atividades acadêmico-científicas nos programas.

3. Recomendações à CAPES

A comissão considerou irrelevante a lista de linhas de pesquisa e projetos do formulário E do Cadastro Geral dos Cursos e sugere tornar opcional o preenchimento deste item. Sugere, ainda, que no item do Execapes, referente às áreas de concentração de cada programa, sejam listados os nomes dos docentes do programa que atuem naquelas áreas de concentração.

Sugere-se que seja solicitado aos programas de pós-graduação o fornecimento de informações referentes às publicações resultantes das teses de doutorado. Sugerimos ainda que o item “Co-autoria com docentes” do quesito V- Produção Discente das Fichas de Avaliação seja substituído por “Publicações resultantes das teses”.

Solicita-se, também, que a CAPES corrija o cálculo da mediana dos tempos de titulação dos alunos. Nesta avaliação não foi possível utilizar os dados deste item por estarem incorretos, o que obrigou a comissão a calcular os tempos médios de titulação dos cursos.

A comissão avaliadora, com o espírito de colaboração, utilizou o novo sistema *software* CAPES apenas para produção final das fichas de avaliação. Tendo em vista a precariedade desse sistema, ainda em implantação, salientamos que os pesos em itens, eventualmente utilizados, foram apenas um mero exercício de caráter experimental.

4. Considerações finais

Por decisão da CAPES, foram eliminados os conceitos A- (A menos), A+ (A mais), B- (B menos), B+ (B mais), etc., sendo mantidos apenas os conceitos A,B,C,D e E.

O quadro abaixo, de distribuição dos conceitos dos cursos de Matemática, indica uma concentração nas faixas dos conceitos A e B. Essa concentração é uma consequência de um trabalho consistente e competente da comunidade matemática, ao longo de 25 anos, cujos efeitos podem ser constatados na posição de destaque que a área de Matemática ocupa no panorama da ciência brasileira, quando se utiliza o índice internacional do número de citações por trabalho científico.

A divulgação dos critérios utilizados na avaliação tem contribuído para que cursos novos ou em reestruturação formulem propostas mais consistentes, direcionando-os para um melhor desempenho. Ao mesmo tempo, cursos que não conseguiram esta reestruturação não vêm sendo analisados pelas comissões de avaliação da área de Matemática. São eles: ITA (Matemática Aplicada), FUEL (Londrina), UNESP (Rio Claro), PUC-SP e ESALQ (Estatística).

Distribuição dos Cursos de Matemática por Conceito

	A	B	C	D	E	CN*	TOTAL
Cursos de mestrado	13	4	1	2	0	1	21
Cursos de doutorado	4	6	0	0	0	2	22

Distribuição dos Cursos de Estatística por Conceito

	A	B	C	D	E	CN*	TOTAL
Cursos de mestrado	1	2	1	1	0	0	5
Cursos de doutorado	1	0	0	0	0	0	1

* CN = Curso Novo.

O quadro correspondente ao curso de Estatística é o resultado da falta de massa crítica na maioria dos cursos de mestrado e do exercício por parte dos docentes de atividades externas aos objetivos do curso.

Coordenador:

Consultores:

LUQUÉSIO PETROLA DE MELO JORGE - UFC
 GAUSS MOUTINHO CORDEIRO - UFPE
 MÁRIO JORGE DIAS CARNEIRO - UFMG
 ADILSON GONÇALVES - UFRJ
 KETI TENENBLAT - UnB
 PABLO AUGUSTO FERRARI - USP
 JOSÉ LUIZ BOLDRINI - UNICAMP/Li

QUÍMICA**1. Considerações gerais.**

A Química apresentou, na avaliação referente ao período 94/95, um crescimento importante em vários aspectos. Principalmente, foi observado um crescimento da produção científica da área, o que pode ter resultado do aumento relativo do corpo docente, tanto em termos de titulação quanto de número absoluto. Ainda, houve uma expansão do sistema com novos cursos e uma maior formação de mestres e doutores. Talvez o fato mais relevante seja que o crescimento está atingindo praticamente todo o Brasil, sendo que hoje a Química apresenta cursos de mestrado e doutorado de níveis A e B distribuídos nas diferentes regiões.

Um ponto importante de salientar é o fato de que o tempo médio para formação de mestres e doutores, mesmo nos cursos com maior desempenho, é geralmente maior que o tempo “ideal” estipulado pela CAPES. Tratando-se a Química de uma ciência de natureza essencialmente experimental, é do entendimento da área, como um todo, que este ajuste de prazos pode resultar numa eventual queda de qualidade, principalmente devido a uma infra-estrutura relativamente pobre, quando comparada com a existente em centros mais desenvolvidos. A exigência de uma diminuição de tempo, deve ser acompanhada de investimentos consistentes na área. Um tratamento igualitário para todos os diferentes setores da comunidade científica do Brasil, pode eventualmente produzir efeitos negativos. A formulação de uma política de desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil, deve considerar os diferentes aspectos do problema.

Evolução da pós-graduação em Química

	MESTRADO		DOUTORADO	
	92/93	94/95	92/93	94/95
Cursos A	14	14	9	11
(%)	(45,2)	(38,9)	(40,9)	(44)
Cursos B	8	11	5	4
(%)	(25,8)	(30,6)	(22,7)	(16)
Cursos C	7	8	2	2
(%)	(22,6)	(22,2)	(9,1)	(16)
Cursos CN	2	3	6	8
(%)	(6,4)	(8,3)	(27,3)	(32)
TOTAL	31	36	22	25

A tabela acima permite examinar os dados referentes aos diferentes cursos de pós-graduação em Química do Brasil. Basicamente, ao nível de mestrado houve uma expansão de 16,1% em termos de número de cursos, sendo que em cursos de doutorado essa expansão foi de 12%. No biênio 94/95 aproximadamente 700 doutores participaram da pós-graduação como professores permanentes dos diferentes cursos, sendo que a produção científica, em termos de publicações em revistas nacionais e internacionais indexadas, foi de aproximadamente 1.500. Como resultado dessa mudança quantitativa e qualitativa, os cursos nível A, tanto doutorado quanto mestrado, tiveram um índice médio de 1,56 publicações/docente permanente/ano. Este número, obtido da análise de 14

cursos de mestrado e 11 cursos de doutorado, representa, de forma inquestionável, a evolução dos programas de pós-graduação em Química no Brasil.

2. Recomendações à CAPES e aos cursos de pós-graduação.

Foi detectada a presença de professores permanentes participando em mais de um programa, e muitos problemas relativos a coleta de dados. Quesitos como corpo docente, publicações, teses e dissertações tiveram, em muitos casos, informações incompletas. Índices como participação discente em publicações, que diretamente mostram o perfil da participação discente, deveriam ser incluídos na lista de indicadores ou no formulário F. A situação de cursos nos quais existe um número exagerado de participantes deve ser evitada. Isto resulta numa distorção da produção científica e mesmo em demonstração da dependência do curso em relação aos mesmos. Cursos com excessiva participação de professores participantes, de fato não possuem o perfil do curso nível A. Os cursos devem justificar no formulário F, de forma individual, a participação de visitantes e de participantes.

Os diferentes indicadores calculados a partir do Execapes, muitas vezes, não correspondem com os valores reportados nos formulários. Os dados referentes a números de alunos, orientadores, alunos somente fazendo cursos e outros, não correspondem com a realidade dos cursos em muitos casos. De fato, uma grande parte dos indicadores são de baixa confiabilidade e até em muitos casos refletindo produção gerada em outros lugares no Brasil ou no exterior. O programa, certamente, deve ser modificado para incluir indicadores mais inteligentes que permitam um maior grau de confiabilidade e que, ao mesmo tempo, deixem as comissões em condições de avaliar de forma conceitual os programas. O tempo e os gastos realizados com a avaliação teriam um retorno maior em termos de qualificação da pós-graduação no Brasil.

Coordenador:

FARUK JOSÉ NOME AGUILERA - UFSC

Consultores:

DOUGLAS WAGNER FRANCO - USP/SC
 ALFREDO ARNÓBIO DA GAMA - UFPE
 JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - UFBA
 RAIMUNDO BRAZ FILHO - UENF
 AILTON DE SOUZA GOMES - UFRJ
 MANFREDO HORNER - UFSM
 YOSHITAKA GUSHIKEM - UNICAMP
 TIMOTHY JOHN BROCKSOM - UFSCAR

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I

O comitê de Ciências Biológicas I, constituído pelos membros: Catarina Satie Takahashi (USP/Ribeirão Preto), Marcos Palatnik (UFRJ) das subáreas de biologia geral e genética, Ana Maria Giulietti (UEFS), Paulo Luiz de Oliveira (UFRGS) da subárea de botânica, Mário Katsuragawa (USP) e Ulrich Christian Karl Hen Bruno Seeliger (FURG) da subárea de oceanografia biológica, Cláudio José Barros de Carvalho (UFPE) e Paulo Friedrich Buhrnheim (UAmazonas) da subárea de zoologia, analisou no período de 27 a 31 de maio de 1996 os 50 curso de pós-graduação em nível de mestrado e 30 a nível de doutorado na área, a saber:

SUBÁREA	Nº DE CURSOS	
	MESTRADO	DOCTORADO
Biologia Geral	6	4
Botânica	15	7
Genética	13	9
Oceanografia Biológica	3	2
Zoologia	13	8
TOTAL	50	30

Além da dimensão e qualificação do corpo docente e sua relação com o número de disciplinas oferecidas e alunos, cada curso foi também analisado principalmente levando-se em conta a sua estrutura curricular, linhas e projetos de pesquisa, fluxo de alunos e tempo médio de titulação, produção científica docente e produção discente. Neste último caso, algumas subáreas introduziram na avaliação novos indicadores como, por exemplo, a relação entre o número de discentes no curso e número de artigos em revistas especializadas com participação discente. Evidentemente, dentro de cada subárea levou-se em consideração um conjunto de dados que permitiram uma comparação entre os cursos. Embora o comitê tenha estabelecido um perfil de curso nível A, o mesmo não foi plenamente usado na presente avaliação uma vez que não houve comunicação prévia aos cursos antes dos mesmos prepararem a documentação atualmente avaliada. A partir dessa avaliação e contando com aprovação final da CAPES e uma vez comunicado o perfil ideal de um curso nível A, o próximo comitê de Ciências Biológicas I estará formal e moralmente apto a utilizar os parâmetros de avaliação sugeridos.

Os dados referentes a cada uma das subáreas encontram-se nos respectivos relatórios anexos. De um modo geral, pode-se verificar que:

- a) As subáreas avaliadas apresentam-se, em parte, consolidadas. Algumas possuem curso em processo de consolidação e cursos criados recentemente e que não receberam conceito (Cursos Novos). Houve pequena variação, para mais ou menos, em poucos cursos. A maioria manteve os conceitos da avaliação anterior, o que reflete a consolidação da área.
- b) Em todas as subáreas o corpo docente tem, em geral, boa qualificação; a maioria dos docentes atuando em regime de dedicação exclusiva e com título de doutor ou equivalente. Há ainda, um reduzido número de docentes com apenas título de mestrado, atuando na pós-graduação.
- c) O tempo de titulação, embora continue alto, vem diminuindo tanto em relação ao mestrado como ao doutorado.
- d) Apesar de novos cursos terem sido criados no período, a demanda continua a mesma. No entanto, para algumas subáreas o número de inscrições em relação ao número de ingressantes atinge proporção de 3:1 no mestrado. No doutorado ele é menor que 2:1.
- e) A produção científica apresentou incremento quantitativo e qualitativo, este último avaliado em relação a publicação em revistas de bom nível e indexadas.
- f) Estão surgindo alguns cursos com forte tendência inter e multidisciplinar, como o de biotecnologia da USP e biotecnologia vegetal da UFRJ, além daqueles que tentam integrar aspectos bioquímicos e genéticos. Uma vez que há informações de que cursos com perfis semelhantes estão sendo analisados em outras áreas como a de Ciência Biológica II e Agrárias, sugere-se à CAPES que, na próxima avaliação, seja formado um comitê misto com membros dessas três áreas, e outras afins, para que os cursos possam ser melhor avaliados.

Finalmente, gostaríamos de recomendar à CAPES que para os próximos relatórios a serem preenchidos pelos cursos, solicite-se uma nítida separação entre professores permanentes e professores participantes dentro de cada curso, bem como inclusão da produção científica apenas dos professores permanentes, a não ser que a produção dos participantes tenha sido gerada diretamente do curso: Também seria interessante a inclusão de dados como o destino dos egressos do curso nos últimos cinco a dez anos, à produção científica diretamente ligada à teses e dissertações defendidas, a origem dos ingressantes e seu destino para verificar a amplitude local, regional, nacional e internacional do curso. Com esses dados seria provável, então, a aplicação do perfil ideal de um curso A, sugerido pelo comitê, na próxima avaliação. (biênio 1997/98).

Coordenador:

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO - USP/ESALQ

Consultores:

CATARINA SATIE TAKAHASHI - USP/RP
PAULO FRIEDRICH BUHRNHEIM - INPA
PAULO LUIZ DE OLIVEIRA - UFRGS
ULRICH CHRISTIAN KARL HENH BRUNO SEELIGER – FURG
CLÁUDIO JOSÉ BARROS DE CARVALHO - UFPR
MARCOS PALATNIK - UFRJ
ANA MARIA GIULIETTI - USP
MÁRIO KATSURAGAWA - USP

BOTÂNICA

1. Introdução

O presente relatório geral foi baseado nas informações dos relatórios anuais (1994 e 1995) dos seguintes cursos da subárea botânica: Botânica / UFRJ (M), Biologia Vegetal / Unicamp (M e D), Ciências Biológicas - Botânica / USP (M e D), Botânica / UFPR (M), Botânica / UFRPE (M e D), Biologia Vegetal / UFPE (M), Criptógamos / UFPE (M), Botânica / UFBA (M), Botânica / UNESP - Botucatu (M), Biologia Vegetal / UNESP - Rio Claro (M e D), Ciências Biológicas - Botânica / INPA (M e D), Botânica / UFRGS (M e D), Botânica / UFV (M) e Botânica/ UNB (M).

Foi também incluído para avaliação o curso de Biotecnologia Vegetal (UFRJ), o qual foi analisado em parte e, por recomendação da coordenação da área, terá uma avaliação em separado.

Os cursos de doutorado da UFRGS e de mestrado da UFV não receberam conceitos por se tratarem de cursos novos (CN).

2. Corpo docente

Tem havido progresso na qualificação dos corpos docentes permanentes dos cursos, que contam hoje quase exclusivamente com professores com títulos de doutor em seus quadros. Alguns cursos mais antigos e já consolidados têm investido bastante na qualificação docente, por meio de programas de pós-doutorado.

Os graus de dependência dos cursos em relação a professores visitantes e participantes são variáveis. Entendemos como fundamental o intercâmbio docente entre os diversos cursos da subárea, pelos vários reflexos que dele podem advir. Por outro lado, tal procedimento não deve inibir esforços que visem reforçar a massa crítica permanente de cada curso.

No biênio 1994/95, um contingente de 252 professores atuaram como corpo docente permanente no conjunto dos cursos. O grau de envolvimento desses docentes, em atividades didáticas e de orientação, variou de 53% a 85 %, evidenciando, de certa forma, uma menor ou maior dependência de docentes participantes e/ou visitantes, respectivamente. Outra constatação que pode ser extraída destes dados é que, nos casos de menos envolvimento e onde há um grande número de alunos, alguns docentes concentram muitos orientandos.

3. Atividades de pesquisa

Embora tenha havido progresso no período, ainda persiste a falta de distinção do que é a linha de pesquisa e do que são projetos vinculados. Alguns cursos informaram as suas linhas, algumas das quais, pelo seu âmbito no tempo e nas abordagens, deveriam ter sido ordenadas como projeto. Outros cursos comunicaram apenas os seus projetos. Outro aspecto crítico referente ao preenchimento dos formulários dos relatórios é a ausência de informações sobre os responsáveis pelas linhas e pelos projetos e sobre a participação de aluno de pós-graduação e graduação. Estas informações são muito importantes, na medida em que identificam o real envolvimento do pós-graduando e docentes na vida do curso, além de propiciar um juízo mais claro das relações pós-graduação e graduação.

De um modo geral, as linhas e projetos são coerentes com as propostas dos cursos, mas nem sempre estão vinculados com as produções científicas (principalmente publicações) apresentadas nos relatórios, o que deve ser evitado.

4. Produção docente

Os docentes permanentes produziram globalmente no biênio 489 publicações, entre artigos, livros e capítulos de livros. Verificam-se artigos publicados em periódicos de circulação restrita, mas, por outro lado, cabe destacar um número cada vez maior de publicações em revistas nacionais e estrangeiras de reconhecido nível. Na maioria dos cursos, constata-se que a distribuição de produção científica por docente ainda está bastante desbalanceada. Há docentes bastante produtivos outros com produtividade média a baixa, e outros com produtividade modesta nula. Há casos de cursos cuja produção se restringe a 50% do seu corpo docente permanente.

5. Estrutura curricular

Os cursos, de um modo geral, mantém estruturas curriculares qualitativamente compatíveis com suas respectivas propostas.

Persiste, no entanto, o problema quantitativo. Dos elencos de disciplinas, na maioria, as ofertas são menores do que 50%. Em casos mais críticos, minoria na verdade, não foram ministradas disciplinas diretamente vinculadas às áreas do curso e, portanto, fundamentais para a formação discente.

Reforça-se, pelo exposto, a sugestão apresentada pela comissão da avaliação anterior da subárea, segundo a qual devem ser retiradas dos catálogos disciplinas não oferecidas regularmente.

6. Produção discente

No biênio foram concluídas, sob orientação do corpo docente permanente, 140 dissertações e 28 teses, todas com grau de adequação bastante forte em relação às respectivas propostas dos cursos.

Embora com tendência de redução, ainda se constata um alto tempo médio de titulação, tanto para o mestrado quanto para o doutorado. É preciso que as coordenações dos cursos e, principalmente, os professores orientadores dimensionem melhor os temas de pesquisa de seus orientandos, para que, sem perda de qualidade, as teses e dissertações sejam concluídas dentro de prazos compatíveis com as necessidades de formação de recursos humanos e geração de conhecimento científico.

Um ponto a destacar na produção discente é o crescente envolvimento dos alunos em publicações em temas oriundos de dissertações/teses e apresentações de resumos em congressos nacionais e estrangeiros. Em alguns cursos esta filosofia já está definitivamente implantada e em outros se constata tímidas iniciativas, que devem ser estimuladas.

7. Avaliação dos cursos

Para o nível de mestrado foram atribuídos os seguintes conceitos: quatro cursos A, seis cursos B, dois cursos C, um curso D e um curso CN (curso novo). Do conjunto, 7 cursos mantiveram o mesmo conceito, um subiu de conceito, três desceram e dois cursos novos foram conceituados.

Para o nível de doutorado, foi a seguinte distribuição: três cursos A, um curso B, um curso C, um curso D e um curso CN. Neste nível, três cursos mantiveram o mesmo conceito, um subiu de conceito, um desceu de conceito; e um curso novo foi conceituado.

ANÁLISE COMPARATIVO DOS CURSOS DE MESTRADO ÁREA DE BOTÂNICA NO BIÊNIO 1994-1995

Instituições	TCP	Publ.	Índice	Tmt	Nº Doc. Perm.	Nº Doc. Disc.	Nº Doc. Orient.	Índice Prod.	Grau de Envol.	Nº de Alunos	Alunos/95 Particip.
UFRJ	11	23	1,7	44,5	13,5	85	9	2,52	64,8	30	17,5
UNICAMP	16	82	2,82	48,5	29	14	17	3,37	53,4	48	21
USP	10	53	2,58	33,5	20,5	14	18	3,07	78	39	13
PARANÁ	9	33	1,18	47,5	28	18	18	1,5	64,3	19	438
UFRPE	21	32	1,82	49,5	17,5	15	15	3,02	85,7	38	16
UFPE- Bot	6	30	2,6	40	15	10	8	3	60	10	3

TCP = Teses orientadas pelos docentes permanentes

Publ.= Publicações do corpo docente permanente

Índice = $\frac{\text{Publicações}}{\text{corpo docente permanente}}$

Tmt = Tempo médio de titulação

Nº Doc. Perm.= Nº de docentes permanentes

Nº Doc. Disc.= Nº de docentes permanentes que ministram disciplinas no período

Nº Doc. Orient. = Nº de docentes permanentes que orientam no período

Índice Prod.= $\frac{\text{TCP} + \text{Publ.}}{\text{Nº Doc. Perm.}}$

Grau de envol.= Grau de envolvimento

Grau de envol.= $\frac{\text{Nº Doc. Disc.} + \text{Nº Doc. Orient.} \cdot 2Y100}{\text{Nº Doc. Perm.}}$

Nº de alun.= Nº de alunos orientados por orientadores participantes e percentual dessa orientação em relação ao total de alunos

BIOLOGIA GERAL

As informações foram colhidas na memória e nos relatórios referentes aos anos 1994 e 1995, de cada curso da subárea. A análise foi realizada considerando as características individuais de cada curso e a posição relativa às demais da subárea.

Caracterização da subárea

a) Corpo docente/pesquisadores

Foi analisada a dimensão do corpo docente face ao número de alunos e de disciplinas oferecidas, a sua qualificação em relação à titulação, à experiência e especialização nas áreas do curso e à dedicação do corpo permanente e dos orientadores. O papel dos visitantes e participantes e a relação orientando/orientador também foi verificada.

b) Estrutura curricular e atividades de ensino

Foram verificadas a adequação de elenco das disciplinas para a formação dos alunos e a regularidade de um oferecimento.

c) Atividades de pesquisa

Foram analisadas a coerência das linhas e dos projetos de pesquisa com as áreas de curso.

d) Produção científica

A produção docente foi analisada quantitativamente por meio dos artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional e internacional, livros e capítulos científicos, palestras,

conferências, relatos em mesa-redonda e simpósio. A análise qualitativa foi feita pela categoria da revista de veiculação.

e) Produção discente

Além da produção de dissertações e teses foram introduzidos dois novos indicadores de co-autoria. O indicador *a* e o *b*: o indicador *a* = número de discentes/número de artigos, livros e cap. de livros publicados no país e no estrangeiro. O indicador *b* = número de discentes/número de resumos, trabalhos completos em anais no país e no estrangeiro.

Situação da subárea

A subárea de Biologia Geral entra com os seguintes cursos, avaliados em relação ao biênio 1994/1995: UNESP/RC, mestrado e doutorado; UE MARINGÁ, mestrado; UNB, mestrado e doutorado; UNICAMP, mestrado e doutorado; UERJ, mestrado e doutorado, e UFGO, mestrado.

A pós-graduação em Biologia Geral apresenta-se, de modo geral, com tendência à consolidação. O corpo docente tem muito boa qualificação, desenvolvendo suas atividades em regime de dedicação exclusiva e com titulação de doutor ou equivalente.

Face ao corpo discente os cursos recebem, em conjunto, 230 inscrições para mestrado e 40 para doutorado. Destes, foram admitidos 118 alunos para mestrado e 38 para doutorado. O tempo de titulação (mediana geral) na subárea situa-se ao redor de 43 meses para mestrado e 38 para doutorado.

No tangente à produção científica, foram publicados 477 trabalhos em revistas nacionais e internacionais e 1.146 resumos em congressos do país e exterior.

A produção discente, 70 dissertações e 3 teses:

Finalmente a avaliação dos cursos de pós-graduação em Biologia geral no país indica uma estabilização. A resposta dos cursos frente à demanda de candidatos a doutorado tem-se mantido estável, apresentando uma forte redução na admissão de candidatos ao mestrado.

De 10 conceitos atribuídos (seis para mestrado e quatro para doutorado), seis permanecem iguais aos do período anterior, um sofreu uma diminuição de conceito no doutorado, três foram atribuídos a cursos sem doutorado no biênio anterior.

Biologia Geral

BIOLOGIA	ALUNOS INSCRITOS				ALUNOS ADMITIDOS			
	1994		1995		1994		1995	
	M	D	M	D	M	D	M	D
UNESP/RIO CLARO	3	-	8	-	3	-	4	-
UEMARINGÁ	38	-	33	-	15	-	20	-
UFGO	15	-	14	-	8	-	4	-
UnB	17	5	27	10	12	4	12	9
UNICAMP	8	3	11	3	6	3	8	3
UERJ	-	12	56	7	-	12	26	7
TOTAL	81	20	149	20	44	19	74	19

BIOLOGIA	TEMPO TIT. MEDIANA (MESES)				PRODUÇÃO DOCENTE				PRODUÇÃO DISCENTE	
	1994		1995		ART. LIVROS		RESUMOS		DISC./TESE	
	M	D	M	D	1994	1995	1994	1995	1994	1995
UNESP/RIO CLARO	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS	46	35	94	135	1\0	0\1
UEMARINGÁ	43	-	49	-	35	36	46	110	8\-	10\-
UFGO	53	-	49	-	13	31	40	73	7\1	9\0
UnB	42	-	38	-	33	55	103	162	7\1	9\2
UNICAMP	34	-	20	-	20	27	10	72	4\1	4\1

ZOOLOGIA

Composição da sub-área

A subárea Zoologia esteve constituída pelos seguintes cursos avaliados em relação ao biênio 1994/1995: INPA/UA (Entomologia), PUC/RS (Zoologia), UFPB (Zoologia), UFPE (Biologia Animal), UFPR (Entomologia), UFPR (Zoologia), UFRGS (Biologia Animal), UFRJ (Zoologia), UNESP/Botucatu (Zoologia), UNESP/Rio Claro (Biologia Vegetal), USP/São Paulo (Zoologia) e USP/Ribeirão Preto (Entomologia). O curso da UFPA (Zoologia) não foi avaliado por ter sido desmembrado, a partir de 1995, passando a condição de Curso Novo (CN). O curso da UFA (Ciências Biológicas) desmembrou-se em outros cursos de diferentes áreas. Nestas áreas devem também ter sido transformados em Cursos Novos (CN).

Indicadores utilizados na avaliação

- Corpo docente;
- Atividade de pesquisa;
- Produção docente;
- Estrutura curricular;
- Produção discente;
- Fluxo de alunos.

A avaliação utilizou os indicadores de acordo com os critérios de avaliação e seus respectivos pesos, elaborado pelo Comitê de Ciências Biológicas I, na reunião de 22 e 23 de Abril p.p. Para avaliar a produção discente no indicador de co-autoria com docente, utilizamos os índices: número de artigos, livros e capítulos/número de discente e número de resumos em congressos/número de alunos.

Tendência geral da avaliação

No mestrado foram concedidos oito conceitos A 62%, dois conceito B 15% e três conceitos “CN” 23%. Comparando com a avaliação anterior, um curso teve seu conceito aumentado de C+ para B e um curso teve seu conceito aumentado de B+ para A; oito cursos mantiveram seus conceitos anteriores, exceto os cursos novos.

No doutorado um curso teve seu conceito rebaixado de B para C; um teve seu conceito aumentado de B para A e quatro mantiveram seus conceitos anteriores, exceto os cursos novos.

Por meio deste resultado, constata-se, de um modo geral, que a subárea de Zoologia está estabelecida com pequenas alterações decorrentes de mudanças localizadas.

Recomendação geral aos cursos

Recomendamos a todos os cursos a não utilizarem no relatório dados da produção científica de professores participantes/visitantes, exceto aquela resultante de orientação de teses ou outra atividade do participante/visitante no curso.

OCEANOGRAFIA BIOLÓGICA

Considerações gerais

Os três cursos da área mostraram desenvolvimento positivo. Os programas de mestrado e doutorado (USP) e o programa de mestrado (FURG) estão bem consolidados e oferecem excelentes condições de formação na área. O novo programa de doutorado da FURG tem todas as condições de seguir o mesmo caminho. O curso de mestrado da UFPE mostrou significativa melhoria durante os últimos dois anos, principalmente devido a uma maior titulação do corpo docente já existente e de contratações de novos especialistas com boa qualificação.

Todos os cursos devem se preocupar ainda mais com a produção científica em nível internacional, bem como com o tempo excessivo na formação.

A importância da costa, a grande extensão do mar territorial do Brasil e a escassez dos conhecimentos relativo aos recursos renováveis ou não e os processos nestes ambientes, justificam uma intensificação na formação dos recursos humanos, por meio de maior disponibilidade de bolsas, principalmente para os programas de doutorado.

Considerando a pouca diversidade na opção de formação em nível de doutorado (dois cursos), seria desejável maior estímulo à implementação de doutorado *sandwich* entre os cursos brasileiros e contrapartida estrangeira.

OCEANOGRAFIA

	TEMPO TIT. MEDIANA (MESES)				PRODUÇÃO DOCENTE				PRODUÇÃO DISCENTE	
					ART. E LIVROS		RESUMOS		DISC./TESE	
	1994		1995		1994	1995	1994	1995	1994	1995
OCEANOGRAFIA	M	D	M	D						
UFPE Ocean. BIOLÓGICA	43	-	46	-	20	27	61	104	11\	5\
USP Ocean. BIOLÓGICA	52	-	60	71	22	21	28	60	8\2	11\4
FURG	38	-	41	-	23	32	88	144	10\	8\
TOTAL ou Medicina	43	-	46	71	65	80	177	308	29\2	24\4

OCEANOGRAFIA	ALUNOS INSCRITOS				ALUNOS ADMITIDOS			
	1994		1995		1994		1995	
	M	D	M	D	M	D	M	D
UFPE	13	-	11	-	11	-	9	-
USP	30	5	20	16	13	5	8	12
FURG	38	4	32	2	10	4	10	1
TOTAIS	81	9	63	18	34	9	27	13

GENÉTICA

As informações foram colhidas na memória e nos relatórios referentes aos anos 1994 e 1995, de cada curso da subárea. A análise foi realizada considerando as características individuais de cada curso e a posição relativa às demais da subárea.

Caracterização da subárea:

a) Corpo docente/pesquisadores

Foi analisada a dimensão do corpo docente em face ao número de alunos e de disciplinas oferecidas, a sua qualificação em relação à titulação, à experiência e especialização nas áreas do curso e à dedicação do corpo permanente e dos orientadores. O papel dos visitantes e participantes e a relação orientando/orientador também foi verificada.

b) Estrutura curricular e atividades de ensino

Foram verificadas a adequação do elenco de disciplinas para a formação dos alunos e a regularidade de oferecimento.

c) Atividades de pesquisa

Foram analisadas a coerência das linhas e dos projetos de pesquisa com as áreas do curso.

d) Produção científica

A produção docente foi analisada quantitativamente por meio dos artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional e internacional, livros e capítulos de livros científicos, palestras, conferências, relatos em mesa-redonda e simpósio. A análise qualitativa foi feita pela categoria da revista de veiculação.

e) Produção discente

Além da produção de dissertações e teses foram introduzidos dois novos indicadores de co-autoria. O indicador *a* e o *b*: o indicador *a* = número de discentes/número de artigos, livros e cap. de livros publicados no país e no estrangeiro. O indicador *b* = número de discentes/número de resumos, trabalhos completos em anais no país e no estrangeiro.

Situação da subárea

A subárea de Biologia Genética entra com os seguintes cursos, avaliados em relação ao biênio 1994/1995: Ciências Biológicas (Genética Biologia), Biologia, UFPB, mestrado, Ciências Biológicas (Genética), UFRJ, mestrado/doutorado, Ciências Biológicas (Genética), USP, mestrado e doutorado; Biotecnologia, USP, mestrado; Ciências Biológicas (Genética), USP/RP, mestrado/doutorado, Genética e Bioquímica, UFU, mestrado; Ciências Biológicas (Genética), Unicamp, mestrado/doutorado; Ciências Biológicas (Genética), UNESP, Botucatu, mestrado/doutorado; Ciências Biológicas (Genética), UNESP/SJRP, mestrado/doutorado; Genética, UFPE, mestrado; Genética e Biologia Molecular, UFRGS, mestrado/doutorado; Genética e Evolução, UFSCAR, mestrado e doutorado; Genética, UFPR, mestrado doutorado.

A Pós-graduação em Biologia Genética apresenta-se, de modo geral, com tendência à consolidação. O corpo docente tem muito boa qualificação, desenvolvendo suas atividades em regime de dedicação exclusiva e com titulação de doutor ou equivalente.

Face ao corpo discente, os cursos receberam um conjunto de 485 inscrições para mestrado e 113 para doutorado. O tempo de titulação (mediana geral) na subárea situa-se ao redor de 46 a 34 meses para mestrado e 69 a 61 para doutorado.

No tangente à produção científica, foram publicados 800 trabalhos em revistas nacionais e estrangeiras e 2.637 resumos em congressos do país e exterior.

A produção discente constitui-se em 148 dissertações e 87 teses.

Finalmente, a avaliação dos cursos de pós-graduação em Genética no país indica uma estabilização em alguns aspectos e tendência a melhoria em outros, como a produção de dissertações de mestrado atingindo 35% de aumento em relação ao biênio 1990/91, e o doutorado duplicando os valores do

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II: MORFOLOGIA, FISIOLOGIA, BIOQUÍMICA, BIOFÍSICA, FARMACOLOGIA

No período de 27 a 30 de maio de 1996, o comitê de avaliação da área Ciências Biológicas II se reuniu em Brasília para proceder à avaliação dos cursos de pós-graduação em Morfologia, Biofísica, Bioquímica, Fisiologia e Farmacologia. Aplicaram-se critérios de classificação debatidos e aprovados na reunião prévia de abril, que foram os seguintes:

Curso A:

- 1) Ter pelo menos 50% dos docentes permanentes ou um total de 10 docentes da sede do curso publicando três trabalhos completos de pesquisa em revistas indexadas, de corpo editorial rígido, no período de dois anos.
- 2) Elevada produtividade científica de todos os orientadores permanentes (um trabalho completo, publicado por ano por docente, em média). A produção dos professores participantes é exclusivamente aquele, vinculada aos alunos do curso.
- 3) Maioria dos docentes deve estar em regime de tempo integral.
- 4) Deve haver expressiva participação da pós-graduação nos trabalhos publicados; espera-se pelo menos um trabalho publicado em revista indexada por tese.
- 5) O curso deverá ter baixa dependência de orientadores externos (no máximo 30%).
- 6) O tempo médio de titulação deve estar dentro dos parâmetros da CAPES (30 meses para mestrado e 48 para doutorado).
- 7) O índice de evasão deverá ser baixo.

Curso B:

- 1) Ter pelo menos 50% dos docentes permanentes ou um total de 10 docentes da sede do curso publicando dois trabalhos completos de pesquisa em revistas indexadas, de corpo editorial rígido, no período de dois anos.
- 2) Elevada produtividade científica de todos os orientadores permanentes (0,6 a 0,99 trabalhos completos, publicados por ano por docente, em média). A produção dos professores participantes é exclusivamente aquela vinculada aos alunos do curso.
- 3) Maioria dos docentes deve estar em regime de tempo integral.

- 4) Deve haver expressiva participação de pós-graduandos nos trabalhos publicados; espera-se pelo menos um trabalho publicado por duas teses.
- 5) O curso deverá ter baixa dependência de orientadores externos (no máximo 50%).
- 6) O tempo médio de titulação deve estar pouco acima dos parâmetros da CAPES (30 meses para mestrado e 48 para doutorado).
- 7) O índice de evasão deverá ser baixo.

Curso C:

- 1) Ter pelo menos 50% dos docentes permanentes ou um total de 10 docentes da sede do curso publicando um trabalho completo de pesquisa em revistas indexadas, de corpo editorial rígido, no período de dois anos.
- 2) Elevada produtividade científica de todos os orientadores permanentes (0,3 a 0,59 trabalhos completos, publicados por ano por docente, em média). A produção dos professores participantes é exclusivamente aquela vinculada aos alunos do curso.
- 3) Maioria dos docentes deve estar em regime de tempo integral.
- 4) Deve haver expressiva participação de pós-graduandos nos trabalhos publicados; espera-se pelo menos um trabalho publicado por três teses.
- 5) O curso deverá ter baixa dependência de orientadores externos (no máximo 50%).
- 6) O tempo médio de titulação deve estar 50% acima dos parâmetros da CAPES (30 meses para mestrado e 48 para doutorado).
- 7) O índice de evasão deverá ser baixo.

Cursos D e E: são cursos que não têm condições efetivas de funcionamento, por deficiência de quantidade ou formação do corpo docente e sobretudo da produtividade, estrutura inadequada do curso e baixo fluxo de alunos.

Os comentários relativos à avaliação dos diferentes cursos estão incluídos nas respectivas planilhas (anexo). No entanto, um aspecto geral que foi observado é o tempo médio de titulação elevado tanto para mestrado como para doutorado nos cursos de todos os níveis. É importante ressaltar que este comitê valorizou particularmente a produtividade científica dos orientadores em termos de publicações em revistas no ISI.

1. Comentários gerais:

Estimulada enfaticamente pela CAPES, a Comis-são buscou aprimorar critérios para definição dos perfis dos cursos A, B e C. Assim, nesta avaliação, um aspecto tem preocupado seriamente os membros do comitê: a questão da homogeneidade da avaliação entre grandes áreas. Determinados comitês podem ter critérios mais rigorosos que outros, levando à classificação mais baixa de boa parte de seus cursos o que poderá vir a prejudicá-los em termos comparativos a outras áreas que utilizem critérios menos rigorosos. Desta forma, seria interessante existir uma instância superior comum que pudesse fazer esta comparação a fim de evitar distorções. Por outro lado, o comitê reconhece que esta comparação pode ser difícil levando em conta propriedade características das diferentes áreas. Apesar disto, um esforço nesse sentido deveria ser feito, pelo menos estabelecendo e divulgando, claramente, os critérios objetivos de produção em cada área.

Com o objetivo de reduzir a heterogeneidade dos critérios adotados nos diversos comitês, sugerimos que a CAPES adote um “patamar mínimo” a ser seguido em todas as áreas e em torno do qual deveriam se enquadrar os cursos de nível A.

Uma medida que deve diminuir a heterogeneidade de critérios é a instituição do mestrado profissionalizante, que está sendo implantado pela CAPES. Desta forma, cursos sem preocupação

científico-acadêmica estarão em outro grupo, não havendo necessidade de comparação competitiva com os cursos tradicionais.

Julgamos essenciais essas medidas para manter a isonomia do tratamento em termos de bolsas e taxas de bancada entre cursos de nível semelhante.

É importante que haja critérios comuns a respeito da definição de professores permanentes e participantes.

? Professores Permanentes: localizados na instituição que sedia o curso, orientadores predominantemente deste curso, que não podem ser permanentes em mais de um curso. Contariam todas suas publicações neste curso.

? Professores participantes: de fora da sede do curso, permanentes de outro curso. Somente as publicações derivadas das dissertações e teses de alunos do curso devem ser consideradas. Seria também importante indicar na tabela Corpo Docente a instituição de veículo do docente.

2. Comentários a respeito do relatório CAPES

A planilha “conceitos e tendências dominantes” não reflete adequadamente os critérios de avaliação do comitê, já que este deu peso predominantemente a produção científica docente em revistas indexadas e a participação dos alunos nesta produção. Seria importante que o programa de avaliação da COPPE permitisse listar as publicações na ordem alfabética dos autores, por sobrenome.

Mais uma vez, voltamos a fazer sugestões que visam, de um lado, facilitar o preenchimento do relatório pelos cursos e, de outro, facilitar a avaliação com base neste relatório.

? os formulários de preenchimento são excessivamente complicados, contém informações não relevantes e induzem a erros repetidos. Para a coleta de dados, em vez de duas folhas para cada trabalho, bastariam dez linhas. A indicação de trabalhos aceitos para cada trabalho, bastariam dez linhas. A indicação de trabalhos aceitos para publicação ou submetidos não deveriam entrar.

Distinguir melhor trabalhos em revistas nacionais, estrangeiras, em jornais, capítulo de livros, etc. Indicar claramente a participação de alunos (mesmo de períodos anteriores) nas publicações do período. Deixar somente a descrição das grandes áreas de pesquisa em termos bastante genéricos, retirando a listagem de linhas de pesquisa e projetos. Os detalhes serão verificados nos títulos dos trabalhos.

A comissão dispõe-se a assessorar a CAPES para fazer as adaptações aqui propostas.

Coordenador:

GERHARD MALNIC - USP

Consultores:

GLAUCE SOCORRO DE BARROS VIANA - UFC

GLACI THERESINHA ZANCAN - UFPR

FREDERICO GUILHERME GRAEFF - USP/RP

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES - UFRJ

GUILHERMO FREDERICO WASSERMANN - UFRGS

ANTÔNIO CARLOS CAMPOS CARVALHO - UFRJ

CARLOS ALBERTO MANDARIM DE LACERDA - UERJ

ESPER ABRÃO CAVALHEIRO - UNIFESP

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III: IMUNOLOGIA, MICROBIOLOGIA, PARASITOLOGIA

1. Princípios e critérios

Objetivando garantir a continuidade e homogeneidade do processo de avaliação, a comissão incorporou princípios e critérios adotados por comissões anteriores. Esses princípios estão consolidados nos seguintes itens:

- ? o objetivo do doutorado em nossa área é o de formar pesquisadores;
- ? o mestrado pode objetivar a preparação para o doutorado ou a formação profissional.

A qualificação científica do corpo docente é essencial para que ambos os objetivos sejam atingidos. Essa, por sua vez, é responsável pela qualidade da pesquisa tanto docente como discente. A pesquisa científica expressa-se por meio de publicações. Portanto, no processo de avaliação, a análise da produção científica dos cursos é critério preponderante. Igualmente importante no processo avaliatório é a capacidade do curso na formação e titulação de seus alunos, por ser esse o objetivo primário da pós-graduação. Todavia, a qualidade do pós-graduado é mais importante que sua quantidade. Na tentativa de avaliar a qualidade do pós-graduado a comissão adotou como critérios:

- ? a participação de discentes nas publicações do curso e a qualidade dessas publicações;
- ? o tipo de formação oferecido aos alunos por meio das disciplinas do curso, sua contemporaneidade e interdisciplinaridade.

Outros parâmetros foram ponderados apenas quando apresentaram distorções como, por exemplo, a excessiva carga horária ou a dependência de professores visitantes de alguns cursos.

2. Dados desejáveis e dados desnecessários

Comissões anteriores já anotaram que muitos dos dados constantes do formulário CAPES são supérfluos para a avaliação em nossa área específica. Nesse sentido reiteramos que, para nossa área, a listagem de linhas de pesquisa é inútil e apenas contribui para aumentar o ruído da informação e o trabalho dos cursos de PG.

Igualmente inútil para a avaliação desta área é a listagem das comunicações em congressos, uma vez que essas comunicações, quando de qualidade, resultam em publicações.

Por outro lado, a comissão gostaria de dispor de dados dificilmente extraíveis do formulário, tais como: a) a relação entre o total de teses produzidas pelo curso e aquelas que resultaram em publicações nacionais e internacionais; b) listagem dos professores permanentes acompanhada do número de alunos em orientação e titulados no período, bem como o número de publicações nacionais e internacionais.

3. Análise global da área

A análise retrospectiva do desempenho global da área nos últimos cinco anos pode ser feita a partir da tabela anexa. A área apresenta uma certa estabilidade quanto ao número de docentes permanentes, mas apresenta marcado incremento em produção científica tanto em veículos de circulação nacional restrita ou internacional ampla, tendo duplicado no decorrer do quinquênio. É impossível determinar-se com precisão o papel desempenhado pela PG neste processo, mas certamente a valorização da pesquisa nas avaliações da CAPES representou algum estímulo às publicações.

Quanto à titulação de alunos, o sucesso não foi o mesmo. O número de alunos matriculados nos cursos aumentou no quinquênio mas o número de doutorados não aumentou correspondentemente. Isto reflete o fato de que os cursos ainda são ineficientes em termos de titulação. É preciso, portanto, que as agências mantenham a pressão no sentido de tornar mais ágeis as PGs. Quanto ao mestrado, nota-se uma tendência um pouco mais acentuada ao aumento das titulações e isto pode já ser o resultado de pressões nesse sentido.

	1991	1992	1993	1994	1995
Doc. permanentes	359	393	375	389	389
Doutores titulados	47	44	39	53	53
Mestres titulados	78	92	92	78	110
Art. Rev. Nac.	185	264	252	364	419
Art. Rev. Est.	146	248	245	401	415
Alunos Matric.	743	755	778	825	813

De qualquer forma, o que se nota é uma tendência à consolidação da área. Hoje, mais de 90% de todos os docentes dos cursos já são doutores, em marcado contraste com a situação de 10 ou 15 anos atrás. Todavia, é preciso estar atento a um problema que já vem se manifestando e tem sido apontado em avaliações anteriores: o risco de estagnação de cursos antes consolidados. A estagnação resulta da relutância em acompanhar a evolução conceitual e metodológica da área. Isto, por sua vez, decorre de fatores tais como endogenia, ausência de renovação, ausência de preocupação com reformulações curriculares, inércia e desinteresse. Inexperiência não é mais um fator de desacertos em nossa área.

4. Peculiaridades das subáreas.

4.1 Microbiologia

No relatório da área de Microbiologia do biênio anterior foi ressaltada a necessidade da formação de pesquisadores em diferentes setores da área (Bacteriologia, Micologia, Virologia). A análise atual revelou que houve alguns avanços, em parte, desses setores, mais especificamente Micologia e Bacteriologia. Quanto à Virologia, o quadro que se apresenta é uma escassez de pesquisadores com produção científica relevante, além do pequeno número existente de pesquisadores no setor. Apesar de alguns avanços científicos do setor de Micologia, o quadro de docentes orientadores continua baixo. A alternativa seria investir na saída dos recém-doutores para o exterior para a realização do pós-doutoramento, assim como o recrutamento de docentes de boa formação científica nos cursos já consolidados e atuantes.

Em relação aos setores de Microbiologia aplicada, a criação de cursos de graduação e especialização apresenta potencial de suprir as necessidades existentes. Porém, devido à curta existência desses cursos (dois anos), não é possível, ainda, avaliar os resultados desse investimento.

4.2 Imunologia

A formação em Imunologia no Brasil é bastante abrangente, pois se correlaciona com as subáreas de Microbiologia e Parasitologia. Isto é altamente positivo, pois reflete a interdisciplinaridade dessas subáreas que é a tendência da pesquisa mundial nos últimos dez anos. No relatório do biênio anterior essa tendência já foi ressaltada e de dois anos para cá pode-se considerar que esse quadro não mudou significativamente.

É possível concluir-se, portanto, que a Imunologia está se consolidando de maneira progressiva. Isso pode ser inferido principalmente considerando-se três parâmetros:

- 1) Aumento da produção científica.
- 2) Divulgação da produção em revistas científicas de impacto internacional.
- 3) Aumento do número de mestres e doutores titulados pelos cursos de Imunologia.

4.3. Parasitologia

A Parasitologia hoje caracteriza-se por uma intensa e profunda interdisciplinaridade. Sem ignorar, na formação de seus alunos, os tópicos que dão identidade e caracterizam a subárea, os cursos de PG devem se capacitar conceitual e operacionalmente para enfrentar essa nova realidade sob o risco de senescência. Atender a essa nova demanda implica em criação de disciplinas abrangentes que incluam a utilização de ferramentas moleculares, imunológicas e celulares cada vez mais indispensáveis à Parasitologia. Esforços devem ser feitos para que docentes com trânsito nessas áreas sejam contratados ou, pelos menos, convidados a participarem do curso. Se necessário ainda, poderá ser promovida uma reciclagem dos docentes permanentes do curso. O que não poderá ser

aceito doravante é que os cursos de PG em Parasitologia fujam a esse carácter multidisciplinar da especialidade.

Coordenador:

LUIZ RACHID TRABULSI - USP

Consultores:

MANOEL BARRAL NETO - UFBA

ERNEY PLESMANN CAMARGO - USP

CELUTA SALES ALVIANO - UFRJ

CLARA LÚCIA BARBIERI - UNIFESP

MAGDA MARIA SALES CARNEIRO SAMPAIO - USP

ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Critérios de avaliação

A avaliação formal dos cursos envolveu sete quesitos:

1. caracterização do corpo docente;
2. produção docente: quantidade;
3. produção docente: distribuição;
4. produção discente: quantidade;
5. tempo mediano de titulação;
6. distribuição de tempo de titulação;
7. estrutura curricular.

A seguir, serão caracterizados estes critérios e as respectivas escalas de conversão em conceitos. Finalmente, será explicada a formação do conceito final atribuído aos cursos.

1. Caracterização do corpo docente

O corpo docente foi avaliado em relação a cinco atributos, valorizando sempre a dimensão, qualificação e envolvimento do corpo docente permanente (CDP) com o curso. Foram considerados os seguintes itens:

- a) Porcentagem de docentes permanentes em dedicação exclusiva ou tempo integral.
- b) Porcentagem de docentes permanentes portadores do título de doutor.
- c) Porcentagem de docentes permanentes que orientaram ao menos um aluno.
- d) Número de docentes permanentes (10 ou mais, valendo 100 pontos; menos que 10, valendo 0).
- e) Porcentagem de alunos matriculados com orientação de professores permanentes.

O valor de cada atributo foi a média dos valores dos dois anos. Para agregar os cinco atributos, foi formado um índice pela soma dos valores e depois divididos por cinco. O valor resultante foi convertido em conceito conforme a tabela anexa (valores limite para os conceitos atribuídos).

2. Produção docente: quantidade

Para este critério, a produção docente foi considerada como o número de publicações completas em livros, revistas científicas, capítulos de livros, e trabalhos completos em anais de congresso (com mais de uma página). O número de publicações nestas categorias, com autoria ou co-autoria de docentes permanentes, foi dividido pelo número de docentes permanentes. Cada trabalho foi contado uma única vez, mesmo que tivesse mais de um autor do CDP. O valor final foi a média dos dois anos, e convertido em conceito, conforme a tabela anexa.

3. Produção docente: distribuição

Para este critério, o número de docentes que publicaram livros, revistas científicas, capítulos de livros, e trabalhos completos em anais de congresso, foi dividido pelo número de docentes permanentes.

4. Produção discente: quantidade

O mesmo critério usado para “Produção Docente - quantidade” foi usado para a produção dos alunos, contando-se também resumos impressos de trabalhos apresentados em reuniões científicas como publicação. Cada trabalho foi contado uma única vez, mesmo que tivesse mais de um aluno como autor. Entretanto, trabalhos publicados em co-autoria de docentes permanentes com alunos foram contados em ambas as categorias.

5. Tempo mediano de titulação

Para este critério e o critério seguinte, foram separados os dados referentes a mestrado e a doutorado.

O tempo de titulação para as teses defendidas no biênio foi considerado em meses entre a matrícula no curso e a data de defesa, incluindo-se os meses de ingresso e defesa. Todas as teses do biênio foram tratadas em conjunto. Foi considerada a tese de tempo mediano, entre as defendidas no biênio.

No caso o número de teses defendidas no biênio ser par, consideramos a média do tempo entre as duas teses medianas. O valor obtido foi convertido em conceito, conforme a escala mostrada na tabela anexa.

6. Distribuição de tempo de titulação

Para avaliar a distribuição dos tempos de titulação, empregamos o terceiro quartil do conjunto de teses defendidas no biênio. Este tempo equivale ao tempo de titulação que inclui 75% das teses defendidas no biênio. No caso do terceiro quartil cair no intervalo entre teses, empregamos o valor inferior como tempo de terceiro quartil.

7. Estrutura curricular

Houve dificuldades em avaliar este quesito porque os cursos usam nomes diferentes para disciplinas com o mesmo conteúdo programático e, em alguns casos, usam nomes que não indicam claramente o conteúdo da disciplina. Com base na recomendação do Fórum de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Ecologia, as seguintes disciplinas, ou suas equivalentes, foram consideradas como básicas:

- ? Ecologia de Populações;
- ? Ecologia de Comunidades e/ou Ecossistemas;
- ? Estatística Aplicada a Ecologia;
- ? Ecologia de Campo.

Por cada uma destas disciplinas, ou equivalente, oferecida por período de ingresso, foi atribuído o valor de 12,5 pontos. Adicionalmente, o oferecimento de cada uma dessas disciplinas por um docente do corpo docente permanente foi contado também em 12,5 pontos, avaliando a autonomia do curso para ministrar o currículo básico em Ecologia. A soma desses ítems totaliza 100 para o quesito.

8. Conceito global

O conceito global para o curso foi determinado a partir dos conceitos referentes aos sete quesitos indicados. Cada conceito recebeu um valor (A = 4, B = 3, C = 2, D = 1, E = 0). O quesito “Produção Docente -quantidade” recebeu peso duplo, sendo para isto contado em dobro (A = 8, B = 6, C = 4, D = 2, E = 0).

O índice final de avaliação foi obtido pela soma dos quesitos, dividido pelo valor máximo possível dado o número de quesitos (normalmente oito, mas menor em alguns casos por dados omissos ou não-aplicáveis), e multiplicado por 100 para ser expresso como porcentagem. O índice percentual obtido foi convertido em conceito, conforme a escala na tabela anexa.

Os níveis apresentados na tabela anexa levaram em consideração a tendência da maioria dos cursos a melhorar, no decorrer do biênio passado e no futuro. Assim, consideramos as escalas apresentadas como adequadas para a avaliação do biênio passado, mas projetamos também escalas mais elevadas para serem empregadas na próxima avaliação, como objetivo a ser atingido. Caso a CAPES assim entenda, o comitê poderá elaborar um documento para os cursos, apontando e explicando os critérios que projetamos para emprego futuro.

9. Recomendações para a CAPES

A avaliação dos cursos foi dificultada devido à falta de algumas informações que poderiam facilmente ser coletadas. Estas incluem:

- 1) Na produção científica, identificar trabalhos de autoria de professores do corpo docente permanente das demais categorias de docentes (visitantes, participantes, etc.).
- 2) Na produção científica, identificar trabalhos de autoria de alunos de mestrado e de doutorado.
- 3) Listagem das ementas das disciplinas ministradas no ano.

A avaliação da qualidade da produção docente é limitada pela falta de uma lista de revistas mais conceituadas na área, previamente divulgadas nos cursos. Esta lista deveria ser organizada pela coordenação da área, em colaboração com o Fórum de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Ecologia, com consulta.

O comitê não seguiu a estrutura de avaliação pelas seguintes razões:

- ? o comitê decidiu incluir quesitos inexistentes no programa atual de avaliação;
- ? a categorização inicial de quesitos individuais em conceitos (“muito bom”, etc.) produz uma escala grosseira que compromete sua combinação para formar um conceito integrado sensato. O comitê coloca-se à disposição da CAPES para discutir os problemas e as soluções empregadas, se esta o desejar.

TABELA 1:

Valores limites para a atribuição de conceitos de diferentes questões

CRITÉRIOS		VALORES LÍMITES				
Quesito	Unidade	A	B	C	B	C
1 - Caracterização Corpo Docente	Índice	≥ 86	≥ 78	≥ 70	≥ 54	≥ 54
2 - Prod. Docente - Quantidade	Publ.completas/docente/ano	> 1.5	> 1.0	> 0.5	> 0.3	> 0.3
3 - Prod. Docente - Distribuição	%	≥ 55	≥ 45	≥ 35	≥ 25	≥ 25
4 - Produção Docente Mestrado	Trabalhos/aluno/ano	> 1.0	> 0.7	> 0.5	> 0.3	> 0.3
5M - Tempo Titulação - Mediana	Meses	> 36	> 42	> 48	> 54	> 54
6M - Tempo 75% - Teses Doutorado	Meses	≥ 42	≥ 48	≥ 54	≥ 60	≥ 60
5D - Tempo Titulação - Mediana	Meses	≥ 54	≥ 60	≥ 66	≥ 72	≥ 72
6D - Tempo 75% - Teses	Meses	> 60	> 66	> 72	> 78	> 78
7 - Currículo	Índice	> 87.5	> 75	> 50	> 37.5	> 37.5
Avaliação Final	Índice	> 80	> 65	> 50	> 35	> 35

1. Docente

A comissão considerou como requisito mínimo 90% do total de docentes permanentes em regime de dedicação exclusiva/tempo integral.

O corpo docente permanente, em sua totalidade, deve ser composto por professores doutores.

60% do corpo docente permanente deverá orientar pelo menos um aluno durante o biênio.

Considera-se adequado para a área, o número mínimo de 10 professores doutores permanentes credenciados por curso.

2. Atividade de pesquisa

Levou-se em consideração, em relação aos projetos e linhas de pesquisa, apenas se os mesmos são adequados ou inadequados.

3. Produção docente

Foram atribuídos os seguintes pesos:

- ? 40 - qualidade dos veículos de divulgação;
- ? 40 - quantidade em relação à dimensão do corpo docente;
- ? 05 - regularidade e frequência;
- ? 10 - distribuição por docente;
- ? 05 - vínculo com a proposta do programa.

Para se avaliar a qualidade foram atribuídos os seguintes pesos:

- ? 04 - Autoria de livros;
- ? 03 - Autoria de artigos em periódicos indexados com corpo editorial, edição de livros, autoria de trabalhos completos em anais ou capítulos de livros;
- ? 01 - Artigos de divulgação científica;
- ? 05 - Resumos em congressos, publicações de mapas, folhetos.

4. Estrutura curricular

A quantidade e frequência de disciplinas oferecidas deve ser suficiente para a integralização dos créditos em um ano.

O curso deve oferecer, no mínimo, disciplinas que cubram as seguintes áreas do conhecimento:

- ? Ecologia de Populações;
- ? Ecologia de Comunidades e Sistemas;
- ? Bioestatística;
- ? Ecologia de Campo.

5. Produção discente

Neste item deve-se observar que o aspecto “vínculo com a Proposta e Nível do Curso” juntamente com “co-autoria” foi substituído pelo aspecto “Autoria discente”, num total de 40 pontos.

6. Fluxo de Alunos

Foi considerado como ideal o tempo médio de titulação de 30 meses e máximo de 36 meses para o mestrado, e tempo médio de 48 meses e máximo de 60 meses para o doutorado.

7. Perfil mínimo para cada nível

Estabelecemos oito quesitos para mestrado e oito para doutorado. Em cada quesito, estipulamos um valor mínimo correspondente, respectivamente, aos níveis A até E.

- ? para ser considerado de nível A, o curso deve satisfazer no mínimo seis dos oito quesitos em nível A, não podendo ter mais de um crédito equivalente ao nível C ou inferior;
- ? para ser considerado de nível B, o curso deve satisfazer no mínimo seis dos oito quesitos em nível B, não podendo ter mais de um critério equivalente ao Nível E ou inferior;
- ? para ser considerado de nível C, o curso deve satisfazer no mínimo seis dos oito quesitos em nível C, não podendo ter mais de um critério equivalente ao nível E ou inferior;
- ? para ser considerado de nível E, o curso deve satisfazer no mínimo seis dos oito quesitos em Nível D.

Crítérios para avaliação dos cursos de Ecologia e Meio Ambiente

NÍVEL / ITENS	A	B	C	D	E
Dedic. exclusiva	90	80	70	50	< 50
% doutores no corpo docente permanente	100	90	80	60	< 60
% docentes orientando no biênio	60	50	40	30	< 30
Linhas de pesquisa conforme objetivos do curso	adequadas	adequadas	adequadas	inadeq.	inadeq.
Produção docente (livros, artigos, capítulos ou trabs. completos em anais) - média anual	1	0.7	0.5	0.3	< 0.3
Prod. discente (public. ou trabalho apresentado com resumo) - média anual	0.5	0.4	0.3	0.1	< 0.1
Tempo médio de titulação (mestrado) - meses	30	36	42	48	> 48
Tempo máximo de titulação (mestrado) - meses	36	42	48	54	> 54
Tempo médio de titulação (doutorado) - meses	48	54	60	66	> 66
Tempo máximo de titulação (doutorado) - meses	60	66	72	78	> 78
Número mínimo de quesitos acima a atender	6A+1B+1C	6B+1C+1D	6C+1D+1E	6D+2E	

Coordenador:

FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA - UFMG

Consultores:

GILBERTO CÉZAR PAVANELLI - UEM
 JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS - UFSCAR
 WILLIAM ERNEST MAGNUSSON - INPA
 FRANCISCO DE ASSIS ESTEVES - UFRJ
 THOMAS MICHAEL LEWINSOHN - UNICAMP/Li

MEDICINA I: CLÍNICA MÉDICA, CARDIOLOGIA, NEFROLOGIA, DERMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, PNEUMOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA

A avaliação dos cursos da área de Medicina I tomou em consideração as “memórias” dos cursos e os relatórios de 94/95.

As decisões quanto aos conceitos finais foram sempre tomadas em conjunto pela quase totalidade dos componentes do comitê *ad hoc*, o que possibilitou a desejada equanimidade dos critérios adotados. Várias reconsiderações levadas a efeito testemunharam o desejo da equalização plena.

A “micro equalização”, no que se refere à identidade de critérios “intra-especialidade”, foi sempre incentivada.

Lamentamos concluir por uma curva de graus, quanto aos conceitos, ainda assimétrica, com predomínio de cerca de 50% de graus A, grande parte advindos de avaliações progressas. Não vemos como superar essa limitação, salvo se programada por meio da concessão de subconceitos, forçando a simetria da curva, o que não constituirá empreitada fácil.

Como sugestão para avaliações futuras, há que enfatizar a obrigatoriedade da permanência dos avaliadores em Brasília por um ou dois dias adicionais, visando o devido “rescaldo” do trabalho, sua depuração, e homogeneização, além da redação dos relatórios. Que os digitadores trabalhassem à noite, para que, na primeira hora de cada manhã, os próprios avaliadores procedessem à revista e às devidas correções ao longo dos textos.

Ainda, os formulários deveriam propiciar uma análise mais quantificável (“matemática”) o que tornaria ainda menos subjetivas as avaliações. É bom que se assevere, entretanto, que um consenso foi sempre perseguido (às vezes alicerçado só após enérgicas discussões), o que assegurou consistência e equidade ao julgarem-se os vários cursos.

Coordenador:

BRUNO CARLOS PALOMBINI - UFRGS

Consultores:

ALFRED LEMLE - UFRJ

ABSALOM LIMA FILGUEIRA - UFRJ

GIOVANNI MAURO VITTORIO BELLOTTI - USP

HEITOR ROSA - UFG

FRANCISCO VARGAS SUSO - USP

DURVAL ROSA BORGES - UNIFESP

ARISTARCO GONÇALVES DE SIQUEIRA FILHO - UFRJ

ERNANI GERALDO ROLIM - FCMSCSP

MARIA TEREZA ZANELLA - UNIFESP

MEDICINA II: INFECTOLOGIA, HEMATOLOGIA, REUMATOLOGIA, ALERGOLOGIA E IMUNOLOGIA CLÍNICA, NEUROLOGIA, SAÚDE MATERNO - INFANTIL, NUTRIÇÃO, PEDIATRIA, PSIQUIATRIA, ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA

Nos dias 27 e 28 de maio de 1996, com a finalidade de estabelecer a avaliação dos cursos de pós-graduação da subárea Medicina II da CAPES, para o período 1994/1995, reuniram-se os consultores acima mencionados, os quais já haviam apreciado anteriormente os dados e, de posse dos elementos necessários, foram iniciadas as atividades para análise dos dados.

Foi dado destaque para os seguintes critérios de avaliação:

- ? Corpo permanente sem dependência do grupo de participantes externos;
- ? coerência das linhas de pesquisa com as propostas do curso;
- ? produção científica em revistas indexadas de ampla circulação na área;
- ? produção científica de professores permanentes da área;
- ? distribuição de produção científica homogênea entre os professores da área;

- ? em relação à estrutura curricular, coerência entre o conteúdo da disciplina e número de créditos, caracterizando disciplina em nível de pós-graduação e não especialização;
- ? produção do número de créditos oferecidos na área de concentração e na área de domínio conexo;
- ? produção discente e fluxo de alunos adequados;
- ? presença de avaliadores externos de reconhecida competência nas bancas julgadoras de doutorado;
- ? divulgação da produção discente em revistas indexadas.

Os dados de cada curso foram discutidos pelo grupo e, em seguida, foi elaborada a ficha de avaliação.

O grupo discutiu e aprovou a ficha final de avaliação de cada um dos cursos analisados, sendo 54 de mestrado e 39 de doutorado.

O grupo de consultores da área de Medicina II destacou as seguintes recomendações para avaliações futuras:

1. Destacar o produto de avaliação (publicação do conteúdo de tese, qualidade das revistas e impacto, localização do docente graduado, etc.).
2. Distribuição de bolsas prestigiando os cursos segundo a sua classificação, e não o número de alunos.
3. Elaboração de um glossário com conceitos fundamentais que contribuam para preenchimento correto dos dados, definindo linha de pesquisa, publicações (artigos completos, *abstracts*), disciplinas.

Coordenador:

GIOVANNI GUIDO CERRI - USP

Consultores:

VANIZE OLIVEIRA MACEDO - UnB

EDISON REIS LOPES - FMTM

GREGÓRIO SANTIAGO MONTES - USP

NELSON FIGUEIREDO MENDES - UNIFESP

SALIM MOYSÉS JORGE - USP/RP

HILTON AUGUSTO KOCH - UFRJ

MARIA APARECIDA SHIKANAI YASUDA - USP

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI - USP

NATALINO HAJIME YOSHINARI - USP

FLORENCE KERR-CORRÊA - UNESP/Bot.

JOSÉ GARROFE DÓREA - UnB

FRANCISCO BAPTISTA ASSUMPTÃO JÚNIOR - USP

MAURO BATISTA DE MORAIS - UNIFESP

MEDICINA III: CIRURGIA, ANESTESIOLOGIA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, OFTALMOLOGIA, ORTOPEDIA, OTORRINARINGOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA E UROLOGIA

A avaliação foi baseada nos critérios qualitativos e quantitativos do Anexo I e levando em conta as peculiaridades das sub-áreas. Os consultores que avaliaram os cursos de cirurgia geral realizaram também importante avaliação da produção técnico-científica-didática cujas sugestões são válidas para as próximas avaliações.

Todas as decisões foram tomadas por consenso ou votação após a apresentação e discussão do relatório completo do respectivo curso, comparado aos congêneres e os restantes da mesma área. Consideramos necessário o mínimo de dois consultores por sub-área, mantendo-se a proporção de um consultor para cinco cursos.

Todos os consultores têm muitas restrições ao atual instrumento de coleta de dados e solicitam que o modelo do novo questionário seja recebido pelos diferentes coordenadores de curso a tempo de serem discutidos e apresentadas as sugestões antes de sua implementação.

Os serviços oferecidos pela CAPES foram de excelente nível. Os documentos foram fornecidos oportunamente, as memórias dos cursos estiveram disponíveis para consulta e os diferentes técnicos prestaram toda a assistência necessária.

A CAPES também apoiou, eficientemente entre a primeira e segunda fase, uma reunião realizada em Curitiba com os consultores da Medicina III para pré-avaliação dos 31 processos da subárea.

Coordenador:

RUBENS BELFORT MATTOS JÚNIOR - UNIFESP

Consultores:

OSVALDO MALAFAIA - UFPR

HARLEY EDISON AMARAL BICAS - USP/RP

ARTHUR OCTÁVIO DE ÁVILA KÓS - UFRJ

JOAQUIM JOSÉ GAMA RODRIGUES - USP

ÂNGELA MAGGIO DA FONSECA - USP

JURANDIR MARCONDES RIBAS FILHO - FEMPAR

ALDO JUNQUEIRA RODRIGUES JÚNIOR - USP

EDMUNDO CHADA BARACAT - UNIFESP

JOSÉ BATISTA VOLPON - USP/RP

MARIZA TOLEDO DE ABREU - UNIFESP

ODONTOLOGIA

Na primeira etapa, o grupo recebeu as orientações da Coordenação da Divisão de Acompanhamento e Avaliação sobre a metodologia a ser empregada e os critérios a serem seguidos no processo de avaliação dos cursos *stricto sensu* recomendados pelas CAPES. A seguir, aleatoriamente, foram realizadas algumas avaliações em conjunto para que houvesse uma maior uniformização do grupo. Após, os relatórios foram divididos entre os integrantes da comissão, conforme as diferentes áreas de atuação.

Na segunda etapa, foi possível a consulta aos documentos da “Memória” de cada curso os quais permitiram dirimir dúvidas. Todos os integrantes da comissão analisaram em conjunto cada curso comparando o seu desempenho com os congêneres, e participaram da definição do conceito final, em uma análise criteriosa, baseada nos instrumentos disponíveis e pré-estabelecidos.

Os itens dos critérios de avaliação julgados de maior relevância foram: a qualificação docente; a produção científica docente/discente em periódicos nacionais e internacionais, bem como a participação em eventos científicos; o fluxo de alunos e a mediana do tempo de titulação.

Foi elaborado um levantamento dos periódicos nacionais e internacionais nos quais são publicados os artigos gerados pelos cursos de pós-graduação das diversas especialidades da odontologia. Oportunamente será encaminhada uma listagem para todos os coordenadores, discriminando os veículos utilizados pelos cursos.

Comentários finais

Após a análise dos dados expressos nos relatórios, observa-se que cresceu o número de docentes qualificados em relação ao biênio anterior (92/93). A produção, no entanto, ainda permanece baixa. Foi detectado, com muita frequência, docentes que não apresentam nenhuma participação no curso e que deveriam ter sido eliminados do relatório, bem como suas respectivas produções.

Quanto à produção científica, foi observado que alguns trabalhos são repetidos em diferentes períodos; um artigo aparece várias vezes no relatório do mesmo ano alternando-se os autores principais, e resumos (*abstracts*) são citados como trabalhos completos, dificultando muito a análise mais acurada da produção científica pela comissão. Ainda, foram observados trabalhos totalmente divorciados dos objetivos do curso, que igualmente não deveriam ter sido listados.

Outro aspecto a observar é o fluxo de alunos. Em muitos programas ele continua lento, bem como a mediana do tempo de titulação, apesar da otimização dos laboratórios, dos equipamentos e da informatização das bibliotecas como dos demais setores das unidades, o que supostamente representaria uma maior dinamização no desenvolvimento das pesquisas e na elaboração das dissertações e teses.

A comissão considerou de enorme importância que a CAPES ofereça cotas de IC para alunos de graduação serem orientados, em pesquisa, por alunos de pós-graduação em nível de doutorado, pois a integração destes com os alunos de graduação tem sido praticamente restrita ao ensino.

A comissão sugeriu ainda um levantamento dos programas dos centros de excelência do exterior e a organização de seminários com pesquisadores dessas instituições visando mudanças que possam contribuir para a maior eficiência dos programas brasileiros.

Um aspecto signficante e extremamente positivo foi a verificação de que alguns cursos estabeleceram convênios com outras instituições nacionais e internacionais.

De uma maneira geral, tanto os cursos tradicionais como os novos receberam auxílios significativos das agências de fomento, principalmente da CAPES, incentivando com insumos e bolsas no país e no exterior, fazendo com que a subárea de Odontologia apresentasse um progresso significativo.

Acredita-se que, para o futuro, a pós-graduação *stricto sensu* possa ser avaliada por meio de instrumentos cada vez mais adequados e precisos que permitam, satisfatoriamente, apreciar os processos evolutivos dos programas.

Coordenador:

MARIA FIDELA DE LIMA NAVARRO - USP/FOB

Consultores:

NILZA PEREIRA DA COSTA - PUC/RS

ORLANDO AYRTON DE TOLEDO - UnB

ROBERTO ALVES DOS SANTOS - FESP/UPE

HELSON JOSÉ DE PAIVA - UFRN

MARIA CARMELI CORREA SAMPAIO - UFPB/J.P.

MARISA MALTZ - UFRGS

MÁRCIA MARIA FONSECA DA SILVEIRA - FESP/UPE

LAURO CARDOSO VILELLA - UNESP/SJC K

ÁTIA REGINA CERVANTES DIAS - UERJ

JOSÉ FERNANDO C. HENRIQUES - USP/FOB

ARTHUR BELÉM NOVAES JÚNIOR - UFRJ

SAÚDE COLETIVA

1. Introdução

A avaliação relativa ao biênio 1994-1995 foi realizada no decorrer dos meses de abril e maio de 1996, por um comitê formado por quatro membros: Maurício L. Barreto (representante da área), e três consultores: Arnaldo Siqueira (FSP/USP), Cecília Minayo (ENSP/FIOCRUZ) e Naomar Almeida Filho (ISC/UFBA). O comitê reuniu-se numa primeira etapa nos dias 22 e 23 de abril, quando foram apresentados os relatórios dos cursos e as sugestões de novos procedimentos para a avaliação, feitas pela direção da CAPES. Adotando parte dessas sugestões, o comitê desenvolveu seu próprio sistema de pesos para as diversas atividades e quesitos e definiu um perfil básico para os cursos em cada nível. Nesse momento o material para análise foi repartido entre os três consultores. Os itens de avaliação e respectivas ponderações foram apresentados e discutidos pelos coordenadores dos principais programas de pós-graduação da área durante uma oficina de trabalho promovida pela Abrasco no Rio de Janeiro, entre 15 e 17 de maio. No período de 27 a 30 de maio, o comitê reuniu-se novamente a fim de consolidar e concluir o processo de avaliação. Foram analisados 17 programas de pós-graduação, abrangendo um total de 25 cursos, sendo 17 de mestrados e oito de doutorados. Dois programas (IMIP/Saúde da Criança e UFMT/Saúde Ambiental) foram considerados cursos interdisciplinares a serem avaliados também por outros

comitês. Além dos relatórios específicos para cada curso, o comitê resolveu produzir o presente relatório de área com o objetivo de sistematizar a experiência do processo avaliativo, enfatizando os pontos positivos e negativos e fazendo sugestões, no sentido de fomentar o desenvolvimento dos cursos.

2. Limite da área

O processo de avaliação permitiu uma visão panorâmica da área, onde se pode observar a complexidade e a diversidade que caracterizam o campo da Saúde Coletiva/Saúde Pública, ressaltando que os seus limites são ainda pouco nítidos e imprecisamente delimitados. Esse ponto demanda, portanto, uma reflexão mais intensa, persistente e aprofundada sobre o objeto saúde e sobre que conhecimentos e práticas o campo da Saúde Coletiva efetivamente se conforma.

3. Corpo docente

A criação de novos cursos e a ampliação dos existentes demonstram um crescimento da área e uma maior disponibilidade de quadros com treinamento avançado em Saúde Coletiva no país. Entretanto, aspectos preocupantes chamaram a nossa atenção. Em relação a alguns cursos novos, observamos a necessidade de treinamento de parte do corpo docente no sentido de aumentar a composição de doutores no seu quadro permanente. Em outros cursos, principalmente entre aqueles mais antigos, destacamos a falta de reciclagem do corpo docente por meio de programas como o de pós-doutoramento ou de professores visitantes. Nestes programas, em geral, inexistente ou é muito pequena a circulação de pesquisadores visitantes de outras instituições, sejam nacionais ou internacionais.

4. Linhas de pesquisa

É evidente, a partir dos relatórios, a necessidade de cursos apresentarem de forma mais organizada as suas linhas de pesquisa. Alguns programas reportam um grande número de linhas, porém essas se mostram mal organizadas na medida em que não se articulam com os projetos de investigação que as compõem. Além deste aspecto organizacional e de apresentação dos relatórios, há necessidade de muitos programas consolidarem as suas linhas de pesquisa e que estas se expressem científica e consistentemente relacionadas a estas linhas. O recente esforço do CNPq de mapear os grupos de pesquisa, suas linhas, projetos e os pesquisadores a eles vinculados, pode servir de base para esta organização naqueles programas em que este aspecto se apresentou mais débil.

5. Produção científica

É notória e importante a produção científica da área, tanto no que diz respeito a sua quantidade, a sua diversidade e qualidade, expressas nos níveis de veículos de divulgação da produção. Entretanto, vários dos programas apresentam produção pouco significativa, mesmo alguns que ministram cursos de doutorado. No tocante ao preenchimento do relatório, alguns notificam a sua produção com trabalhos publicados por professores participantes, visitantes ou mesmo pela simples repetição da produção já listada em ano anterior. Alguns docentes participam como professor permanente em mais de um programa, tendo, assim, a sua produção repetida, o que não é recomendável. Deve haver esforço dos cursos de estimular e captar a produção discente, que em muitos programas, é praticamente inexistente. Com relação à CAPES, recomendamos que no indicador de produtividade do corpo docente permanente, inclua-se no numerador apenas a produção desse grupo, já que o denominador é por eles constituídos. Essa falta de cuidado fez com que estes indicadores aparecessem indevidamente aumentados para alguns programas. Sugerimos também que se estimulem os docentes a direcionar suas publicações para revistas indexadas e com o corpo editorial, pois muitos trabalhos com aparente alta qualidade são divulgados em revistas institucionais, não indexadas e com circulação bastante restrita.

6. Estrutura curricular

A estrutura curricular revela a concepção do curso. Hoje no conjunto dos cursos há opções de disciplinas suficientes, coerentes e adequadas, com grande abertura de opções para os alunos. Mas há também cursos com um conjunto de disciplinas bastante dispersas, muitas delas cobrindo recortes restritos dos objetos em discussão. Isto revela, certamente, a inércia de agregação de novas disciplinas no decorrer do tempo, talvez sem a devida discussão por parte dos colegiados de curso. Em alguns casos há descrição de um grande número de disciplinas não ministradas, por vezes essenciais na formação em Saúde Coletiva. Embora não seja esse o ponto mais crucial para caracterizar excelência em um curso de pós-graduação na área, é importante dar-lhe atenção no conjunto das ações de formação.

7. Fluxo de alunos

Muitos cursos ainda apresentam fluxos de alunos muito reduzidos, resultante de um tempo de titulação prolongado e uma alta proporção de desistências. O comitê acha necessário que todos os programas dêem atenção especial a este tópico e sugere algumas medidas para o seu encaminhamento: revisão e aperfeiçoamento dos critérios de seleção, enxugamento da estrutura curricular (buscando, evidentemente, evitar perda de qualidade), e envolvimento precoce dos alunos nas linhas e projetos de pesquisa do programa, a fim de que as teses e dissertações possam ser produzidas com a maior brevidade possível.

8. Relatório Execapes

O relatório Execapes, ressalvadas todas as dificuldades do seu manejo, constitui-se hoje em instrumento reconhecidamente sério para a produção de indicadores de avaliação da pós-graduação, na sua dinâmica e nos produtos esperados dos cursos. A experiência do seu desenvolvimento e utilização continuada nos permite sugerir à CAPES vários ajustes e ainda mais a inclusão de elementos que permitam a sintonia fina da avaliação da qualidade. Notamos, no entanto, que alguns cursos não o tem tomado devidamente em consideração ou não o exploram suficientemente na discussão das suas linhas de pesquisa, integração do corpo docente/discente e fomento da sua produção científica. Por isso, consideramos imperativo recomendar a todos os cursos que não tomem o relatório Execapes como um mero formulário burocrático a ser preenchido. Mas que explorem suas potencialidades para reunir, sistematizar e acompanhar toda a evolução histórica da riqueza gerada pela pós-graduação da nossa área. Os subregistros, no momento atual, com certeza prejudicam o julgamento de alguns cursos, incluindo alguns reconhecidamente importantes.

9. Considerações finais

Ressalvadas todas as limitações de definição de objeto de conhecimento e de prática (e aqui não se trata de demarcá-los artificialmente), consideramos a nossa área como perfeitamente integrada no conjunto da produção científica do país, certamente carregando a qualidade e os defeitos da maioria delas. Há cursos com elevado dinamismo, há outros com problemas de variada ordem, que muitas vezes ultrapassam o seu âmbito particular, e há vários que apenas se iniciam. Neste aspecto, vale ressaltar que o sistema de pontuação desenvolvido e aplicado na presente avaliação demonstra que, apesar da existência de vários cursos consolidados já em um importante nível de excelência, ainda resta muito espaço para melhorar. Este é o sentido das críticas e recomendações produzidas por este comitê, com base na avaliação dos pontos específicos de cada programa. Por outro lado, a classificação de alguns cursos em nível D, em sua maior parte localizados em regiões extremamente necessitadas de ampliação de recursos humanos acadêmicos e profissionais, demonstra a urgência de se implementar uma rede de apoio para o seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, é fundamental ampliar o espaço de intercâmbio entre os diversos grupos, intensificando a discussão entre a teoria e prática da Saúde Coletiva entre nós.

Coordenador:

MAURICIO LIMA BARRETO - UFBA

Consultores:

ARNALDO AUGUSTO FRANCO DE SIQUEIRA - USP

NAOMAR DE ALMEIDA FILHO - UFBA

MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO - FIOCRUZ

ENFERMAGEM

1. Introdução

A avaliação relativa ao biênio 94/95 foi realizada no decorrer dos meses de abril e maio de 96 por uma comissão de consultores composta de seis elementos: quatro professores doutores indicados pela CAPES, após consulta prévia aos diversos programas de pós-graduação, um consultor externo e a coordenadora da área de enfermagem. O consultor externo e a coordenadora de área atuaram como elementos de apoio e consulta.

Cabe destacar que a análise foi feita em duas etapas: na primeira, não houve participação do consultor externo.

A coordenadora de área não avaliou especificamente cada curso a fim de poder atuar com mais neutralidade em caso de pedidos de recursos para revisão do processo.

A comissão reuniu-se numa, primeira etapa, nos dias 22 e 23 de abril, quando foram entregues os relatórios Execapes dos cursos e dadas as orientações sobre os novos procedimentos para a avaliação, estabelecidos pela CAPES.

Após as orientações, os consultores e a coordenadora de área examinaram e discutiram, à luz das informações recebidas, dos critérios gerais de avaliação da CAPES e da área de Saúde e, principalmente, os específicos da área de Enfermagem.

A seguir, estabelecemos os critérios específicos para a avaliação, antes de analisar as informações de cada um dos cursos. Foram, também, atribuídos valores aos quesitos pré-estabelecidos no documento "A avaliação de cursos da CAPES" e respectivos pesos, equivalendo essa parte a 75% da avaliação. A seguir, foram elaborados os itens que deverão ser contemplados na avaliação qualitativa e evolutiva do programa, equivalendo a 25% do total da avaliação. Os dados foram gravados na memória do computador da CAPES.

Por fim, os relatórios Execapes foram distribuídos aos pares de consultores de forma que cada relatório fosse analisado por dois deles, tomando-se o cuidado para que cada consultor não viesse avaliar o programa ao qual está vinculado.

Na segunda etapa os programas foram vistos e discutidos por todos os consultores com participação da consultora externa e da coordenadora de área.

Esta etapa foi realizada de 27 a 31 de maio quando os consultores procederam a avaliação final com atribuição de conceitos e especificação das recomendações aos cursos, entrega das "Fichas de Avaliação e Documento da Área".

ANÁLISE DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* NA ÁREA DE ENFERMAGEM

2.1 - Docentes e pesquisadores

O número de enfermeiros doutores do corpo docente permanente dos programas de pós-graduação aumentou, embora haja concentração destes nas regiões das escolas do Sul e Sudeste.

Os enfermeiros docentes têm obtido esta titulação em programas do país e do exterior, em países como Estados Unidos, Inglaterra e Suécia, além dos que usufruíram e usufruem de bolsa-sanduíche nos Estados Unidos, na França entre outros.

O número de docentes com pós-doutorado também aumentou, realizado em programas do país e do exterior, uma delas na Universidade Harvard, duas na Itália.

O número de docentes doutores tende a continuar crescendo, uma vez que contamos com seis doutorados, concentrados na região Sul e Sudeste. Cabe ressaltar o esforço das universidades do Nordeste para a criação de seu doutorado e, da região Centro-Oeste, na criação de um programa de mestrado.

Para dar continuidade ao desenvolvimento dos docentes permanentes em nível de doutorado e pós-doutorado, há necessidade de se manter e incrementar o apoio aos intercâmbios e convênios em âmbito nacional e internacional e a participação de professores visitantes de renome nacional e internacional.

Os docentes do corpo permanente atuam quase exclusivamente em regime de dedicação exclusiva ou tempo integral e exercem atividades de ensino, administração, pesquisa e orientação.

2.2 - Estrutura do Curso

Os programas de pós-graduação, em geral, contam com docentes enfermeiros com formação adequada às áreas de concentração e eixos temáticos dos mesmos.

Pela análise da estrutura curricular percebe-se que existe variedade de opções de disciplinas, respeito à universalidade de pensamento e suporte às linhas de pesquisa e projetos vinculados. Há também disciplinas sobre ensino superior e que no momento, são necessárias tendo-se em vista a mudança do currículo de graduação em Enfermagem e a necessidade de se formar docentes de ensino superior bem qualificados e adequados ao atendimento das necessidades de saúde da população.

2.3 - Atividades de pesquisa

Houve um aumento do número de pesquisas, de suas linhas e projetos vinculados que em geral guardam adequação à proposta, finalidade, objetivos e estrutura curricular dos programas. Alguns cursos precisam organizar e adequar melhor suas linhas e projetos vinculados.

Percebe-se a preocupação nos programas em incentivar o aprendizado e desenvolvimento de pesquisas. Há vários projetos financiados por agências de fomento à pesquisa.

Pela análise das linhas e projetos de pesquisa percebe-se a preocupação com a saúde da população, bem-estar do homem e sociedade, estudando-se temas prioritários relacionados à saúde em geral, de indivíduos e grupos, em todas as faixas etárias e várias situações de vida.

Alguns programas precisam consolidar suas linhas de pesquisa principalmente integrando alunos de graduação e pós-graduação e aumentar a respectiva produção científica.

2.4 - Produção docente

Houve um aumento da produção docente no item publicação em periódicos, mas essa precisa ser incrementada. As publicações, às vezes, se dão no mesmo periódico editado na própria instituição onde o docente está vinculado. Há, portanto, necessidade de diversificação de periódicos e incremento de publicação em nível internacional. A publicação de resumos em anais e participação em eventos aumentou consideravelmente, o que propicia intercâmbio do conhecimento produzido.

Percebeu-se que publicações se repetem em mais de um programa, o que deve ser evitado, quando de autoria única.

2.5 - Produção discente

Houve aumento na participação do discente em projetos vinculados de pesquisa na publicação em co-autoria com docentes e isoladamente.

O fluxo de alunos em alguns cursos está inferior ao preconizado pela CAPES, outros estão dentro dos parâmetros e outros precisam viabilizar a diminuição do tempo para sua titulação.

2.6 - Sugestões à CAPES

- 1- Prever, para a primeira etapa de avaliação, tempo suficiente para se analisar pelo menos um programa em conjunto com todos os consultores, antes de se distribuir os relatórios aos pares.
- 2 - Enviar em tempo hábil o disquete para elaboração do Execapes para que o consultor possa solicitar informações adicionais que se fizerem necessárias para elaboração do formulário.
- 3- Incluir, com grifo, que a responsabilidade das informações fornecidas no relatório é do coordenador do curso ao programa.
- 4 - Incluir as recomendações feitas ao curso na avaliação anterior. Entregar, na primeira etapa, relatórios de visitas e informações adicionais, se houver.
Na Folha Síntese que mostra a evolução do curso nos últimos cinco anos para apreciação da análise dos consultores, é necessário que o programa identifique e registre:
 - ? inclusão no item professores permanentes da graduação pela qual o professor está vinculado ao curso;
 - ? número de artigos publicados pelos docentes do quadro permanente em periódicos nacionais e internacionais;
 - ? a mesma recomendação para os artigos publicados por docente e discente em conjunto;
 - ? a mesma para os artigos publicados por discentes;
 - ? incluir na ficha de avaliação um espaço para que se possa atribuir valor à publicação conjunta de docente e discente do curso de mestrado;
- 5- O programa do Execapes deve ser elaborado de tal forma a rejeitar todo item digitado, de forma incompleta, em especial, o relativo a linhas de projetos de pesquisas;
- 6- Inclusão no item “grupos ou linhas de pesquisa e projetos vinculados” a produção científica de cada uma das linhas ou grupos.

Coordenador:

MAGUIDA COSTA STEFANELLI - UNIFESP

Consultores:

TOKICO MURAKAWA MORIYA - USP/RP
TAKA OGUISSO (EXTERNO) - USP
RAIMUNDA MAGALHÃES DA SILVA - UFC
MARIA GABY RIVERO DE GUTIÉRREZ - UNIFESP
LÚCIA HISAKO TAKASE GONÇALVES - UFSC

FARMÁCIA

Diagnóstico da área 94/95

A Comissão de Avaliação dos Cursos da área de Farmácia, coordenada pelo prof. Eliezer Barreiro (UFRJ) e composta pelos professores João Luis Callegari Lopes (USP - RP), Elfrides Schapoval

(UFRGS), Elizabeth Igne Ferreira (USP - SP) e Marcelo Sobral da Silva (UFPb), reunida na segunda etapa do processo de avaliação de cursos 94/95, de 10 a 14 de junho de 1996, apreciou o relatório dos 15 programas de pós-graduação *sensu stricto* da área da Farmácia, a saber:

UFSM (M) - Ciência e Tecnologia Farmacêutica,
UFRJ (M) - Ciências Farmacêuticas,
UFPe (M) - Ciências Farmacêuticas,
UFPb (M) - Farmacologia & Produtos Naturais,
UFRGS (M/D) - Ciências Farmacêuticas,
USP-SP (M/D) - Tecnologia Bioquímico-farmacêutica,
USP-SP (M/D) - Análises Clínicas,
USP-SP (M) - Análises Toxicológicas,
USP-RP (M) - Fármaco & Medicamentos,
USP-SP (M/D) - Fármaco & Medicamentos,
USP-SP (D) - Toxicologia ,

sendo 15 programas, com cinco doutoramentos e 10 de mestrado, envolvendo seis IES, distribuídas em 6 Estados da Federação, localizados na região Sul (três programas), Sudeste (10 programas) e Nordeste (dois programas), contemplando como áreas de concentração das Ciências Farmacêuticas, Produtos Naturais (Farmacologia & Química), Análises Clínicas, Análises Toxicológicas, Toxicologia, Fármaco e Medicamentos, Tecnologia Farmacêutica, Cosmetologia, Controle de Qualidade de Medicamentos, entre outras.

A área da Farmácia realizou sua segunda avaliação enquanto comitê específico e, conforme a análise procedida, observou significativo desenvolvimento. Considerando-se a situação de dezembro de 1993 - época da última avaliação — o corpo discente de mestrado (M) totalizava 300 matrículas e o de doutorado (D) 82, enquanto que a situação em dezembro de 1995 refletia uma população de 385 alunos com matrículas ativas em cursos de mestrado e 153 em doutoramento. Estes dados fornecem relação de 2,51 para alunos de mestrado/alunos de doutorado, inferior àquela de 3,6 observada em 1993. Este dado significa evolução na tendência de maior procura do alunado para o doutoramento, enquanto demonstra, ainda, crescimento da demanda de M e D em 28% e 46%, respectivamente. Esta breve análise comparativa do universo discente dos cursos de Farmácia configura nítida evolução, atestando a demanda da área. No biênio desta análise (94-95) formou-se 17 doutores no país, distribuídos nas diferentes áreas de concentração dos cursos. Este pequeno contingente de doutores, face às necessidades reais da área, foram titulados em programas da USP-SP, em sua totalidade, atestando a contribuição significativa desses programas para a FRH qualificados em nível de doutoramento. Outrossim, o pequeno contingente formado confirma a necessidade vital de apoio de bolsas de doutoramento no exterior pelas diferentes agências de fomento federais e estaduais, de maneira a permitir a qualificação de futuros docentes em termos quantitativamente adequados à necessidade da área, seja para fortalecer os cursos de doutoramento já atuantes, seja para nuclear outros que deverão se implantar.

O corpo docente permanente (CDP), envolvido com as atividades de pós-graduação (M/D) na área da Farmácia, totalizou, em dezembro de 1995, contingente de 203 docentes com doutorado e apenas 15 com mestrado, participando em atividades de ensino de pós-graduação. Esta proporção representa índice de 93% de docentes permanentes com doutorado atuantes nos programas. Cabe ressaltar que nos cursos de doutorado esta proporção é de 100% para docentes permanentes titulados com doutoramento. Estes dados indicam o amadurecimento evolutivo observado para CDP, que experimentou redução quantitativa, em relação ao biênio 92-93, quando o total do CDP era de 252 docentes. Esta redução pode se dever à política de não-contratação/reposição adotada pelas IES, ou resultar do amadurecimento dos programas que, atendendo a sugestões anteriores, redimensionaram o CDP, aprimorando-o.

Os programas de Farmácia titularam nesse período 103 M, número inferior aos 133 mestres formados no biênio anterior. Estes totais indicam índices de 2,25 e 3,73 em relação ao total de matrículas ativas nos mestrados, sugerindo que há necessidade de esforços significativos por parte dos programas para reduzir o tempo médio de titulação, ainda excessivo, de 55/48 meses para D/M, respectivamente. Por outro lado, a carência sistemática de recursos de custeio/capital para atividade de C&T, especialmente à pós-graduação, certamente contribuiu para esta situação. Cabe destacar que a figura da taxa-de-bancada, instrumento vital para sobrevivência dos programas, especialmente

aqueles com teses/dissertações experimentais, caso da área da Farmácia, não substituiu o auxílio à pesquisa, institucional ou individual, que assiste a pós-graduação. Por outro lado, o número de bolsas da demanda social (BDS) concedidas pela CAPES aos programas de Farmácia, totalizou 77, em 1996, sendo 62 M e 15 D, 79,5% e 19,5%, respectivamente, o que representa apenas 14,3% do universo de matrículas ativas em M e D na área, no biênio findo. Esse montante, excessivamente tímido, merece amplos reparos, de maneira a recolocar a CAPES em patamares de apoio compatíveis com sua vocação na pós-graduação no país, contribuindo, efetivamente, ao crescimento na FRH qualificados em Farmácia, exigência urgente da sociedade face ao importante papel social da área no contexto da saúde do país.

A produção científica dos 15 programas de pós-graduação *sensu stricto* em Farmácia no biênio, sem considerar as comunicações em congressos nacionais ou internacionais, totalizou cerca de 650 publicações, sendo 350 (54%) em periódicos nacionais e 299 (46%) em periódicos internacionais. Estes dados estão de acordo com a relação de 3,19 publicações/docente permanente, ou 1,77 para publicações/docentes (permanentes + participantes). Cabe destacar, que a participação desta categoria — participantes — na produção científica (publicações) não representa contribuição expressiva. Quando se compara o índice publicações/CDP deste biênio com aquele do biênio anterior (índice de 0,82), observa-se excelente crescimento (cerca de 386%), refletindo, mais uma vez, o nível de amadurecimento e consolidação dos programas, fruto, também, de recomendações anteriores.

Cabe ressaltar que quando se determina a relação entre publicações em revistas internacionais com o CDP, obtém-se o índice de 1,47, consideravelmente importante e significativamente superior ao global observado no último biênio.

As linhas de pesquisa desenvolvidas pelos programas (M/D) contemplam diversas subáreas do conhecimento das Ciências Farmacêuticas, refletindo alto nível de interdisciplinaridade. Entretanto, a área da Farmácia ainda observa carências em algumas especialidades incipientes, já detectadas quando da última avaliação, a saber, Farmacoepidemiologia, Farmacovigilância, Farmácia Hospitalar e Farmacocinética. Observou-se evolução em subáreas ainda carentes em RH como Biotecnologia Farmacêutica, Farmácia Clínica, Química Farmacêutica, entre outras.

Em suma, a análise global dos programas de pós-graduação *sensu stricto* em Farmácia, considerada como reflexo das atividades de ensino e pesquisa em desenvolvimento nas Ciências Farmacêuticas no país, mostra carência de RH qualificados em nível de doutoramento, em diversas e numerosas especialidades. Merece, pois, significativo apoio por meio de programas de bolsas de doutorado no exterior, além daqueles no existentes no país (M & D). Por meio dos indicadores mencionados, pode-se considerar como muito adequado o desenvolvimento observado no período pelos programas de pós-graduação que, entretanto, ainda são insuficientes em termos quantitativos.

Coordenador:

ELIEZER JESUS DE LACERDA BARREIRO - UFRJ

Consultores:

ELFRIDES EVA SCHERMAN SCHAPOVAL - UFRGS

MARCELO SOBRAL DA SILVA - UFPB/J.P.

JOÃO LUIZ CALEGARI LOPES - USP/RP

ELIZABETH IGNE FERREIRA - USP

EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Apresentação

O presente documento tem o propósito de divulgar a avaliação da pós-graduação *stricto-sensu* em Educação Física (PGEF). Para tal, foi realizada uma criteriosa análise dos dados fornecidos pelos programas de PGEF à CAPES, por meio dos relatórios anuais produzidos pelo Sistema Execapes e dos relatórios das comissões de consultores que realizaram, recentemente, visitas a alguns programas da área.

O documento foi organizado de modo a apresentar, em linhas gerais, as recomendações da CAPES às comissões de avaliação de todas as áreas, a sistemática do trabalho desenvolvido pela comissão de Educação Física, os aspectos relevantes retratados pelos programas no biênio 94/95, a evolução dos programas em relação ao biênio anterior, as perspectivas e as recomendações para os próximos biênios, assim como explicações para o preenchimento adequado dos relatórios dos programas.

2. Recomendações da CAPES às comissões de avaliação

Antes de iniciar os trabalhos, o Dr. Abílio B. Neves, Presidente da CAPES, proferiu palestra no sentido de fazer uma retrospectiva do sistema nacional de avaliação da pós-graduação brasileira e orientar as comissões acerca das expectativas sobre a avaliação do biênio 94/95.

Em termos gerais foram destacados os seguintes aspectos:

- ? necessidade de maior rigor na avaliação com conseqüente discriminação dos níveis de excelência, na medida em que mais de 50% dos programas recomendados pela CAPES situam-se nas faixas de conceito “A” e “B”;
- ? necessidade de acabar com o imaginário negativo em torno dos conceitos “C”, que devem ser considerados de bom nível e, portanto, passarão a ser apoiados no sentido de alcançar os níveis de excelência (a política de fomento passará a ser independente do conceito de cada programa);
- ? o padrão de excelência deve ter como referência o estágio internacional de desenvolvimento da área;
- ? necessidade de suprimir os indicativos “-” e “+” nos conceitos conferidos aos programas de PG.

3. Sistemática do processo de avaliação da pós-graduação

O objetivo da comissão de avaliação foi, fundamentalmente, examinar as informações sobre as atividades de cada programa de pós-graduação da área, de modo a possibilitar um julgamento coletivo sobre a qualidade de cada curso de mestrado e de doutorado, com referência a critérios previamente estabelecidos.

A comissão de avaliadores foi constituída pelos seguintes especialistas: Dr. Go Tani (USP), Dr. Helder G. de Resende (UGF), Dr. Jefferson T. Canfield (UFMS) e Dr. Markus V. Nahas (UFSC). A composição da comissão foi determinada em função de consulta realizada junto aos coordenadores de cada programa, considerando, ainda, a presença de especialistas que refletissem a natureza, a abrangência e a diversidade temática da área.

A comissão foi coordenada pelo representante da área, Dr. Eduardo H. DeRose (UFRGS), que teve a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das reuniões, o estabelecimento dos critérios para avaliação, o exame dos relatórios pelos consultores, a atribuição dos conceitos em julgamento compartilhado por todos (exceto pelo docente vinculado ao programa que estava sendo avaliado e conceituado) e a preparação deste documento.

Os trabalhos foram, ainda, supervisionados por um especialista brasileiro sem vínculo com os programas avaliados (Dr. Alfredo G. de Faria Jr. - UERJ) e um especialista estrangeiro com experiência em avaliação de programas de mestrado e doutorado em Educação Física (Dr. Claude Pare - Univ. Trois Riviere - Canadá).

O processo de avaliação constou de três momentos: discussão e definição dos procedimentos e critérios de avaliação (22 e 23/4); análise preliminar e organização dos dados constantes nos relatórios de cada programa (25/4 a 7/6); aplicação dos critérios de avaliação sobre os dados de cada programa e avaliação comparativa entre os programas da área (10 a 13/6).

4. Indicadores e critérios utilizados na avaliação

Para a definição dos indicadores e critérios de avaliação, a comissão de avaliadores levou em consideração aqueles divulgados pelo documento “O perfil dos cursos A: critérios a serem adotados pelas comissões de consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado”.

Como resultado da primeira reunião, foram definidos os indicadores que seriam privilegiados na avaliação dos programas da área, os critérios e pesos conferidos a cada item submetido à avaliação, assim como foi elaborado um documento preliminar caracterizando um perfil de curso “A” da PGEF (Anexo I). Este documento está sendo divulgado com o propósito de incorporar as sugestões plausíveis e relevantes da comunidade acadêmica, visando tornar-se representativo e norteador das próximas avaliações da PGEF.

A comissão de avaliadores tentou, na medida do possível, privilegiar os aspectos qualitativos para a avaliação dos programas de PGEF, apesar de o sistema utilizado não ser satisfatoriamente desenvolvido para a concretização desse ideal. Os aspectos mais valorizados foram:

- ? produção docente, com destaque para a qualidade do veículo de divulgação (arbitrados ou avaliados por consultores externos ao programa) e a distribuição homogênea da produção pelos docentes permanentes. Foram valorizadas, fundamentalmente, as publicações de artigos, trabalhos completos publicados em anais de congressos, livros e capítulos de livros e, num segundo plano, resumos publicados em anais de congressos realizados no exterior e os de âmbito nacional;
- ? caracterização do corpo docente, valorizando a qualificação e o índice da relação orientador/orientando;
- ? fluxo de alunos, considerando o tempo-mediano para titulação próximo dos 30 e 48 meses para o mestrado e para o doutorado, respectivamente. Considerou-se também que o índice médio entre alunos titulados e alunos novos deveria estar próximo de 1.0;
- ? produção discente, enfatizando a quantidade, qualidade e adequação das dissertações/teses à proposta do curso. Valorizou-se, também, as publicações identificadas com a proposta do curso;
- ? atividades de pesquisa, com especial atenção para a adequação temática entre as linhas e respectivos projetos de pesquisa, e destes com a proposta do curso;
- ? estrutura curricular, ressaltando a adequação das disciplinas à proposta do curso, bem como a quantidade e regularidade de disciplinas oferecidas, em face da dimensão de disciplinas cadastradas.

Todos os indicadores de análise foram avaliados levando-se em consideração uma escala conceitual de quatro pontos (muito bom, bom, regular e fraco). Um *software* desenvolvido para fins de avaliação da PG, a partir dos conceitos emitidos e considerando os pesos conferidos a cada indicador por categoria de análise, fornecia a respectiva tendência de conceito. Certamente, o conceito de cada categoria poderia ou não ser confirmado pelas comissões, servindo de referência para o conceito global de cada programa.

Os dados quantitativos foram todos transformados em índices relativos, em função do número de docentes permanentes e de alunos matriculados, de modo a viabilizar análises comparativas. Essa necessidade deve-se ao fato de os programas apresentarem um quadro muito diferenciado da dimensão do corpo docente, da estrutura curricular e do corpo discente.

V. Aspectos relevantes retratados pelos programas no biênio 94/95

Foram submetidos à apreciação da comissão de avaliadores da área oito programas na área da Educação Física:

IES	INÍCIO	CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	
			MESTRADO	DOCTORADO
USP	77/89	Educação Física	Pedag. Mov. Hum. Biodinâmica Mov. Hum.	Biodinâmica Mov. Hum.
UFESM	79/01	Ciência do Movimento Humano	Aprend. Motora Biodinâmica Cineantropometria	Aprend. Motora Biodinâmica Cineantropometria

Um dos aspectos que mais chamou a atenção da comissão de avaliação foi a indefinição e os diferentes entendimentos acerca da identidade acadêmica da área. As discussões a este respeito foram provocadas pela constatação da diversidade de nomenclaturas utilizadas para a denominação dos programas. Algumas denominações pressupõem um entendimento demasiadamente limitado da abrangência acadêmica do programa, enquanto outras evidenciam um entendimento demasiadamente amplo. As implicações da imprecisão dos limites da área de conhecimento têm refletido na amplitude e na dispersão temática, revelando-se na produção, sistematização e disseminação do conhecimento. O mesmo acontece em relação à diversidade de enfoques das subárea de concentração (biológico, socio cultural, pedagógico e rendimento físico).

Salvo algumas exceções, os coordenadores não têm apresentado e justificado a proposta conceitual do programa, de modo a viabilizar uma adequada análise e julgamento das atividades acadêmico-científicas desenvolvidas por eles. Essa fundamentação deve ser apresentada no formulário F do sistema Execapes.

Outro fato que chamou a atenção, foi a falta de rigor no preenchimento dos relatórios anuais, problema que tem sido apontado desde a implementação do sistema Execapes. A apreciação desses programas corre o lamentável risco de não refletir a realidade do que aconteceu no biênio submetido à avaliação. Constatou-se falta de informações, inúmeras outras incompletas, dados contraditórios quando comparados entre os formulários, cadastramento de informações em locais errados, entre outros aspectos.

6. Evolução dos programas de pós-graduação em Educação Física

A qualidade da pós-graduação em Educação Física no Brasil mostrou-se relativamente estabilizada em relação ao biênio anterior. Considerando os conceitos atribuídos aos programas de PGEF, observou-se uma ligeira tendência de queda (de B para C), considerando o biênio 92/93. Esta queda deve-se ao aumento das exigências qualitativas, refletindo, em parte, o rigor solicitado pela presidência da CAPES no início dos trabalhos.

Foi possível constatar que os programas que apresentavam tendência de melhoria qualitativa reafirmaram sua ascensão, enquanto que os programas com problemas estruturais não demonstraram condições de resolver os aspectos indicados pelas comissões anteriores.

No geral, o corpo docente situou-se numa faixa de bom para muito bom. Apesar da evolução positiva em relação ao biênio anterior, alguns programas ainda dependem da participação de professores com mestrado e, outros, dependem da atuação de professores visitantes e participantes.

A relação orientando/orientador é muito boa em termos médios, porém é possível identificar vários docentes com a preocupante responsabilidade de orientar mais de seis alunos.

A avaliação das atividades de pesquisa foi muito prejudicada pelo preenchimento inadequado dos relatórios. Vários programas não têm registrado o nome das linhas de pesquisa e as respectivas descrições. Considerando que a adequação entre projetos, linhas e proposta dos cursos tem maior peso qualitativo, muitos programas podem ter tido suas avaliações prejudicadas, apesar de a comissão de avaliadores ter se esforçado no sentido de inferir sobre as possíveis denominações e propósitos não revelados. Em relação à quantidade, alguns programas revelam uma tendência de pulverização de linhas de pesquisa, em detrimento de trabalhar com um número mais realístico ante as exigências de qualidade e aprofundamento do conhecimento produzido. Outro aspecto marcante, é a quantidade de projetos de pesquisa que não evidenciam clara relação com a linha de pesquisa em que estão cadastrados, assim como em relação à proposta do programa. No indicador de adequação só a USP mereceu o conceito máximo.

A produção docente situa-se numa faixa de regular para bom. Apesar dos expressivos números de publicações em termos absolutos, o quadro ainda não se apresenta satisfatório em termos relativos. A maior concentração de publicações é de resumos publicados em eventos acadêmicos de âmbito regional. A maioria dos artigos é publicada em periódicos não indexados e arbitrados. Outro aspecto preocupante, é que esta produção, além de não se mostrar homoganeamente distribuída pelos veículos de divulgação, ainda está concentrada em parte dos corpos docentes. Observa-se, também, muita produção não vinculada à proposta do programa. Neste indicador, nenhum programa atingiu a conceituação máxima. Destaca-se, também, o fato de a comissão não ter considerado as publicações e produções técnico-artísticas dos professores participantes e visitantes, na medida em que eles são vinculados aos programas para ministrar determinadas disciplinas, eventualmente orientar dissertações/teses e participar de grupos de pesquisa. Também não foram consideradas as publicações, cujas referências estivessem incompletas (falta do nome, nº do periódico e nº das páginas limites).

No geral, a estrutura curricular dos programas mostra-se adequada. No entanto, alguns programas apresentam um rol elevado e irrealístico de disciplinas, acarretando no não-oferecimento de um percentual muito grande de disciplinas no biênio.

A produção discente teve um crescimento absoluto expressivo. No entanto, alguns programas, por estarem superdimensionados em termos de quantidade de alunos matriculados, apresentam baixa produção relativa. Um programa não cadastrou a produção dos seus alunos. Tem-se verificado, também, um considerável aumento da quantidade de dissertações defendidas e o promissor início das defesas de tese de doutorado.

O fluxo de alunos ainda é um aspecto fraco, considerando o tempo mediando que os alunos têm levado para se titular, principalmente, nos programas já consolidados. A média está em torno de 42 meses, muito além das expectativas da CAPES (30 meses).

7. Perspectivas e recomendações para os próximos biênios

A perspectiva é de que no próximo biênio dois novos programas sejam incorporados ao sistema de Avaliação da CAPES (UERJ e UFSC) e, a médio prazo, outros cursos sejam implantados, em decorrência do recém-criado subprograma da CAPES de mestrado interinstitucional. Este subprograma visa apoiar a implantação de cursos de mestrado nas regiões Norte e Nordeste, a partir do apoio inicial de programas de mestrado e doutorado de nível A.

Certamente as exigências aumentarão e a necessidade de melhor diferenciação qualitativa será inevitável. Dessa forma, é fundamental que os atuais programas reajam mais efetivamente, no sentido de resolver os problemas que vêm sendo apontados pelas comissões de avaliação. Muitos desses problemas vêm se mantendo e até se agravando, sem que os respectivos programas evidenciem claras ações de solução.

Em relação ao corpo docente é preciso haver maior estabilidade da dimensão, em face do número de alunos matriculados e da estrutura curricular. Tem havido grande variabilidade de biênio para

biênio. Alguns programas têm apresentado preocupante redução do corpo docente, sem que haja uma respectiva adequação estrutural; em outros programas, verifica-se um aumento acentuado, como resposta natural à titulação dos docentes da instituição. Nesta última tendência, o aumento de docentes titulados deve permitir ao programa uma melhor condição para selecionar aqueles que devem ser vinculados ao quadro permanente da PG, assegurando um grupo mais coeso academicamente e com semelhante capacidade de trabalho.

As linhas e projetos de pesquisa, considerando todos os programas, precisam ser revistas em termos de quantidade e de adequação à proposta do programa. A abrangência das linhas de pesquisa precisa ser mais delimitada, de modo a viabilizar maior relação temática entre os projetos, refletindo a real vocação acadêmico-científica do respectivo programa. Obviamente, não se quer, com isto, reprimir projetos isolados que, posteriormente, possam revelar novas vocações temáticas. O fato é que o atual quadro evidencia uma grande diversidade e dispersão temática, acentuando a indefinição da identidade acadêmica da área de conhecimento. A expectativa é que as dissertações/teses estejam claramente vinculadas, em termos temáticos, a uma das linhas de pesquisa dos programas.

A produção docente precisa ser mais regular, refletir o efetivo envolvimento de todos os docentes permanentes, além de ser melhor distribuída pelas modalidades de produção (livro, capítulo de livro, artigo, trabalho completo e resumo publicados em congresso, entre outras produções técnicas de maior relevância — assessoria institucional e científica e conferência ou palestra em evento acadêmico de reconhecida qualidade). Espera-se que na avaliação do próximo biênio, a comissão de avaliadores julgue a qualidade dos veículos de divulgação, a partir de uma relação representativa de periódicos e eventos elaborada pela comunidade acadêmica.

A produção discente deve ser estimulada, com ênfase na co-autoria com docentes. Os programas deveriam criar mecanismos para assegurar a publicação das dissertações e teses defendidas, em veículos de reconhecida qualidade.

O tempo-médio para titulação precisa ser significativamente reduzido, além de se assegurar uma relação equilibrada entre alunos titulados e alunos novos.

8. Explicações para o preenchimento adequado dos relatórios da CAPES

Os coordenadores dos programas de PGEF precisam zelar pelo preenchimento adequado e completo dos relatórios anuais da CAPES. Após o término dos trabalhos, os relatórios precisam ser rigorosa e detalhadamente revistos, no sentido de evitar informações incoerentes, incorretas e incompletas.

Serão destacados os problemas mais comuns no preenchimento dos relatórios anuais da CAPES, assim como algumas sugestões de organização dos dados, de modo a facilitar o trabalho das comissões de avaliação.

Deve haver coerência entre as informações prestadas no formulário B (corpo docente) e as respectivas informações que devem ser coincidentes em outros formulários.

Exemplos:

- ? o nº de disciplinas ministradas por cada professor permanente, participante e visitante deve ser coerente com o nº de disciplinas oferecidas no ano. Se foi informado que o professor “X” ministrou duas disciplinas no ano, o nome deste professor deverá aparecer no formulário C, ao lado das duas disciplinas ministradas;
- ? a mesma coerência deve ser assegurada em relação às atividades de pesquisa. Se o professor pesquisou no ano, então, no formulário E, deverá haver projetos de pesquisa cadastrados sob a responsabilidade do referido docente;
- ? o número total de orientandos distribuídos pelos docentes do programa (formulário B) deve ser igual ao número de alunos matriculados (formulário D). Os quantitativos relatados no formulário D devem ser coerentes entre si e com os quantitativos informados nos anos anteriores. Está sendo possível constatar sérias contradições dessas informações, o que pode ser decorrente de um erro acidental, mas pode sugerir, também, manipulação das informações. Tem sido constatado, em alguns casos, incoerência entre o tempo-médio de titulação e o quantitativo de alunos titulados,

aqueles com mais de 30 meses (em nível de mestrado), os novos, os trancados e os que abandonam o curso.

No formulário E é preciso informar o nome e a descrição de cada linha de pesquisa, seguido pela relação dos projetos vinculados. A primeira seqüência de três algarismos representa o código da linha de pesquisa; a segunda seqüência de três algarismos representa a quantidade de projetos vinculados àquela linha de pesquisa; e a terceira seqüência de dois algarismos representa o ano do início do projeto.

Exemplo: o que representa a indicação da linha de pesquisa é a segunda seqüência de algarismos - 000:

- ? 001.000/94 - indica o nome e a descrição da linha;
- ? 001.001/94 - indica o nome, a descrição e os docentes responsáveis pelo projeto de pesquisa; ou seja, na linha de pesquisa 001, tem um projeto de pesquisa cadastrado, implementado em 1994;
- ? 002.000/95 - indica uma outra linha de pesquisa que deve ser denominada e descrita. Para cadastrar os projetos de pesquisa vinculados, os três números centrais deverão ir aumentando seqüencialmente em função dos novos projetos implementados (002.000/95; 002.001/95; 002.002/95; 002.003/96, etc.).

Os títulos de projetos de pesquisa, publicações e dissertações/teses devem permitir clara identificação do conteúdo central do trabalho. Deve-se evitar títulos demasiadamente genéricos como, por exemplo, “Atividade Física na Universidade”, “Educação Física e a Construção da Cidadania”, “Representação Corporal de Adolescentes: no Cru é que estão as Proteínas”, etc. Estes títulos genéricos dificultam a avaliação da vinculação da produção, assim como pode induzir as comissões de avaliação a um erro de classificação, beneficiando ou prejudicando o programa. Nas subáreas socio cultural, filosófica e pedagógica esses rótulos genéricos e evasivos são comuns.

Para uma informação ser considerada para fins de avaliação, é preciso estar completa. Tem sido comum encontrar informações do tipo: Revista de Florianópolis, Revista de Curitiba, Anais do (...), etc. Também não estão sendo consideradas as informações de publicações que omitam dados como nº do periódico, nº de páginas do veículo de divulgação, nº das páginas limites do artigo ou capítulo de livro, nome da editora ou instituição responsável pela publicação, etc.

No momento de cadastrar as publicações e as produções técnico-artísticas, solicita-se a organização dos dados na seguinte ordem: docentes como único autores; co-autoria de docentes; co-autoria de docentes e discentes; discentes como único autores; e co-autoria de discentes. Não devem ser cadastradas publicações e produções de professores não- vinculados ao quadro de docentes permanentes.

Devem ser evitados o cadastramento de produções sem relevância acadêmico-científica, assim como aquelas desvinculadas da proposta do programa.

Serão considerados eventos científicos internacionais somente aqueles realizados no exterior ou, quando realizados no Brasil, promovidos por organismos internacionais, desde que suas edições ocorram em diferentes países.

Concluindo, espera-se que o rigor empreendido neste processo de avaliação provoque reações efetivas de melhoria da PGEF e que as recomendações sirvam de eixo norteador da qualidade esperada para programas dessa natureza.

Coordenador:

EDUARDO HENRIQUE DE ROSE - UFRGS

Consultores:

JEFFERSON THADEU CANFIELD - UFSM

MARKUS VINÍCIUS NAHAS - UFSC

HELDER GUERRA DE RESENDE - UGF

GO TANI - USP

ANEXO I

SUGESTÕES DE CRITÉRIOS PARA QUALIFICAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO FÍSICA COM PERFIL A

Após mais uma reunião de avaliação bienal dos programas de mestrado e de doutorado em educação Física no Brasil, ficaram evidentes as dificuldades de se definir, operacionalmente, indicadores e critérios qualitativos e quantitativos que sirvam de referência para o referido processo de avaliação.

A necessidade de definir “operacionalmente” é devido ao fato de todos concordarem com as idéias gerais de que o corpo docente deva ser qualificado e estar efetivamente engajado nas atividades de ensino, pesquisa e orientação, além de comprovar uma sólida produção acadêmica, por meio de publicações e produções técnico-científicas; de que as linhas de pesquisa devam estar bem definidas e adequadas à proposta do curso, além de demonstrar a vinculação de projetos de pesquisa concluídos e com apoio dos órgãos oficiais de fomento, dentre outros fatores dessa natureza.

No entanto, as diferenças começam a se manifestar quando temos que operacionalizar o que é mais ou menos qualificado; o que é mais ou menos adequado; que publicações devem ser mais ou menos valorizadas; que periódicos são mais ou menos credenciados, e assim por diante.

Diante desse impasse salutar, elaboramos este documento preliminar para ser submetido à apreciação da comunidade acadêmica vinculada à pós-graduação. A definição desse perfil de excelência teve como referência o documento Perfil dos Cursos A, elaborado pela CAPES e o documento preliminar elaborado pela comissão de avaliadores, quando esteve reunida em Brasília.

1. Caracterização do corpo docente

Um curso de pós-graduação em Educação Física que almeja o conceito A deve ter um corpo docente que apresente como característica um número estável de docentes permanentes (DP), compatível com o tamanho do corpo docente.

No caso dos cursos de mestrado, os parâmetros de compatibilidade não devem ser superdimensionados e nem subdimensionados. Para tal, propomos que um curso de perfil A não deva exceder a uma relação máxima de seis alunos por DP, nem ser inferior à relação de dois alunos por DP. Esta relação de dois para um não será considerada para os cursos com menos de quatro anos de funcionamento, assim como para aqueles em processo formal de reformulação autorizado pela CAPES.

No entanto, para os programas que oferecem cursos em níveis de mestrado e de doutorado será considerada a seguinte proporção: no mestrado, não deve exceder a relação máxima de quatro alunos por DP, nem ser inferior a uma relação de um aluno por DP, enquanto que no doutorado, será considerada, preferencialmente, a relação máxima de dois alunos por orientador. Visando assegurar a qualidade necessária ao processo de orientação, cada orientando em nível de doutorado deve equivaler a uma proporção de 1½, em relação ao orientando em nível de mestrado (ou seja, cada dois orientandos de doutorado, equivalem a três orientandos de mestrado).

Todos os docentes devem ter titulação em nível de doutorado, além de todos os DP estarem vinculados ao programa sob o regime de dedicação exclusiva ou tempo integral. A presença de professores e pesquisadores visitantes, especialmente no quadro de acordos e convênios nacionais e internacionais, deve ser valorizada, desde que não seja para sanar deficiências do corpo de DP.

A relação orientando/orientador, para os cursos de mestrado, não deverá exceder ao número médio de quatro orientandos por orientador, assim como, em termos absolutos e sistemáticos, um orientador não deverá ter mais do que seis orientandos (salvo algum caso atípico, considerando os últimos cinco anos — isto porque um docente poderá ter acumulado mais orientandos em função de um estágio no exterior ou algo similar).

Para o caso dos programas que oferecem cursos em níveis de mestrado e de doutorado, cada orientador não deverá ter, em termos absolutos, mais de três orientandos em nível de mestrado e dois em nível de doutorado, ou quatro mestrandos e um doutorando.

Os DP devem demonstrar efetivo comprometimento com o programa, através da dedicação sistemática ao desenvolvimento de pesquisa, às atividades de orientação e de ensino. Desta forma,

90% dos DP deverão estar atuando nas atividades de ensino, pesquisa, orientação, além de ter publicações regulares e sistemáticas, relacionadas às linhas de pesquisa.

2. Atividades de pesquisa

Um curso de pós-graduação em Educação Física que almeja o conceito A deve ter linhas de pesquisa ativas, o que deve ser demonstrado por meio da existência de projetos de pesquisa em desenvolvimento e, fundamentalmente, concluídos, assim como por meio da produção docente e discente.

Serão valorizadas as linhas de pesquisa cujos projetos de pesquisa estejam sendo financiados por órgão de fomento à pesquisa (CNPq, CAPES, INEP, FINEP, INDESP, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, etc.) ou pela própria Universidade, certificado por meio de cadastramento nas pró, sub ou vice-reitorias de pesquisa ou pós-graduação.

As linhas de pesquisa devem evidenciar a descrição dos seus objetivos e abrangência, em coerência com a proposta conceitual do programa.

Em relação à quantidade de linhas de pesquisa ativas e projetos de pesquisa, considerar-se-ão adequados os programas que tiverem pesquisas em desenvolvimento e, fundamentalmente, concluídas, com o apoio técnico-financeiro de órgãos oficiais de fomento.

Quanto à adequação dos projetos e das linhas de pesquisa à proposta do curso, considerar-se-á adequado o programa cujos projetos de pesquisa sejam compatíveis com os propósitos das linhas de pesquisa que, por sua vez, tenham coerência com a proposta conceitual do curso.

A expectativa é que as dissertações/teses estejam claramente vinculadas, tematicamente, às linhas de pesquisa dos programas.

3. Produção docente

Em relação à produção docente, será valorizado o programa que tiver a produção docente bem distribuída entre seus DP, em comparação com programas que concentrem a produção em uns poucos docentes, e cuja média não reflita efetiva produção do todo. Serão mais valorizadas as publicações de artigos originais e ensaios veiculados em periódicos indexados e arbitrados, além da produção de livros, coletâneas, capítulos de livro, trabalhos completos e resumos publicados em anais de eventos de âmbitos nacional e internacional.

No que se refere à produção técnica, serão valorizadas a participação dos docentes em atividades de assessorias e consultorias a órgãos, entidades e instituições oficiais e/ou científicas de âmbito internacional, nacional, estadual ou municipal, além da participação em eventos acadêmicos de âmbitos nacionais e internacionais na condição de conferencista, palestrante ou expositor de comunicação científica, promovidos por instituições diferentes daquela a que o DP esteja vinculado. Tanto nas publicações, quanto nas produções técnicas serão valorizados os trabalhos cujo teor tenha estreita vinculação com a proposta conceitual e as linhas de pesquisa do respectivo programa.

4. Estrutura curricular

A estrutura curricular deve evidenciar uma perspectiva pedagógica clara, além de fornecer uma sólida base teórica sobre a proposta conceitual do programa. A adequação das disciplinas deverá ser avaliada a partir das ementas e bibliografias atualizadas, para a qual recomenda-se informá-las no formulário F. A quantidade e a qualidade das disciplinas oferecidas deverão assegurar a possibilidade de os alunos cumprirem, a contento, seus planos de estudo, considerando o tempo disponível para tal.

Os DP deverão ser os responsáveis pela maioria das disciplinas oferecidas (mais de 80%).

5. Produção discente

A produção discente será avaliada em face do número de dissertações/teses aprovadas, bem como da sua vinculação com as linhas de pesquisa do programa. Serão valorizadas as produções divulgadas por meio das diversas modalidades de publicação e da apresentação de trabalhos em eventos científicos da área, privilegiando aquelas vinculadas às dissertações/teses. Outro aspecto a ser valorizado são as produções em co-autoria com os DP do programa, vinculadas aos projetos de pesquisa concluídos e em desenvolvimento no curso.

6. Fluxo de Alunos

Um curso de perfil A deverá apresentar um elevado índice de titulação de alunos, especialmente os de mestrado, em função do número de alunos que ingressaram a cerca de 30 e 48 meses, considerando, respectivamente, os níveis de mestrado e de doutorado. Os cursos que almejam atingir o perfil A, devem apresentar um tempo-médio para titulação de até 36 meses para o mestrado, e de até 54 meses para o doutorado.

* * *

Para a avaliação final de cada programa foram considerados os seguintes pesos para as categorias de análise:

- ? 25% para a produção docente;
- ? 20% para a caracterização do corpo docente;
- ? 15% para o fluxo de alunos;
- ? 15% para a produção discente;
- ? 10% para as atividades de pesquisa;
- ? 10% para a estrutura curricular.

Houve, ainda, uma margem de 5% para avaliar, com base em critérios, explicitáveis em cada caso, segundo opções dos avaliadores, a evolução do curso e outros aspectos qualitativos explicitados no formulário F.

OPINIÃO

TEMPO DE TITULAÇÃO *VERSUS* EVASÃO

Muitos coordenadores de cursos de pós-graduação têm nos perguntado sobre o que é menos ruim: conceder trancamento de matrícula ou prorrogar o prazo de um programa de pós-graduação com o conseqüente aumento no tempo de titulação, ou não tomar essas providências fazendo com que o aluno não se titule e, como consequência, o curso passe a contabilizar mais uma evasão. Não temos dúvida em responder, de imediato, que é preferível conceder mais um tempo para que o curso ganhe uma titulação ao invés de uma evasão.

Vejamos: é quase certeza, nas condições atuais dos cursos de pós-graduação, no Brasil, que esse aluno tenha recebido bolsa para desenvolver o seu programa. Ora, se for dada uma oportunidade a ele, além do já comentado aumento de evasões no curso, terá sido vão esse gasto com a bolsa; não haverá o retorno esperado àquela verba aplicada no treinamento de pessoal de nível superior. Poderão até dizer que não é bem assim, pois o fato de ele não ter se titulado não significa que se perdeu tudo, principalmente quanto ao aprendizado durante alguns bons anos numa Instituição de Ensino Superior. Estamos até de acordo com os que pensam assim, mas há de se ponderar também, que houve um certo tempo perdido para o orientador no tocante a sua produção científica. Com o advento dos cursos de pós-graduação, as idéias de pesquisa são repassadas aos alunos, por seus orientadores, que ficam à espera de uma publicação futura da qual ele será co-autor; é o retorno desejado. Além disso, se se tratar de curso de Doutorado, a situação fica muito pior, pois se entende e se aceita que o elemento multiplicador de treinamento é o doutor. Só ele pode ser orientador nos programas de pós-graduação, Brasil. Logo, anula-se um multiplicador. Veja-se, portanto, quantas conseqüências indesejáveis uma atitude de uma coordenação de curso pode trazer, ao se basear apenas em mais rigor e em não aumentar o tempo de titulação do curso.

De outro lado, fica o até aqui, tão comentado tempo de titulação, que levou a diretoria da CAPES, a impor às Universidades uma séria restrição visando à diminuição do tempo de titulação: diminuiu a duração do tempo de bolsa. Os cursos tiveram que se reestruturar e, a curto prazo, adaptar seus programas aos períodos de bolsas. Felizmente, parece-nos não ter caído o grau de qualidade das teses e dissertações.

Verifica-se, ainda, que são poucos os casos de necessidade de ampliação do prazo para que um aluno possa completar o seu programa. Sendo assim, como a CAPES adotou sabiamente a **mediana** como indicador do tempo de titulação em lugar da **média aritmética**, esses poucos casos de ampliação de prazo, em nada alteram o tempo de titulação em um curso de pós-graduação.

Vejamos um exemplo para ilustrar essa nossa colocação: imaginemos que um determinado curso de mestrado tenha tido os seguintes tempos de titulação, em meses, num determinado biênio, em avaliação, dispostos em ordem crescente: 25,26,27,28,29,30.

Nessa série, a média aritmética e a mediana têm o mesmo valor, ou seja, valem 27,5 meses.

Imaginemos agora, que esse curso possa ter uma nova titulação, se conceder um aumento do prazo. Se não aumentar, o aluno não se titula. O tempo de titulação, portanto, não muda e o curso passa a contar com uma **evasão**. Se, ao contrário, for concedida uma prorrogação do prazo e supondo que o aluno se tituló com 60 meses do curso, o tempo de titulação passa para **28** meses (em termos da mediana: é o valor central de uma série de dados ordenados) ficando, portanto, praticamente igual. Porém, se ainda fosse usada a média aritmética esse tempo passaria a **32,1 meses**, ou seja, um único caso aumentou o tempo de titulação em 4,1 meses. É por isso que usamos a expressão **sabiamente**, para indicar a atitude da CAPES em usar a mediana em lugar da média aritmética — valores extremos alteram muito pouco (ou não alteram, se os valores centrais forem iguais) a mediana, mas podem alterar bastante a média, dependendo de sua grandeza.

Entendemos, portanto, que tenha ficado claro porque se deve preferir uma titulação a uma evasão.

INFORMES CAPES

MUDANÇAS NA DIRETORIA DA CAPES

Ocorreram mudanças na diretoria da CAPES em fevereiro deste ano, com a saída do Diretor de Programa, Ricardo Resende Chaves Martins e do Diretor de Avaliação, Darcy Dillenburg. O primeiro retornou para a assessoria da Câmara dos Deputados o segundo, assumiu a Diretoria do Instituto de Física da UFRGS.

Veio para a Diretoria de Avaliação o Professor Adalberto Vasquez, Doutor em Ciências pelo Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Antes de assumir o novo cargo na CAPES, o Prof. Adalberto exerceu as funções de Chefe de Pesquisa no Instituto de Física da UFRGS, e de Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS. É também pesquisador I-A do CNPq.

Como Diretor de Programas, foi empossado o Professor Luiz Valcov Loureiro, que já vinha exercendo, na CAPES, a função de Superintendente de Programas no País. É Doutor em Engenharia Química pela *École Centrale des Arts et Manufactures* de Paris. No magistério superior atuava como professor Doutor no Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Assumiu a Superintendência de Programas no país a Professora Jacira Felipe Beltrão, que estava exercendo atividade na Coordenadoria de Estudos e Divulgação Científica da CAPES. É doutora em Geofísica pelo Centro de Geociências da Universidade Federal do Pará, onde atuava como Professora Adjunta do Departamento de Geofísica do Centro de Geociências.

SISTEMA DE PAGAMENTO DAS BOLSAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL

O Sistema de Acompanhamento de Concessões do Programa de Demanda Social é um processo recém implantado que visa melhorar a qualidade do trabalho da Coordenadoria de Desenvolvimento Setorial. O êxito nessa fase de implantação é devido, em grande parte, às Instituições de Ensino Superior, beneficiárias de bolsas de mestrado e de doutorado, e ao esforço coordenado dos envolvidos no sistema, na realização de treinamento no módulo Cadastramento de Bolsista.

Dentre as vantagens advindas da operação automatizada, observa-se: economia dos recursos administrativos, sensível diminuição no tempo de processamento das informações e na ocorrência de erros, transferência do foco dos trabalhos da fase de cadastramento para a fase de acompanhamento. Essas vantagens se estendem às IES beneficiárias, uma vez que operam o sistema nos mesmos moldes da CAPES.

Além da função manutenção do cadastro e atualização de informações, esse sistema está integrado com os demais sistemas desta agência.

Deve-se salientar que o Sistema de Acompanhamento de Concessões não foi concebido, apenas, como instrumento de apoio operacional, mas para permitir que as instâncias superiores utilizem informações tecnicamente mais confiáveis, e no menor espaço de tempo, no que tange ao processo de gerenciamento, acompanhamento e avaliação das políticas dos programas de fomento à formação de pessoal e de apoio ao sistema de pós-graduação do país.

PICDT: A CONCESSÃO DE QUOTAS ANUAIS DE BOLSAS E O SISTEMA DE ANÁLISE E DEMANDA

A Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional, CDI, implementou duas importantes alterações no processo de operação do Programa de Capacitação Docente e Técnica, PICDT, visando ajustar a

concepção e atuação do programa às características e necessidades atuais das instituições de ensino superior que dele participam.

Os novos procedimentos adotados são os seguintes:

- 1 - Mudança da sistemática de concessão de bolsas de mestrado e doutorado com a implantação do esquema de atribuição de uma **Quota Anual de Bolsas** a cada instituição apoiada. Com a adoção desse esquema, a CAPES deixou de interferir na seleção e aprovação dos candidatos a bolsas de mestrado e doutorado do PICDT, limitando-se à decisão sobre o número de bolsas asseguradas à instituição como suporte para o seu plano institucional de formação de recursos humanos. Cada instituição apoiada passou, assim, a ter autonomia para, preservados determinados princípios e orientações, administrar sua Quota Anual de Bolsas, cabendo-lhe decidir sobre a sua distribuição por semestre acadêmico e composição por modalidade de bolsa - integral ou parcial -, e, principalmente, responder por todo o processo de seleção dos docentes e técnicos a serem admitidos como bolsistas. A documentação referente a esse processo de seleção é mantida na própria instituição, devendo apenas ficar disponível para a análise de auditores e consultores especiais da CAPES.
- 2 - Implantação, pela CDI e Superintendência de Informática da CAPES, do “**Sistema de Análise de Demanda - SIAD**”, que consiste na adoção de um programa unificado de informatização do processo de análise de candidaturas e de admissão de novos bolsistas pelas instituições, permitindo que todas as informações a ele referentes sejam repassadas a esta agência de forma padronizada, utilizando-se os recursos da informática. Esse sistema torna mais fácil o trabalho das instituições e das equipes técnicas da CDI, amplia o controle sobre a aplicação das normas fixadas para o processo por ele coberto, permite a emissão de estatísticas atualizadas sobre os dados a ele referentes e fornece melhores bases para o sistema de acompanhamento e avaliação do programa.

A adoção desses procedimentos decorreu do cumprimento das seguintes prioridades estabelecidas para a fase inicial de reformulação do PICDT:

- ? reforçar o caráter institucional de suas ações e ampliar o nível de autonomia das instituições na administração dos apoios que lhes são concedidos;
- ? concentrar as ações da CDI em atividades de caráter mais gerencial e de acompanhamento e avaliação das ações promovidas;
- ? reduzir as exigências de apresentação de documentos ou comprovantes que pouco contribuem para uma efetiva melhoria do controle exercido pela CAPES sobre as ações promovidas.

NOVOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

O Grupo Técnico Consultivo (GTC) recomendou, nas reuniões de 02 e 03/12/96 e 20/03/97, 30 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado.

A seguir, a lista desses cursos que passam a integrar o sistema nacional de pós-graduação, podendo contar com o apoio das agências de fomento e com o acompanhamento e avaliação da CAPES.

Ciências Exatas e da Terra

- ? Ciência da Computação/UFC - Mestrado (12/96)
- ? Matemática Aplicada/UFRJ - Mestrado (12/96)
- ? Matemática/UFSCAR - Doutorado (12/96)
- ? Física/UFSC - Doutorado (12/96)
- ? Física/FUEM - Mestrado (03/97)
- ? Física/UERJ - Mestrado (03/97)
- ? Química/UFMS - Mestrado (12/96)

Ciências Biológicas

- ? Biologia Marinha/UFF - Mestrado (12/96)
- ? Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre/ UFMG - Doutorado (12/96)
- ? Ciências Biológicas (Fisiologia)/UFRJ - Mestrado/Doutorado (12/96)

- ? Farmacologia/UFSC - Doutorado (12/96)
- ? Ciências Biológicas/UFPE - Doutorado (03/96)
- ? Biotecnologia de Processos Bioativos/UFPE - Mestrado (03/97)

Engenharias

- ? Engenharia/USP-SC - Mestrado (03/96)
- ? Engenharia Elétrica/PUC/MG - Mestrado (03/97)

Ciências da Saúde

- ? Oncologia/FAP/HACC - Mestrado/Doutorado (12/96)
- ? Odontologia/UFRJ - Doutorado (12/96)
- ? Patologia Oral/UFRN - Doutorado (12/96)
- ? Saúde Pública/UFSC - Mestrado (12/96)
- ? Ciências da Reabilitação/UFSCAR - Mestrado (12/96)
- ? Ciências Farmacêuticas/UNESP/ARARAQUARA - Mestrado (12/96)
- ? Clínica Médica/PUC/CAMP - Mestrado (03/97)
- ? Medicina (Pediatria) PUC/RS - Mestrado (03/97)
- ? Medicina Interna e Terapêutica/UNIFESP - Mestrado/Doutorado (03/97)
- ? Medicina (Emergências Clínicas)/USP - Doutorado (03/97)
- ? Medicina de Urgência/UNIFESP - Mestrado/Doutorado (03/97)

Ciências Agrárias

- ? Agronomia (Fitopatologia)/UFLA - Mestrado/Doutorado (12/96)
- ? Fisiologia Vegetal/UFPEL - Mestrado (12/96)
- ? Engenharia Florestal/UFSM - Doutorado (12/96)
- ? Entomologia/UFV - Doutorado (12/96)
- ? Produção Vegetal/UENF - Mestrado (03/97)
- ? Engenharia de Alimentos/FURG - Mestrado (03/97)

Ciências Sociais Aplicadas

- ? Direito/UEM - Mestrado (12/96)
- ? Administração de Empresas/PUC-RJ - Doutorado (03/97)
- ? Economia/UNB - Doutorado (03/97)
- ? Economia Empresarial/SBI - Mestrado (03/97)

Ciências Humanas

- ? Ciências Sociais/UERJ - Mestrado (12/96)
- ? Filosofia/UFSC - Mestrado (12/96)
- ? Geografia/UNB - Mestrado (03/97)
- ? Teologia/CES - Mestrado (03/97)

Letras e Lingüística

- ? Literatura/UFSC - Doutorado (12/96)

Multidisciplinar

- ? Integração Latina Americana/UFSM - Mestrado (12/96)
- ? Agroecossistemas/UFSC - Mestrado (03/97)

CORREÇÃO

Na contribuição da Prof^a Maria Andréa Loyola em "A CAPES vista por seus Ex-Presidentes" (INFOCAPES VOL. 4, Nº 2, abril/ junho de 1996, p. 28) foi, erroneamente, omitida uma linha o que distorceu o significado do texto original. Nessa página, linha décima terceira , segunda coluna, leia-se: [...] 2) o excessivo academicismo que tomou conta de muitos programas, estimulando, sem abrir mão do critério de excelência, cursos acadêmicos mais ágeis, cursos profissionalizantes e/ou cursos mais adequados às novas demandas do mercado de trabalho. Neste sentido seria extremamente útil que a CAPES montasse um sistema de avaliação diferenciado para os cursos de mestrado de caráter mais profissionalizante e para a pós-graduação *lato sensu*.

CAPES RESPONDE

1 - Fui bolsista do PICDT e, passados dois anos do encerramento de minha bolsa, deverei concluir minha tese dentro de três meses. Desejo saber se tenho direito a receber o Auxílio-Tese previsto como um benefício da bolsa. (M.A.N.)

Resposta: Não. A concessão desse Auxílio é assegurada exclusivamente ao bolsista do PICDT que formalizar, **dentro do período de vigência de sua bolsa**, a entrega à coordenação do curso da versão definitiva de sua dissertação ou tese, a ser defendida posteriormente ante à banca examinadora.

2 - Como justificar a decisão da CAPES de cortar as taxas acadêmicas das universidades particulares, atingindo instituições como a PUC-SP que têm se diferenciado por uma formação de qualidade e é comprometida com a titulação de docentes que atuam em diferentes universidades brasileiras? (Sylvia Helena Silva)

Resposta: Durante o ano de 1996, as instituições particulares foram beneficiadas com os Programas de Taxas Acadêmicas e Taxas Escolares, sendo que o primeiro financiava itens de custeio e capital. No exercício de 1997, a CAPES uniformizou os Programas de Taxas separando as Taxas Acadêmicas para as instituições públicas e as Taxas Escolares para as instituições privadas.

As instituições públicas e privadas são contempladas, em 1997, com um novo Programa – PROAP – que, além de financiar a introdução de atividades inovadoras e itens de capital, complementa os recursos de Taxas Acadêmicas e Taxas Escolares.

Assim, não houve cortes ou extinção de programas de fomento, mas uma redistribuição e reorganização dos recursos, de acordo com as características e finalidades específicas dos programas de pós-graduação.

DIRIGENTES – CAPES

PRESIDÊNCIA

ABILIO AFONSO BAETA NEVES

CHEFE DE GABINETE

Silvana Margareth Alves Dantas

ASSESSORIA ESPECIAL - APR

Amadeu Cury

PROCURADORIA JURÍDICA - PJR

José Tavares dos Santos

COORDENADORIA GERAL DE AUDITORIA - AUD

Geová Parente Farias

ASSESSORIA PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS - AAI

Rita de Fátima Aragão Macedo

COORDENADORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - CCI

Ana Maria Bacelar de Araújo

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - ACD

Catarina Glória de A. Neves

DIRETORIA DE PROGRAMAS - DPR

LUIZ VALCOV LOUREIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS COM O EXTERIOR- SPE

Silvia Velho

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PADCT

Paulo Roberto M. Lima

COORDENADORIA DE BOLSAS E AUXÍLIOS NO EXTERIOR - CBE

Mariza de Albuquerque Melo

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS NO PAIS - SPP

Jacira Felipe Beltrão

COORDENADORIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - CPE

Elionora Mª C. de Barros

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL - CDS

Zena M. da Silva Martins

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CDI

Rúbia Silveira

COORDENADORIA DE CONTROLE E OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - COP

Jugurta T. M. Pinto

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO - DAV

DARCY DILLENBURG

COORDENADORIA DE ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO - COI

Mônica Velloso

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO - CAA

Rosana Arcoverde B. Batista

COORDENADORIA DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA - CED

Fernando Spagnolo

COORDENADORIA EXECUTIVA DE ATIVIDADES COLEGIADAS E CONSULTORIA - CEC

Sandra Freitas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DAD

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA - GAD

Vilson Alves dos Santos

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - GRH

José Ferreira Correa

GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - GOF

Lucy Anne Vieira de Oliveira

SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA - SIN

Nélio Carlos de Alarcão

COORDENADORIA DE SUPORTE E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS - CSR

Denis Dutra

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS - CSI

Andréa Soares Rodrigues

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação e do Desporto

Bloco "L" - Anexos I e II - 2º andar

Cep: 70047-900 - Brasília - DF - Brasil - Caixa Postal - 0365

E-Mail: acd@capex.gov.br / Internet: <http://ww.capes.gov.br>